

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas  
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 14: Gerações e Participação Política

Perspectivas de análise a partir da desagregação de dados sobre público: o caso da  
Oferta Cultural no Rio de Janeiro

Daniele C. Dantas, UFRJ/ECO/IBICT e UFRRJ/DEMAT

## Resumo

A proposição de um indicador para análise da oferta cultural na cidade do Rio, com dados de registro administrativo de equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura do ano de 2013, permitiu a observação de alguns aspectos da oferta cultural na cidade naquele período. Foi proposto também um sistema de indicadores para o aprofundamento das análises, considerando informações sobre quantidade de público, por exemplo. Propõe-se, no presente trabalho, reflexões sobre potenciais de análise sobre o público, não permitidas pelo nível de agregação dos dados, que informam apenas o quantitativo de público atendido sem qualificar o dado por faixa etária, sexo ou outras características que permitiram análises mais aprofundadas. Neste contexto, são apresentados os resultados da aplicação estatística utilizada e da representação espacial com o software ArcGIS buscando ilustrar, com os resultados alcançados, o que se poderia depreender sobre a oferta cultural no período. A partir dos resultados alcançados, busca-se analisar o enriquecimento potencial das análises com as informações desagregadas por faixa etária como recurso analítico sobre a oferta cultural no período.

Palavras-chave: oferta cultural; faixa etária; indicadores.

## Introdução

O uso de informações e indicadores na análise de políticas públicas é uma prática que cresce desde fins dos anos 1990. Na gestão cultural, a adesão ao uso destes elementos na gestão de políticas públicas começa a crescer mais significativamente apenas a partir de fins da primeira década do século XXI. Com a motivação de ter referenciais quantitativos que ajudassem a analisar aspectos das políticas culturais, apresentou-se uma proposta de indicador sintético para análise da oferta cultural na cidade do Rio de Janeiro, a partir de dados de registro administrativo dos equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013. Contudo, referenciais que ofereçam detalhamento maior sobre a informação traduzida pelos indicadores também são importantes para uma análise mais específica, assim como para favorecer do alcance das tomadas de decisão que seus resultados apoiem. E, nem sempre, o nível de desagregação dos dados permite que os indicadores construídos contribuam ainda mais para os processos de gestão na cultura.

As reflexões apresentadas no presente trabalho partem da apresentação de resultados do uso de indicadores sobre a oferta cultural no Rio de Janeiro, buscando instigar a percepção de potenciais e limitações analíticos a partir do maior ou menor nível de desagregação dos dados, abordando especificamente aspectos relacionados ao perfil etário do público alcançado pela oferta cultural nos equipamentos sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura da cidade no ano de 2013. As análises se pautam na pertinência da participação da social em processos de gestão em diferentes contextos e formatos de representação na área cultural nestes primeiros anos de século XXI (como

conselhos, colegiados, câmaras, fóruns, entre outras), dado que a posse de informações sobre a gestão apresenta-se como ferramenta para monitorar ações, pautar demandas e avaliar resultados.

É utilizada revisão de literatura para a fundamentação teórico-conceitual associada a análises quantitativas e qualitativas dos resultados do Indicador de Oferta Cultural (IOC), além de indicadores sobre público. Para o processamento dos dados foi utilizado o pacote Excel, do Microsoft Office, e o ambiente de geoprocessamento ArcGIS v.10. O indicador sintético foi construído através da aplicação de técnicas estatísticas, aplicando-se técnicas de geoprocessamento para representação dos resultados, possibilitando a melhor compreensão da distribuição do indicador sintético no território estudado.

Os resultados evidenciaram que, em relação aos dados obtidos para as análises sobre público, as possibilidades de análise geracional não são permitidas, visto que não estão apresentados em nível de desagregação que permitam qualificar o perfil do público por faixa etária. Evidencia-se que a disponibilidade de dados com recortes etários poderia favorecer análises mais consistentes sobre o público alcançado pela oferta cultural no ano de 2013, confirmando a importância de se buscar a organização de informações sobre o cotidiano da gestão que possam favorecer o monitoramento, avaliação e tomadas de decisão, assim como o controle social. Nota-se que, neste contexto, não se verifica a participação de atores sociais marcada por diferenças geracionais.

## 1. Abordagem Conceitual

### 1.1. Indicador, informação e gestão cultural

Análises sobre o uso de resultados estatísticos consideram explicitar como se entende o recorte da aplicação. Assim, as análises que seguirão fundamentam-se no entendimento do indicador cultural a partir de três definições, a saber: estatísticas que dão suporte ao monitoramento para o planejamento cultural contextualizando os fenômenos culturais existentes (YUE, KHAN, BROOK, 2011); ferramenta que auxilia na definição de problemas e no desenho de tendências culturais orientando o planejamento cultural (FANCHETTE, 1979); e instrumento que fornece informações relevantes para as políticas culturais (PFENNIGER, 2004).

Considerando a importância dos indicadores no processo de planejamento e gestão de políticas públicas, Morais e Lima (2001) reiteram o papel dos indicadores no apoio à gestão, dado que “indicadores são instrumentos importantes para auxiliar os formuladores de políticas a definir as prioridades sociais” (MORAIS, LIMA; 2001, p. 25). Segundo os autores, a obtenção e organização dos dados é um investimento, visando

benefícios de médio e longo prazos, por serem importantes ferramentas de gestão apoiando os processos de tomada de decisão, uma vez que

os indicadores são elementos importantes no processo de tomada de decisão dos setores público e privado, sendo particularmente úteis para orientar as ações nas diversas esferas do governo, configurando-se em insumos indispensáveis para o planejamento de políticas e programas (MORAIS, LIMA; 2001, p 21).

Desta forma, os argumentos em prol do uso de informações e indicadores, assim como o reconhecimento da importância de seu papel na gestão de políticas públicas sinalizam que uma gestão com decisões pautadas em dados da realidade tem as chances de alcançar seus objetivos ampliadas. Isto reitera o papel da informação como ativo estratégico, compreendendo as melhores condições para a obtenção da informação e o decréscimo de seus custos como fatores que potencializam o uso da informação nos processos de gestão e geração de valor. Em instituições públicas ou instituições privadas, gestores passam, a cada dia mais, a se apropriar da informação como instrumento de apoio aos processos de tomada de decisão, dando maior atenção às informações quantitativas (CAVALCANTI e GOMES, 2000; 2001).

Para isso, as definições que operacionalizam os indicadores culturais a serem adotados cumprem o papel de esclarecer que os indicadores devem ser construídos considerando o contexto e a aplicação que terão, devendo-se reconhecê-los como instrumentos que nortearão as ações do gestor, assim como o controle social, sendo construídos com objetivos consonantes com o seu uso. O resultado expresso por ele trará resposta a uma questão para a qual foi construído e favorecerá que o gestor compreenda o contexto de sua gestão no conjunto de suas decisões e ações. Com a leitura dos resultados dos indicadores, o gestor passa a ter mais elementos para as tomadas de decisão.

## 1.2. Cultura como direito e processos participativos

O acesso à cultura é um direito garantido pela legislação vigente no Brasil. A Constituição Federal e os Estatutos da Criança e do Adolescente, assim como o do Idoso trazem referências ao direito à cultura em nosso país.

A Constituição Federal, em seu Capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto), Seção II (Da cultura), artigo nº 215 trata da obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos, além de registrar outros mecanismos de apoio à garantia de direitos à universalização do acesso à cultura (BRASIL, 1998). Reiterando o que a Constituição determina, o Estatuto de Criança e do Adolescente também faz referência ao direito à cultura, quando, em seu artigo 4º (além de outras

seções do referido documento), confere ao poder público, e a agentes da vida de crianças e adolescentes como família, comunidade e sociedade, o dever de assegurar a efetivação dos direitos à cultura (BRASIL, 1990). Semelhante ao informado como direito de crianças e adolescente, no artigo 3º do Estatuto do Idoso também é conferido ao poder público, e aos mesmos agentes determinados na vida da criança, o dever de assegurar a estes cidadãos a efetivação dos direitos à cultura (BRASIL, 2003).

Contudo, uma forma de exercício de cidadania e de busca por garantias de direitos é a participação para o controle social. Na gestão cultural, desde os primeiros anos do século XXI, tornou-se mais frequente verificar a participação de alguns atores sociais através de conselhos, colegiados e câmaras representativas de diferentes segmentos vinculados à gestão e às diferentes expressões artísticas, reiterada pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005 (BRASIL, 2005). E para o exercício da cidadania para o controle social, ter informações sobre o que se pleiteia é de significativa importância.

## 2. O Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi capital do país, desde o Brasil Império até a mudança da capital da República para Brasília nos anos 1960. Município da região Sudeste, é capital do estado de mesmo nome e tem uma população de, aproximadamente, 6.320.446 habitantes, composta por 53% de mulheres e 47% de homens<sup>1</sup>, vivendo em uma área de 1.224,56 km<sup>2</sup>. Sua divisão administrativa apresenta 05 (cinco) áreas de planejamento com 16 (dezesesseis) regiões de planejamento e 33 (trinta e três) regiões administrativas, onde estão seus 160 (cento e sessenta) bairros (Figura 1).

A cidade guarda, em capítulos da história do Brasil, grande parte da composição de sua infraestrutura para a oferta de serviços culturais, dado o processo no qual a cidade foi ambiente de etapas importantes do desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país.

Cidade com oferta cultural intensa, reiterada pela presença de grupos e instituições culturais de destaque, como o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), de expressivos grupos de mídia e comunicação, como gravadoras de música (como a Sony Music Brasil), de produtoras e distribuidoras de audiovisual e emissoras de televisão (como as redes Globo e Record). Também é expressivo o investimento em ações culturais na cidade. Este contexto, associado à presença de um grande número de empresas de portes diferentes e tipos de atividade econômica variadas, a circulação de turistas nacionais e internacionais e imagem do

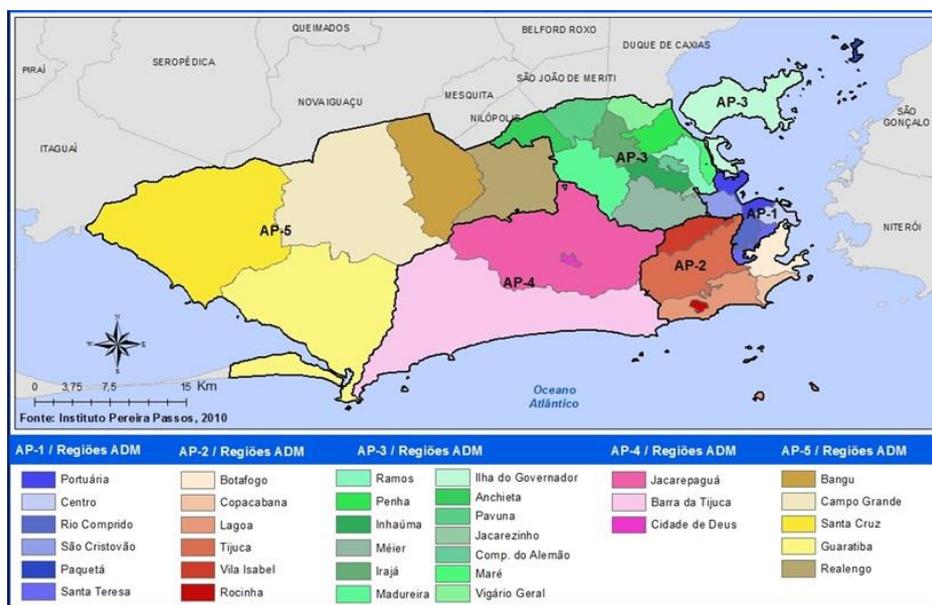
---

<sup>1</sup> Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

<sup>2</sup> Fonte Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP-RJ), disponível em <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>.

Brasil no mundo, corroboram para a oferta de atividade cultural intensa na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1: Divisão Administrativa da cidade do Rio de Janeiro



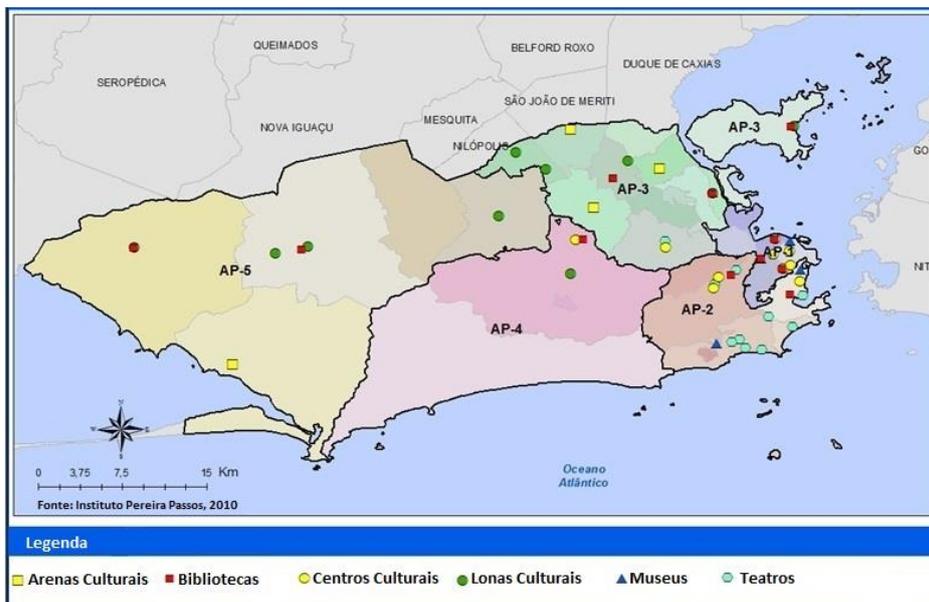
Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP-RJ, 2010.

Neste ambiente, a oferta de infraestrutura para usos culturais compreende equipamentos sob diferentes perfis de gestão, a saber: pública federal, estadual e municipal (distribuídos em diferentes secretarias e fundações); além de equipamentos culturais privados ou de organizações sociais e coletivos artísticos.

De acordo com dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP-RJ), autarquia pública da cidade, em 2008, registravam-se 661 equipamentos culturais sob a gestão municipal (por fundações públicas e outras secretarias), estadual e federal, além de equipamentos privados, entre museus, bibliotecas, teatros, salas de cinema, galerias, espaços e centros culturais, escolas e sociedades musicais. Os equipamentos sob a gestão municipal estão distribuídos em secretarias municipais ou órgãos da gestão pública na cultura, ciência e tecnologia, educação e turismo, por exemplo.

Os 52 (cinquenta e dois) equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro reúnem 04 arenas culturais, 12 bibliotecas, 10 centros culturais, 10 lonas culturais, 04 museus e 12 teatros. A construção ou incorporação deles ao conjunto de equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura da cidade acompanhou as políticas dos diferentes gestores da cidade, especialmente nas últimas décadas.

Figura 2: Infraestrutura cultural sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro, 2013



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP-RJ, 2010.

Na Figura 2, verifica-se que existem equipamentos culturais sob a gestão da SMC-RJ em todas as Áreas de Planejamento, mas nem todas as APs têm todos os tipos de equipamento cultural. Este é ambiente de análise sobre o qual são desenvolvidas as reflexões do presente trabalho.

### 3. Materiais e métodos

Os materiais e métodos estatísticos utilizados encaminharão aos resultados e permitirão as análises dos fenômenos sociais observados com a comparação entre o resultado do Indicador de Oferta Cultural para as Áreas de Planejamento (IOC-AP) da cidade e indicadores do sistema proposto referentes ao público no período em análise, de forma que se explicita a importância de dados desagregados, especialmente para considerações sobre políticas que visem o atendimento aos diferentes perfis de público. Os dados utilizados compreendem informações sobre a capacidade e do número de atividades realizadas nos 52 (cinquenta e dois) equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC-RJ) entre teatros, bibliotecas, museus, lonas e arenas culturais e espaços culturais multiuso. Cedidos pela Secretaria Municipal de Cultura, os dados se referem aos registros administrativos sobre o perfil dos equipamentos culturais (tipo e capacidade), de atividades realizadas, além de dados sobre o público recebido nestes equipamentos culturais, entre janeiro e dezembro de 2013. Para a organização, processamento de dados e apresentação de informações foi utilizado pacote Excel, do Microsoft Office, e o ambiente de geoprocessamento ArcGIS

v.10. O indicador sintético foi construído através da aplicação de técnicas estatísticas e sua análise empregou também técnicas de geoprocessamento, possibilitando a melhor compreensão da distribuição do indicador na área estudada.

A proposta metodológica consiste no uso de técnica estatística descritiva com distribuição de proporções de acordo com a quantidade de objetos em cada uma das classes delimitadas: atividade e capacidade referentes aos equipamentos culturais. Assim, usando proporções, foram criados indicadores sintéticos sobre oferta cultural, além de um sistema complementar de indicadores.

O indicador sintético (IOC-AP) foi construído com informações sobre a capacidade de recebimento simultâneo de público pelos equipamentos culturais e o número de atividades realizadas nestes equipamentos culturais no período em análise. Complementarmente, propôs-se um sistema de indicadores. Estas unidades de análise compreendem a reunião de bairros contíguos e representam o agrupamento dos 160 bairros da cidade em 05 áreas de planejamento e 33 regiões administrativas.

O sistema proposto é composto por 29 indicadores que oferecem contribuições para a análise específica sobre atividade, capacidade e público em relação ao mesmo tipo de equipamento cultural por Área de Planejamento e Região Administrativa, em relação a todos os equipamentos culturais da cidade por Área de Planejamento e Região Administrativa e em relação à toda a cidade por Área de Planejamento e Região Administrativa, sobre público médio Área de Planejamento e Região Administrativa, Uso Eficiente por Área de Planejamento e Região Administrativa. Fazem parte do sistema, indicadores relacionados aos equipamentos culturais individualmente, como Indicador de Oferta Cultural por Equipamento Cultural, Capacidade e Atividade por Equipamento Cultural, Capacidade Disponibilizada no ano, Público e Público Médio e Uso Eficiente por Equipamento Cultural. No presente trabalho são considerados, além do IOC-AP, o IOC por Equipamento Cultural (IOC-EC) e os indicadores de Público por Área de Planejamento e por Equipamento Cultural.

Considerando o potencial analítico que dados desagregados em menores escalas geográficas e de perfil de informação identificado, algumas avaliações sobre o potencial de análise de outros aspectos são suscitadas uma vez que as informações utilizadas se apresentam agregadas por tipo de equipamento e unidade espacial.

Assim, avalia-se que as análises poderiam ser enriquecidas se as informações apresentassem algum nível de desagregação em relação ao perfil do público, considerando informação sobre faixa etária (ou categoria geracional) para que se pudesse analisar a cobertura do atendimento de serviços culturais para os diferentes perfis etários de público da cidade.

### 3.1. A construção dos indicadores

O processo de construção do indicador sintético considera primeiramente os valores relativos de cada variável em relação ao total delas. Em seguida, para a uniformização dos pesos considera-se uma distribuição igual para todos. Com esta etapa, busca-se amenizar as diferenças existentes em função da quantidade dos diferentes tipos de equipamentos culturais e de suas capacidades, favorecendo a composição dos resultados. A partir das duas etapas, a soma de todas as variáveis encontradas deve totalizar 1 (um) e os resultados individuais encontrados estarão compreendidos entre 0 (zero) e 1 (um).

Com isso, a representação do indicador final, que traduzirá a presença de oferta cultural (IOC-AP) nos equipamentos culturais nas diferentes Áreas de Planejamento é apresentada na Tabela 1:

Tabela 1: Indicador de Oferta Cultural por Área de Planejamento dos Equipamentos sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro

Equipamento Cultural (i)	Áreas de Planejamento (k)					Geral
	1	2	3	4	5	
1. Arena Cultural	IOC <sub>1,1</sub>	IOC <sub>1,2</sub>	IOC <sub>1,3</sub>	IOC <sub>1,4</sub>	IOC <sub>1,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{1,k}$
2. Biblioteca	IOC <sub>2,1</sub>	IOC <sub>2,2</sub>	IOC <sub>2,3</sub>	IOC <sub>2,4</sub>	IOC <sub>2,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{2,k}$
3. Centro Cultural	IOC <sub>3,1</sub>	IOC <sub>3,2</sub>	IOC <sub>3,3</sub>	IOC <sub>3,4</sub>	IOC <sub>3,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{3,k}$
4. Lona Cultural	IOC <sub>4,1</sub>	IOC <sub>4,2</sub>	IOC <sub>4,3</sub>	IOC <sub>4,4</sub>	IOC <sub>4,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{4,k}$
5. Museu	IOC <sub>5,1</sub>	IOC <sub>5,2</sub>	IOC <sub>5,3</sub>	IOC <sub>5,4</sub>	IOC <sub>5,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{5,k}$
6. Teatro	IOC <sub>6,1</sub>	IOC <sub>6,2</sub>	IOC <sub>6,3</sub>	IOC <sub>6,4</sub>	IOC <sub>6,5</sub>	$\sum_k^5 IOC_{6,k}$
Por AP	$\sum_{i=1}^6 IOC_{i,1}$	$\sum_{i=1}^6 IOC_{i,2}$	$\sum_{i=1}^6 IOC_{i,3}$	$\sum_{i=1}^6 IOC_{i,4}$	$\sum_{i=1}^6 IOC_{i,5}$	1,00

A construção do Indicador de Oferta Cultural por Equipamento Cultural (IOC-EC) tem proposta análoga à utilizada para o IOC-AP e IOC-RA, considerando os mesmos processos de uniformização e ponderação realizados, mas ajustando-se os valores de ponderação aos 52 (cinquenta e dois) equipamentos culturais analisados.

Neste contexto, reconhecendo também a importância de uma análise que considere o maior número de possibilidades que o conjunto de dados disponível proporcione, propõe-se a construção de indicadores que permitam a análise do público alcançado pela oferta cultural do período estudado. Para a análise são apresentados indicadores sobre público nas cinco áreas de planejamento (P-AP) e cinquenta e dois equipamentos culturais (P-EC).

O indicador sobre Público representa formas de analisar o público dos diferentes tipos de equipamento cultural através da proporção. No presente trabalho utiliza-se a representação deste indicador que relaciona a proporção do público de um tipo de equipamento em uma Área de Planejamento em relação ao público de um tipo de Equipamento Cultural em relação ao total de Equipamentos Culturais por Área de

Planejamento (P-AP) e a proporção de público em determinado equipamento cultural em relação ao total de público nos equipamentos culturais da cidade (P-EC).

A Tabela 2 apresenta a representação deste indicador que relaciona o público de um tipo de equipamento em uma Área de Planejamento em relação ao público total neste tipo de equipamento cultural. Através dele é possível analisar a frequência do público nas atividades realizadas em um tipo de equipamento cultural por área de planejamento. Com este indicador busca-se representar formas de mensuração e análise do público das atividades realizadas nos equipamentos culturais, oferecendo meios para uma análise mais complexa pelos gestores, da mesma forma que ofereça elementos para avaliações sobre o alcance do público e a necessidade de ampliar a comunicação sobre as realizações em determinado perfil de equipamento cultural em determinada região da cidade.

Tabela 2: Público de um tipo de Equipamento Cultural em relação ao total de Equipamentos Culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro por Área de Planejamento (P-AP)

Equipamento Cultural (i)	Áreas de Planejamento (k)					
	1	2	3	4	5	Geral
1. Arena Cultural	$\frac{P_{1,1}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$P_{1,1}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$P_{1,1}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$P_{1,1}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$P_{1,1}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{1,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$
2. Biblioteca	$P_{1,2}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{2,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$				
3. Centro Cultural	$P_{1,3}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{3,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$				
4. Lona Cultural	$P_{1,4}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{4,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$				
5. Museu	$P_{1,5}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{5,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$				
6. Teatro	$P_{1,6}/\sum_k^6 P_{6,k}$	$\sum_k^5 P_{6,k} / \sum_k^6 P_{6,k}$				
Geral	$\frac{\sum_{i=1}^6 P_{i,1}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$\frac{\sum_{i=2}^6 P_{i,2}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$\frac{\sum_{i=3}^6 P_{i,3}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$\frac{\sum_{i=4}^6 P_{i,4}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$\frac{\sum_{i=5}^6 P_{i,5}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$	$\frac{\sum_k^6 P_{6,k}}{\sum_k^6 P_{6,k}}$

Esta representação do indicador de público representa o público nos equipamentos culturais da cidade, através da proporção de público de determinado equipamento cultural em relação ao total de público dos equipamentos culturais sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. A Tabela 3 apresenta um resumo da representação deste indicador, que relaciona o público de um equipamento cultural ao total de público dos equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. Através deste indicador, o gestor tem informação sobre a proporção do público atendido em cada equipamento cultural em relação aos demais, favorecendo análises sobre a representação de sua ação na cidade, além das relações com outros indicadores que auxiliarão a leitura mais complexa da realidade sobre a qual atua, ajustando expectativas e balizando tomadas de decisão.

Tabela 3: Público por Equipamento Cultural sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro

Equipamento Cultural (i)	Público por Equipamento Cultural (P.EC)
1. Arena Cultural A	$P / \sum_1^{52} P$
2. Arena Cultural B	$P_2 / \sum_1^{52} P$
...	...
51. Teatro R	$P_{51} / \sum_1^{52} P$
52. Teatro S	$P_{52} / \sum_1^{52} P$
Total	$\sum_1^{52} P$

Com a representação da proporção do público de cada equipamento cultural é possível analisar a relação de proporção de público atendido com a proporção de atividades realizadas, o orçamento destinado, entre outros aspectos, enriquecendo as possibilidades de análise da gestão.

#### 4. Resultados e análises

A partir dos resultados do indicador (IOC-AP), apresentado na Tabela 4, nota-se que as APs 1 e 2 têm valores próximos (respectivamente 25,44 e 25,16) e que a AP3 (que representa bairros da Zona Norte da cidade) tem o valor mais elevado (29,62). A AP4 (onde ficam os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca) tem o menor valor (3,91) e a AP5 (onde estão os outros bairros da Zona Oeste) tem um valor mediano (15,88).

Tabela 4: Indicador de Oferta Cultural por Área de Planejamento (IOC-AP), município do Rio de Janeiro, 2013 (%)

Equipamento Cultural (i)	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5
Arena Cultural	0,00	0,00	12,90	0,00	3,77
Biblioteca	2,22	4,68	6,52	1,78	1,46
Centro Cultural	7,03	4,16	4,41	1,06	0,00
Lona Cultural	0,00	0,00	4,95	1,07	10,65
Museu	12,72	3,95	0,00	0,00	0,00
Teatro	3,47	12,37	0,83	0,00	0,00
IOC (AP)	25,44	25,16	29,62	3,91	15,88

Fonte: SMC-RJ. Dados de registro administrativo, janeiro a dezembro, 2013.

Estes resultados confirmam a existência de desequilíbrio na oferta cultural em diferentes áreas da cidade no período em estudo, com destaque para as APs 4 e 5, que registram os resultados gerais mais baixos. Maior equilíbrio é verificado entre as APs 1, 2 e 3, com destaque para a AP3 que registra a maior concentração da oferta cultural na cidade no período analisado. Arenas Culturais, presentes nas APs 3 (12,90) e 5 (3,77) têm uma

representação mais expressivas na AP3 do que na AP5. Nas Bibliotecas, que estão presentes em todas as APs, registrou-se maior oferta cultural nas APs 3 (6,52) e 2 (4,68). Em relação à oferta cultural nos Centros Culturais, foram verificados resultados mais expressivos nas AP1 (7,03), seguida da AP3 (4,41) e da AP2 (4,16).

Analisando os resultados sobre público, na Tabela 5, reconhecem-se, na AP3, os Centros Culturais (79,77) como o equipamento que atendeu a maior proporção de público no ano de 2013. Em contraponto os Teatros na AP3 (0,02) receberam a menor proporção de público. Excetuando-se a AP2, as bibliotecas foram os equipamentos culturais que receberam a menor proporção de público nas APs.

Nota-se que é possível vincular os resultados referentes à proporção de público de cada tipo de equipamento cultural em relação ao IOC-AP inferindo relações entre oferta (IOC-AP) e alcance (público). Possibilita estabelecer relação entre os resultados ajuda a compreender a oferta cultural vinculando-a ao público atendido. Contudo, uma questão relevante não é possível ser respondida: que público? Isto porque a informação não específica, por exemplo, a proporção de acessos gratuitos, com benefício de desconto ou pagamento integral, de mulheres e homens, entre outras. Para as análises aqui desejadas, conhecer o público por perfil etário seria diferencial para análises geracionais iniciais. Isto reitera a limitação imposta às análises geracionais com os dados em função de seu nível de desagregação e detalhamento para a variável público.

Tabela 5: Público por Equipamento Cultural em relação ao público total dos Equipamentos Culturais por Área de Planejamento (P-AP) (%)

<b>Região Administrativa</b>	<b>AP1</b>	<b>AP2</b>	<b>AP3</b>	<b>AP4</b>	<b>AP5</b>	<b>Total geral</b>
<b>Equipamento Cultural</b>						
Arena Cultural	0,00	0,00	8,26	0,00	25,71	5,92
Biblioteca	0,71	9,76	1,23	6,94	1,26	1,90
Centro Cultural	43,31	27,19	79,77	45,06	0,00	58,36
Lona Cultural	0,00	0,00	10,72	48,00	73,03	11,35
Museu	47,69	1,73	0,00	0,00	0,00	14,96
Teatro	8,28	61,32	0,02	0,00	0,00	7,52
P. EC-AP Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SMC-RJ. Dados de registro administrativo, janeiro a dezembro, 2013.

Ter a informação detalhada sobre o perfil do público, como a faixa etária, permitiria estabelecer comparações com os resultados do indicador sintético buscando a compreensão do acesso à programação, favorecendo o desenho de uma política de cultura para o atendimento aos diferentes perfis de público, assim como oferecendo informação para que o cidadão pudesse exercer o controle social, monitorando e avaliando a oferta cultural para os diferentes públicos da cidade.

Na Tabela 6, é apresentada a representação do nível de desagregação da informação pelo equipamento cultural, o que favorece a verificação da distribuição do público para cada um dos 52 equipamentos culturais no conjunto em estudo. Com valores que variam de 0,0001 (Teatro Guignol do Méier) a 0,4160 (Centro Cultural João Nogueira), constata-se que o Centro Cultural João Nogueira teve quase metade da proporção do público total dos equipamentos culturais sob a gestão da SMC-RJ no ano de 2013. Conhecer esta informação desagregada pelo perfil de público ajudaria a compreender um pouco do perfil do atendimento da oferta cultural concentrada em apenas um equipamento cultural da cidade.

Tabela 6: Público por Equipamento Cultural sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultural do Rio de Janeiro (%)

<b>Nome do Equipamento Cultural</b>	<b>Público por Equipamento Cultural</b>
Arena Cultural Jovelina Pérola Negra	1,58
Arena Cultural Cultural Dicró	0,88
Arena Cultural Fernando Torres	1,85
Arena Cultural Chacrinha	1,60
Biblioteca Abgar Renault	0,10
Biblioteca da Gamboa	0,02
Biblioteca de Santa Teresa	0,10
Biblioteca de Botafogo	0,54
Biblioteca da Tijuca	0,25
Biblioteca da Ilha do Governador	0,28
Biblioteca de Irajá	0,16
Biblioteca Volante João Antônio	0,16
Biblioteca da Maré	0,04
Biblioteca de Jacarepaguá	0,17
Biblioteca de Campo Grande	0,08
Biblioteca do Guandu	0,00
Centro Coreográfico	1,09
Centro de Referência da Música Carioca	0,75
Centro Cultural Laurinda Santos Lobo	0,50
Centro de Artes Calouste	0,58
Centro de Arte Hélio Oiticica	0,40
Centro Cultural Parque das Ruínas	11,98
Centro Cultural José Bonifácio	0,00
Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho	0,35
Centro Cultural João Nogueira	41,60
Centro Cultural Prof <sup>a</sup> Dylá Sylvia de Sá	1,10
Lona Cultural Carlos Zéfiro	1,08
Lona Cultural Herbert Vianna	0,75
Lona Cultural João Bosco	1,26

(continua)

	(continuação)
Lona Cultural Renato Russo	0,74
Lona Cultural Jacob do Bandolim	1,18
Lona Cultural Elza Osborne	1,79
Lona Cultural Gilberto Gil	1,55
Lona Cultural Hermeto Pascoal	0,37
Lona Cultural Sandra de Sá	0,87
Lona Cultural Terra	1,77
Ecomuseu	0,06
MAR - Museu de Arte do Rio	14,76
Museu da Cidade	0,00
Museu Getúlio Vargas	0,14
Teatro Carlos Gomes	2,35
Teatro Gonzaguinha	0,22
Teatro Café Pequeno	0,40
Teatro Sergio Porto	0,48
Teatro do Jockey	0,77
Sala Baden Powell	1,03
Teatro de Ipanema	0,85
Teatro de Marionetes Carlos Werneck	0,09
Teatro <i>Guignol</i> Tijuca	0,03
Teatro Ziembinski	0,73
Teatro Maria Clara Machado	0,56
Teatro <i>Guignol</i> Méier	0,01
<hr/> Total	<hr/> 100,00

Fonte: SMC-RJ. Dados de registro administrativo, janeiro a dezembro, 2013.

Ter a informação desagregada pelo perfil de público seria importante para conhecer a quem cada equipamento cultural mais atende, ou poderia atender melhor. Isto porque, conhecer a distribuição etária do público poderia contribuir para a qualificação de políticas públicas de acesso e sustentabilidade diretamente relacionadas a este aspecto, por exemplo, como as políticas de meia-entrada e gratuidade em alguns equipamentos culturais e programações específicas, como aquelas dedicadas ao público infantil, por exemplo.

Os resultados sugerem que alguns tipos de equipamento cultural têm maior procura pelo público em detrimento de outros. Contudo, mais uma vez, não se tem informação suficiente para se identifica o perfil etário do público nos diferentes equipamentos culturais, verificando se algum perfil geracional representa maior ou menor proporção em algum tipo equipamento cultural entre os analisados. A falta de dados desagregados a este nível de detalhamento não permite que se conhece esta característica importante para a orientação de políticas futuras e tomadas de decisão de curto, médio e longo

prazos, entre outras possibilidades de qualificação da informação para a gestão de políticas culturais.

Neste sentido, a ausência de informação desagregada, além do pequeno envolvimento e participação social na gestão cultural, mesmo com a indicação legal para a existência de espaços participativos pode deixar de favorecer melhorias tanto no que toca a oferta cultural, quanto ao atendimento dos diferentes públicos.

De acordo com Moraes e Lima (2001) e Cavalcanti e Gomes (2000; 2001), é importante que pessoas de todas as idades, particularmente jovens e idosos que têm documentos específicos que reiteram seu direito ao acesso à cultura, se apropriem dos dados existentes e usem os recursos disponíveis para ter acesso a informação, utilizando-a como instrumento para garantia de direitos. Considerando que, desde 2011, a lei de acesso a informação favorece o acesso a dados de interesse público, utilizar este recurso, associado ao encaminhamento de demandas às instâncias de participação da gestão cultural, pode-se alcançar melhorias no atendimento à população das diferentes faixas etárias da população e aprimorar o desenho de políticas públicas para que o encaminhamento de tais melhorias ganhe celeridade.

##### 5. Algumas considerações

Os resultados apresentados evidenciaram que os dados obtidos para as análises sobre oferta cultural na cidade do Rio de Janeiro oferecem oportunidades de análise sobre alguns aspectos da oferta cultural e do alcance de público no ano de 2013. Contudo, as possibilidades de análise geracional sobre público não são permitidas, visto que os dados sobre público não estão apresentados em nível de desagregação que permitam análises sobre o perfil do público atendido. É informado o valor numérico do público atendido sem a especificação de seu perfil etário.

Reflexões sobre da oferta cultural e a proporção do público atendido em relação à sua distribuição geográfica foi alcançada, permitindo-se a confirmação da percepção de desequilíbrio na oferta cultural entre diferentes regiões da cidade e nos diferentes equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura. Reitera-se que a disponibilidade de dados com recortes etários favoreceria a verificação de existência de perfis de público característicos para algum tipo de equipamento cultural, região da cidade ou mesmo por algum equipamento cultural específico.

Isto confirma a importância de o gestor cultural, em especial o gestor público, buscar estruturar as informações sobre o cotidiano da gestão, considerando-a insumo para o monitoramento de suas ações, análises e tomadas de decisão futuros.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 21 jan. 2017.

BRASIL. Estatuto de Criança e do Adolescente. Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em 21 jan. 2017.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)> Acesso em 21 jan. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional 48/2005. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm)> Acesso em 15 dez. 2015.

CAVALCANTI, M., GOMES, E. Inteligência Empresarial: Um Novo Modelo de Gestão para a Nova Economia. In.: Revista Produção, vol.10, n. 2, maio/2001, p.53-64. Disponível em: <[www.prod.org.br/files/v10n2/v10n2a05.pdf](http://www.prod.org.br/files/v10n2/v10n2a05.pdf)> Acesso em 18 jun. 2014.

FANCHETTE, S. Les indicateurs culturelles: theorie et pratique. Reunion d'experts sur les statistiques et les indicateurs culturels. Paris: UNESCO, 1979. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000380/038077fb.pdf>> Acesso em 13 abr. 2013.

MORAIS, M. da P.; LIMA, R. Indicadores urbanos como instrumentos de gestão e formulação de políticas públicas. In.: Revista de Administração Municipal - IBAM. v. 46, n. 232. Nov/Dez, 2001. p.21-27.

PFENNINGER, M. Indicadores y Estadísticas Culturales: Breve repaso conceptual. In: Boletín GC, n. 7, 2004. Disponível em: <[http://www.gestioncultural.org/ficheros/1\\_1316771694\\_MPfenniger.pdf](http://www.gestioncultural.org/ficheros/1_1316771694_MPfenniger.pdf)> Acesso em 13 abr. 2013.

YUE, A; KHAN, R; BROOK, S. Developing a local cultural indicator framework in Australia: a case of the city of Whittlesea. In: Culture and Local Governance, v. 3, n. 1-2, 2011. Disponível em <<https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clgcl/article/view/191/174>> Acesso em 16 abr. 2013.

**III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

**ST14 – Gerações e Participação Política**

**PRIMAVERA SECUNDARISTA: caracterizando o engajamento da juventude do ensino médio em Vitória - ES no período pós impeachment em 2016.**

VILA REAL, DANIELLY DA COSTA. (PGCS-UFES/PMV)

VITÓRIA – ES

2017

## RESUMO

Este estudo de caso busca caracterizar o engajamento da juventude secundarista em Vitória- ES no período pós- impeachment em 2016, ancorado em três dimensões: quem é o jovem secundarista engajado, o que ele sabe sobre seu engajamento e como ele efetivamente participa da política. O engajamento secundarista se destacou durante este recorte espaço-temporal num movimento intitulado pelos próprios jovens de Primavera Secundarista, com uma série de ocupações das escolas de ensino médio. O contexto histórico desta mobilização engloba um avanço dos governos de direita à nível mundial, o Projeto de Lei 867/2015 intitulado “Escola sem Partido”, a Medida Provisória 746/2016 sobre reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional 55 instituindo tetos para gastos públicos. Nesta conjuntura crítica, busca-se caracterizar o engajamento secundarista observando sua alfabetização política, as esferas da vida e redes de relacionamento motivadoras do engajamento, por meio de observações simples e participantes, questionários, entrevistas individuais e grupais, uma análise de redes sociais e um estudo de casos comparados entre duas escolas ocupadas com diferentes perfis organizacionais.

**PALAVRAS – CHAVE:** Engajamentos; Juventudes; Secundaristas.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta dados preliminares teóricos e empíricos de uma pesquisa em andamento no mestrado em Ciências Sociais pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, intitulada: “PRIMAVERA SECUNDARISTA: caracterizando o engajamento estudantil de Vitória – ES em 2016”.

A intenção inicial era analisar três dimensões deste engajamento: (1) quem é o jovem secundarista engajado, (2) o que ele sabe sobre seu engajamento e (3) como ele efetivamente participa da política. Na primeira dimensão, havia um debate teórico sobre os limites e possibilidades do engajamento nas juventudes, consideradas plurais conforme suas condições de vida. Na segunda, seriam observados os conhecimentos políticos construídos nas esferas da vida: escola, grêmio, voluntariado, igreja, grupo de hip-hop, entre outros espaços. Na terceira, e mais importante dimensão, o olhar seria direcionado para o engajamento secundarista, que é o objetivo central deste trabalho.

A Primavera Secundarista foi assim intitulada pelos próprios estudantes durante um movimento nacional de ocupação de escolas. Foram de mais de mil escolas secundaristas ocupadas em todo o país (VILELA, 2016), e no município de Vitória o epicentro se deu na EEEFM Almirante Barroso em 21 de outubro de 2016, estendendo-se para mais de 60 escolas em todo o Espírito Santo (FOLHA VITÓRIA, 2016),

perdurando até 25 de novembro de 2016, quando o último espaço foi desocupado: a SEDU - Secretaria Estadual de Educação.

Neste recorte espaço-temporal há um contexto político composto por fatores que possivelmente motivaram as ocupações. O projeto de Lei nº867/2015 intitulado “Escola Sem Partido”, a Medida Provisória 746/2016 sobre a reforma do ensino médio e a PEC 241, que passou a ser chamada PEC 55, congelando os gastos públicos por 20 anos.

No Espírito Santo, em particular, além desses três importantes fatores do contexto político mencionados, é possível acrescentar ainda duas pautas locais: os secundaristas deste estado gostariam de ter o direito de eleger seu Diretor Escolar e também desejam a criação de uma Universidade Estadual.

Uma reportagem exibida no jornal televisivo ESTV 1ª edição no dia 09 de agosto de 2016 alertou sobre a queda no interesse dos jovens pela participação política no ato do voto eleitoral, mostrando que em 2012 os jovens entre 16 e 17 anos que estão em idade de voto facultativo e procuraram fazer o título de eleitor somavam 41.095, às vésperas das eleições de prefeitos e vereadores em outubro de 2016, esse número ainda era de 36.055, demonstrando uma queda de 25% (REDE GLOBO, 2016).

Na mesma matéria televisiva, o repórter adentra uma sala de aula de ensino médio e pede para levantar a mão “quem gosta de política”, e não houve um aluno sequer que levantasse. Por que os jovens que hesitam em afirmar que gostam de política, são os mesmos secundaristas ocupando escolas para fazerem reivindicações? Inclusive, a escola onde foi realizada esta reportagem foi ocupada por seus alunos. Portanto, compreender o que esse jovem entende por “política” quando ele diz que não gosta, significa saber exatamente do que ele não gosta.

Observando o contexto, o objetivo geral da pesquisa em andamento tornou-se explicar esse engajamento, buscando compreender, mais especificamente: quais são suas pautas? Quais são seus repertórios/performances? Como foi construída essa identidade militante, em outras palavras: o que eles sabem sobre o que estão fazendo? Quais conhecimentos políticos os motivaram a se engajar em ocupações de escolas? Em quais esferas da vida foram construídos esses conhecimentos políticos?

O caminho metodológico começou em visitas para observações simples em 7 escolas que foram ocupadas pelos secundaristas no município de Vitória, e observações participantes em atos de rua. Nessas observações foram coletados e-mails para envio de questionários pré-teste, traçando um perfil socioeconômicos dos secundaristas engajados e captando opiniões individuais sobre a ocupação.

Em seguida, durante as visitas para observação simples e análise dos questionários, identificamos que haviam duas escolas com diferentes perfis e decidimos selecioná-las para um estudo de casos comparados (EEEM Colégio Estadual do

Espírito Santo e EEEFM Almirante Barroso), por apresentarem diferentes padrões de engajamento: formalizado e espontâneo, com liderança e sem liderança, com conflitos e consensos.

Considerando que o engajamento secundarista pode ser lido por diversas abordagens nas teorias de Movimentos Sociais, escolhemos a análise da estrutura organizacional e da estrutura relacional (GOHN, 1997). Aqui decidimos chamar tais categorias analíticas de padrão organizacional e padrão relacional. Na primeira categoria, as variáveis observadas serão os repertórios de organização, de ação e suas respectivas performances. Na segunda, voltamos o olhar para as redes entre esferas da vida que alfabetizam politicamente e constituem uma identidade militante.

Nas escolas selecionadas para o estudo de casos comparados, estão sendo escolhidos pelo método “bola de neve” dez alunos participantes do movimento de ocupação para serem entrevistados individualmente, e posteriormente, serão reunidos para dois grupos focais, um em cada escola.

Não foram encontrados estudos que narrassem a história dos secundaristas do Espírito Santo, mas foram encontrados muitos secundaristas fazendo história, ocupando escolas com performances de reivindicação e sendo ignorados pelas grandes mídias. Sendo assim, esse estudo busca compreender a ascensão do engajamento da juventude secundarista no ano de 2016, em especial, fazendo o recorte temporal para observar o período da Primavera Secundarista, um recorte geracional para observar as juventudes e um recorte institucional para filtrar as juventudes escolarizadas.

O engajamento secundarista está sendo considerado um Confronto Político, que “tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.11). Neste sentido, a revisão teórica deste trabalho traz ao debate os conceitos de *juventudes* (NOVAES; VITAL, 2005), engajamento (CASTRO, 2008; SEIDL, 2014), repertório organizacional (CLEMENS, 2010), repertório de ação e performances (TILLY, 2008), redes sociais e esferas da vida (SILVA e RUSKOWSKI, 2010), alfabetização política (FREIRE, 1997) e identidade militante (BRENER, 2010; MISCHE, 1997), entre outros autores.

Tal embasamento teórico tem encaminhado a percepção de que os indivíduos nascidos em esferas da vida cujo redes de relações foram potencialmente construtoras de conhecimentos políticos, crescerão em contato com fatores motivadores ao engajamento política, modelando uma identidade militante.

Este indivíduo passará por um processo gradual de inserção na esfera da vida chamada militância, cujo engajamento pode ser lido pelos padrões organizacionais e relacionais. Os jovens aparentam muito interesse por política, mas afastam-se das

formas institucionalizadas aproximando-se cada vez mais das formas mais espontâneas. Logo, as ocupações de escolas aparecem como formas contemporâneas do ativismo secundarista.

## 1. ENGAJAMENTO SECUNDARISTA NA LITERATURA

O engajamento pode ser visto como um ato de transformação da realidade social pelo olhar da juventude, assim como é lido como “uma oportunidade de novas sociabilidades, propiciando a construção de relações de amizade e de espaços de diversão” (SILVA & RUSKOWSKI, 2010, p.40). Concordando com Seidl (2014, p.58) acreditamos em “[...] uma visão da sociologia da militância que toma o engajamento como *processo*”, que significa um engajamento política resultante de um processo de inserção gradual, motivado por fatores diversos desde o nascimento.

Rique (et al, 2009, p.142) afirma que é importante compreender o que os jovens pensam sobre a cidadania, estudar como eles enxergam o engajamento político, já que “a sociedade é rotineiramente informada da falta de motivação da juventude para se engajar na vida cívica e política”, mas a quantidade de escolas ocupadas durante a Primavera Secundarista nos mostra que não há ausência de engajamento, e sim novas formas de se engajar. Portanto, para compreender o engajamento do secundarista, é preciso responder: o que significa “política” para o jovem?

É importante frisar que a noção de “política” relacionada às práticas e ações dos sujeitos pesquisados não apareceu como termo utilizado pela maior parte dos grupos para definir o que de fato *fazem*. Ao contrário, em várias circunstâncias a expressão foi empregada pelos jovens para fazer referência a algo a ser por eles evitado nas ações coletivas: como sinônimo de política partidária ou das políticas públicas dos governos. Com essas, a relação – quando acontece – é sempre tensa e marcada por descrédito. Há, por parte de uma parcela significativa de jovens, uma descrença associada à política institucional seja pelos desgastes dos partidos políticos e suas dinâmicas, seja pela percepção de que a via eleitoral e a democracia formal não têm sido suficientemente eficazes como forma de garantir direitos e uma vida digna. (MATTOS; MESQUITA, 2013, p.478)

Castro (2011, p.300) afirma que os jovens são “objeto do discurso do outro”, geralmente situados como “tutelados, invisíveis e “não falantes”. Mas a importância da fala seria possibilitar a constituição dos jovens enquanto sujeitos políticos, ou seja, não se trata de apenas ouvir o jovem, mas de lhe permitir “uma fala pública potente para

influir no curso e no destino da vida coletiva” (CASTRO, 2011, p.301). O engajamento dos jovens manifesta essa necessidade de fala pública.

É preciso entender que esses protestos públicos analisados aqui estão dentro de outro espectro dos movimentos juvenis, onde a reinvenção de um jeito de intervir no cenário público é assumida diante de novas possibilidades de ser jovem, [...] e transmitem uma cultura da participação política aos demais jovens de diversas formas, porque potencializaram esse eco não só nas ruas, mas nas mídias sociais, quando consideramos que o caráter auto-construtivo da internet na organização, na difusão e na arregimentação de novos adeptos aos protestos e suas bandeiras. (MACHADO, 2013, p.324-325)

Brites (2015, p.31) afirma que os jovens “tendem a participar menos em ações políticas formais (trabalhar em campanhas e votar) e mais em formas de ação ligadas às suas comunidades”. Para caracterizar o engajamento secundarista na pesquisa em andamento, antes da análise sobre as novas formas em que ele se apresenta, será preciso também identificar os fatores iniciais que o motivaram:

Seja por indignação diante da injustiça que causa sofrimento alheio, seja por interesse de minimizar o próprio sofrimento, vários jovens começam a participar levados por sentimentos gerados na vida privada. Como desdobramento, tais sentimentos privados se transformam em “lutas por direitos”, geralmente dentro da chave de leitura dos “direitos humanos”, e, assim, geram ações que contribuem para a construção do espaço público. (NOVAES; VITAL, 2005, p.126)

Novaes e Vital (2005, p.142) apresentam um quadro simplificado que expressa as “continuidades e descontinuidades no campo de possibilidades de participação juvenil”, comparando as palavras de ordem, pares de oposição e características da participação dos jovens nos anos 60, 70, 90 e no período da produção de seu trabalho, publicado em 2005. Na pesquisa em andamento, se pudéssemos dar continuidade ao quadro, que respostas encontraríamos sobre o engajamento juvenil, especialmente, a partir de 2013?

	Palavras de ordem	Pares de oposição	Participação de Jovens
Anos 1960-1970	Mudar o mundo! ----- (e fazer revolução dos costumes)	Capitalismo x Socialismo Cultura estabelecida x Contracultura	Estudantes, operários e camponeses Hippies e demais grupos de contracultura
Anos 1970-1980	Democratizar a América Latina ----- Ações afirmativas para as “minorias”	Ditaduras x Democracia almejada Preconceitos e discriminação x Respeito à diversidade	Cidadãos rurais e urbanos ----- “Minorias”, Jovens mulheres, negros, indígenas
Anos 1990   Síntese atual	Lutas contra o “neoliberalismo”  ----- Por acessos e oportunidades de inclusão  ----- Por políticas públicas de/com/para Juventude	Degradação ambiental x Sustentabilidade  ----- Violência x Paz e direitos humanos  ----- Exclusão x Inclusão social	“Jovens dos projetos” (de Ongs, fundações), Jovens gestores de políticas governamentais, grupos culturais, redes, fóruns e conferências de Juventude, dos movimentos por livre orientação sexual etc.  ----- Juventude (como sujeito de direitos, com marcas geracionais comuns e demandas diversificadas)

(Tabela: NOVAES; VITAL, 2005, p.142)

Mische (1997) também compara o engajamento de juventudes nos anos 60 e 90. Ela observa a constituição de diferentes identidades, de “estudante” e de “cidadãos”, que mudavam conforme o contexto, as oportunidades políticas, as pautas de reivindicação e suas interações em redes de relações.

Meu argumento básico é que o período anterior, de 1960 a 1968, serviu como um nexo para a concentração de identidade. A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. Isso não se deve a uma lógica intrínseca ou “destino histórico” de estudantes como categoria social, mas resultou da estrutura específica de suas redes sociais, concentradas principalmente na família e, mais importante ainda, nas universidades. Em contraste, o período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão” (MISCHE, 1997, p.140).

Esse breve debate sobre o engajamento precisa ser complementado pela caracterização do sujeito que dá vida ao objeto: as *juventudes*. Parte-se do princípio que “Compreender a juventude de hoje é compreender o mundo de hoje”. (NOVAES; VITAL, 2005, p.109). Entendendo que a juventude é uma categoria produzida socialmente, é preciso considerar “os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos”. (CARRANO; DAYRELL, 2014, p.110). Na pesquisa em andamento partimos do princípio que a categoria juventude não é universal.

[...] por razões econômicas, políticas, culturais e, sobretudo, de classe e frações de classe ou grupos sociais, só faz sentido falar em juventudes. Por este ângulo, também, a questão da diversidade, não exclusiva, mas predominantemente, vem subordinada e demarcada pela desigualdade. O diverso que resulta de uma realidade social com igualdade de condições constitui-se numa rica possibilidade de escolhas e de criação. Mas o diverso que resulta da desigualdade de condições não só é um pobre diverso, como não é diverso, mas sim desigual. (FRIGOTTO, 2009, p.25)

Para conhecer a juventude da sociedade moderna, devemos situar “[...] o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil” (DAYRELL, 2009, p.18). Essa condição juvenil varia muito na modernidade, porque este período propicia ao jovem um

ambiente muito rico para a socialização, um “espaço plural de múltiplas referências identitárias” (SETTON, 2013, p.170).

Pode-se acrescentar ainda, sobre a modernidade, que a demarcação da juventude não acontece pela idade, e sim pelo período de construção dos projetos de vida e constituição da identidade do jovem, como uma *moratória social*, que seria uma etapa de transição em que os indivíduos “[...] processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania” (NOVAES; VITAL, 2005, p.110).

Como a *moratória social* traz desiguais formas de viver a juventude, falamos então de *Juventudes* no plural, transitando para a vida adulta em tempos e espaços distintos (NOVAES; VITAL, 2005). Dayrell (2009, p.22) mostra que esse trânsito passa pelas obrigações, normas, prescrições, os ritos, símbolos e o prazer, tudo isso delinea a trajetória para a vida adulta, e nesse movimento são construídos “modos próprios de ser jovem”.

Podemos concluir que as culturas juvenis, assim como a condição juvenil, são constituintes da categoria juventude, ou como melhor podemos descrever em virtude da sua pluralidade: as culturas jovens e as condições de vida são fatores constituintes das *juventudes*. Mas também é preciso reconhecer as diferentes oportunidades de aprendizagem política e espaços de engajamento político que um jovem escolarizado acessa em detrimento dos demais.

Na instituição escolar a construção do conhecimento político pode ocorrer por meio de teoria, principalmente nas disciplinas de história, filosofia e sociologia, e por meio de práticas participativas, numa escola que promove uma gestão democrática, no PPP – Projeto Político Pedagógico, no currículo, no relacionamento entre professor e aluno, nos grêmios estudantis e nos conselhos escolares.

Sobre os Grêmios estudantis, podemos dizer que provavelmente “sejam a expressão mais concreta de possibilidades de engajamento nas escolas de ensino fundamental e médio” (BRENNER, 2010, p.33). Além disso, por meio do grêmio os estudantes aprendem a se organizar politicamente e a lutarem pelos seus direitos. É importante dizer que alunos muito interessados em política são geralmente associados a rebeldia, por esse motivo, existem dirigentes escolares que resistem, e até tentam impedir a todo custo a formação de grêmios estudantis, que são núcleos básicos e embrionários da prática política da juventude (DANTAS, 2010).

Um jovem, por exemplo, que participa do Grêmio Estudantil, de uma associação comunitária ou de um grupo de hip-hop pode se tornar uma liderança positiva na sala de aula. O engajamento participativo pode aumentar seu estímulo para novas aprendizagens, melhorar a escrita

e provocar o desenvolvimento da capacidade de argumentação para a defesa de pontos de vista. (CARRANO; DAYRELL, 2014, p.121)

Castro (2008) afirma que que uma participação política ativa nos espaços democráticos da escola constitui um fator importante no sentido de favorecer o posterior engajamento em partidos políticos “dando continuidade ao desejo de lutar por mudanças, agora na sociedade mais ampla” (p.257). Neste sentido, a educação pode ser considerada como “instrumento por excelência de transformação e de justiça social” (p.262), mas não é o único responsável pela formação dos jovens:

As ruas, as ações sociais, as famílias, a vida cotidiana e, principalmente, a luta política, possuem também uma dimensão formativa básica dos jovens no mundo contemporâneo. Cuidar de nossa cidade, de nosso país e do planeta, não pode ser tarefa exclusiva da escola, mas, seguramente, se esta estiver conectada com rede de qualidade, se os professores forem qualificados para tratar de todos esses temas, a escola da rua, a escola formal, o cidadão-aluno e o aluno-cidadão farão a diferença no mundo contemporâneo e, quem sabe, não serão eles os ativistas personagens de todos os anos. (PRETTO, 2013, p.66)

Portanto, o engajamento adquiri tamanha importância na vida dos jovens que “Alguns comentam a emoção de poderem ver outros jovens *transformando suas vidas* por meio do trabalho que realizam” (CASTRO, 2008, p.262). A escola não possui o domínio da educação, mas educar é um fenômeno que extrapola os muros da escola. Vimos até aqui o que a literatura tem mostrado sobre o engajamento, sobre as juventudes e suas especificidades na condição de escolaridade. A seguir, apresenta-se resumidamente os caminhos teóricos que estão sendo escolhidos na pesquisa em andamento para auxiliar na explicação sobre o engajamento.

## **2. CARACTERIZANDO O ENGAJAMENTO**

Para compreender o engajamento secundarista, buscamos no campo de movimentos sociais o que as pesquisas anteriores apontaram como fatores possivelmente motivadores ao engajamento político e como variáveis explicativas. Decidiu-se caracterizar e explicar o engajamento secundarista sob duas variáveis: os padrões organizacional e relacional.

Na primeira variável, podemos identificar os repertórios organizacionais e repertórios de ação (com suas respectivas performances). Quanto ao padrão relacional,

consideramos que a alfabetização política adquirida nas relações entre as esferas da vida desde o nascimento constituirá uma identidade militante.

O engajamento das *juventudes* secundaristas na Primavera Secundarista refere-se a uma série de ocupações de escolas acompanhadas de outras manifestações, protestos, passeatas com pautas locais e nacionais. O olhar do campo teórico de movimentos sociais, caracterizando o processo de reivindicação secundarista como um Confronto Político, nos ajuda na caracterização do engajamento:

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevalentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político. (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.26)

Entendendo o engajamento como uma situação de confronto político cujo padrão organizacional e relacional depende do contexto histórico e das oportunidades políticas, aprofundaremos o debate sobre esses padrões enquanto variáveis que podem motivar a inserção no engajamento ou auxiliar em sua explicação.

Sobre o padrão organizacional, Clemens (2010) conceitua o Repertório Organizacional como “O conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis” (CLEMENS, 2010, p.165). Analisando o modelo organizacional dos secundaristas engajados na Primavera Secundarista em Vitória, voltamos o olhar para as ocupações das escolas.

Conforme um grupo se organiza de uma maneira particular, adota um modelo específico de organização, ele sinaliza sua identidade tanto para seus próprios membros como para outros. Os modelos de organização fazem parte do ferramental cultural de qualquer sociedade e, assim como preenchem funções instrumentais, preenchem também funções expressivas ou comunicativas. Além disso, a adoção de uma forma particular de organização influencia os vínculos que um grupo organizado estabelece com outras organizações. O modelo de ação coletiva escolhido conforma as alianças com outros grupos e as relações com as instituições políticas. Tanto no âmbito cultural como no institucional, os modelos de organização e de atividade coletiva são mecanismos centrais na transformação dos sistemas políticos. Uma vez que a forma organizacional é vista como sendo simultaneamente uma afirmação de identidade e constitutiva de campos institucionais mais amplos, os movimentos sociais aparecem como não apenas veículos de interesses preexistentes e causas de efeitos políticos específicos, mas como fontes cruciais de mudança institucional. (CLEMENS, 2010, p.180)

Clemens afirma que “quando mobilizadas em novas formas por grupos não usuais, mesmo os modelos organizacionais mais conhecidos podem ter consequências perturbadoras para as instituições políticas” (CLEMENS, 2010, p.165). Neste sentido, as ocupações de Vitória - ES podem ter sido inspiradas em outros movimentos

estudantis, como as manifestações contra a reforma do ensino, no ano de 2015 em São Paulo. Logo, “Uma vez que um grupo tenha usado pioneiramente um modelo organizacional em uma nova arena, esse modelo pode, então, ser adotado e utilizado por outros grupos” (CLEMENS, 2010, p.183).

O repertório de ação, por sua vez é “um conjunto de *formas de ação*” (ALONSO, 2012, p.23). Alonso narra que Tilly pegou emprestado da música o conceito de “repertório” para explicar as formas *políticas* de agir, ou seja, para identificar e classificar as possibilidades de se fazer política num período histórico específico.

O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário. (ALONSO, 2012, p.22)

Alonso também retoma o conceito de performance em Tilly, onde prevalece “A ideia de repertório como conjunto de *performances*” (ALONSO, 2012, p.29). Em outras palavras, no repertório de um movimento podemos ter passeatas, fechamento de vias, manifestações em frente a organizações governamentais, entre outras, e dentro desse repertório pode haver releituras do mesmo, inovações nas formas de reivindicar dentro do repertório, o que chamaríamos de performance.

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática. Esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos, e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais, condenando-os a serem descritos com sucesso como “extremistas” por seus oponentes e pela mídia. (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.25)

Sobre o padrão relacional, encontramos dois nomes na literatura que consideramos sinônimos: “esferas da vida” e “redes de relações”, porque as redes são relações estabelecidas entre as esferas da vida. Silva e Ruskowski (2010) citam Passy e Giugni (2000) para conceituar esferas da vida como “‘regiões’ distintas, mas inter-relacionadas, na vida de um indivíduo, cada uma com suas próprias fronteiras, lógicas e dinâmicas” (PASSY e GIUGNI apud SILVA e RUSKOWSKI, 2010, p.121). Neste sentido, a militância seria uma das esferas da vida.

Assim, uma perspectiva central a alimentar essa vertente aqui desenvolvida toma a militância como *uma* esfera da vida social. Portanto, a intensidade da relação do indivíduo com esta esfera depende de sua constante interação com outras esferas de vida, como

a da família e dos sentimentos, do trabalho, da escola, das amizades, do lazer, etc. (SEIDL, 2014, p.60)

Entretanto, Silva e Ruskowski (2010) apontam tensões entre a esfera da militância e as demais esferas da vida, circunstâncias que provocam oscilações no envolvimento militante, quando há necessidade de “conciliar a militância com os compromissos de esferas de vida, como o estudo e o trabalho” (p.43). Os autores afirmam que tais tensões são geradas pelo ciclo da vida e as suas respectivas experiências, inclusive mostrando que os movimentos sociais são para os jovens “não apenas um espaço de atuação política, mas também um espaço de estudo, de diversão, de amizades e de trabalho” (p.46).

A identidade militante do indivíduo será construída em seus relacionamentos nas esferas da vida desde o nascimento, onde a família é a primeira esfera, “A família é o primeiro lugar de construção de referências políticas (ou falta delas)” (BRENNER, 2010, p.30). Tamanha é a importância dessa esfera da vida, por se tratar da primeira interação do indivíduo com o mundo:

Pesquisa realizada em 2004 sobre a participação política de jovens da Comunidade Europeia aponta que cerca de 70% dos entrevistados seguem a mesma orientação política dos pais – seja de direita, de esquerda ou de não escolha partidária. Em todos os países investigados foi observada estreita ligação do nível de politização dos pais e de seus filhos. Jovens que crescem em ambientes familiares mais politizados desenvolvem atitudes mais positivas em relação à política. Os filhos “herdeiros” de alguma filiação política dos pais, sejam de esquerda ou de direita, têm afirmações e posicionamentos políticos mais firmes e bem estruturados que aqueles cujos pais não identificam uma preferência política. Quando herdeiros de uma filiação política de esquerda, os jovens são mais fortemente contestadores que aqueles que se vinculam a uma herança de direita. (BRENNER, 2010, p.31)

Silva e Ruskowski (2010) afirmam que as relações de amizade podem ser o veículo que proporciona contato com militantes engajados e incentiva a construção de projetos de engajamentos significativos. Em outras palavras, os autores querem destacar o papel de socialização e recrutamento das amizades, que assim como a esfera da família, é uma fonte de “experiências, informações e/ou contatos que oportunizaram o engajamento” (p.37).

As pesquisas apontam, portanto, para uma forte influência familiar na construção de disposições para o engajamento e tomada de posições políticas, mas também afirmam que essa não é a única influência, nem necessariamente a mais importante. Os processos de socialização que têm lugar na escola e nas relações de amizade são também importantes e podem ser mais fortes e determinantes do comportamento político que a “herança” dos pais, em determinados casos. (BRENNER, 2014, p.35)

Brenner aponta a escola como uma das esferas da vida mais influenciadoras ao engajamento, destacando os grêmios estudantis e algumas disciplinas. “O jovem de

origem popular disse considerar-se privilegiado por ter tido vários bons professores, especialmente os de História, que também o influenciaram na escolha do curso universitário” (BRENNER, 2014, p.45). As disciplinas de história, geografia, sociologia e filosofia, ameaçadas constantemente, e as vezes efetivamente afetadas nas reformas educacionais brasileiras, são frequentemente citadas pelos estudantes como espaços de aprendizagem política.

[...] muitos afirmam que foi justamente da família que vieram suas primeiras percepções sobre temas políticos, seja por meio de discussões, seja por meio do exemplo dos pais. Mas também dos professores, principalmente de História e de Geografia, citados como aqueles que mais incentivam a “ver a realidade de outra forma”, a “questionar”, a “ser mais crítico”. (CASTRO, 2008, p.264)

Segundo Carlos (2012, p.80), “O padrão de ação coletiva do movimento social compreende além da organização formal, redes de relações informais e suas interações relacionais”. Logo, a pesquisa também pretende analisar “as *redes interpessoais e organizacionais* nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de *projetos pessoais e sociais*” (MISCHE, 1997, p.138), buscando compreender como as redes propiciam uma alfabetização política que constitui uma identidade militante levando ao engajamento.

As redes de interações estabelecidas pelo sujeito no momento presente, significando contato com espaços e grupos com os quais se identifica e é capaz de construir algum tipo de reciprocidade, é que tornariam possível seu engajamento. Estaria presente, além da identificação com o grupo, um cálculo que equacionaria positivamente a relação entre o investimento realizado na militância e as compensações materiais e pessoais produzidas por ela, ou ainda o prestígio que poderia angariar por meio desse engajamento. (BRENNER, 2014, p.37)

A observação das redes de relacionamento do indivíduo com as esferas da vida desde o seu nascimento é parte imprescindível na caracterização do engajamento das *juventudes* secundaristas, porque nessas redes são adquiridos os conhecimentos políticos que aqui nomeamos de alfabetização política, que por vez vai constituir uma identidade militante.

Sobre essa identidade, McAdam, Tilly e Tarrow (2009) afirmam a modernidade desloca o indivíduo daquele isolamento da sociedade pré-moderna trazendo-o para um espaço onde “Significado e identidade passaram a ser menos característicos de algum “mundo da vida” estável e mais uma realização social colaborativa” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.29). Logo, o engajamento não é uma escolha racional, mas é parte de uma identidade militante constituída pela alfabetização política adquirida nas relações entre as esferas da vida.

A maior parte dos movimentos não surge porque os *outsiders* são induzidos a se juntar à luta; ao invés, eles são agregados a partir da

solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização do movimento que estão, por sua vez, ligadas às comunidades de identidade comunicadas por meio de redes sociais. (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.32-33)

Castro afirma que “[...] os espaços de luta e de discussão política constituem um referencial importante para a formação de identidades juvenis, para além daquelas comumente consideradas, como a família e a escola” (CASTRO, 2008, p.260). Ainda falando identidade, Alonso conceitua identidade como “o que os atores definem como tal num conflito particular, por contraste e confronto com grupos rivais” (ALONSO, 2012, p.29). Logo:

A adesão ao partido ou à organização estudantil, para os jovens engajados nas militâncias partidária e estudantil, conduz a uma outra visão de si, do futuro e dos outros. Por meio dela, abre-se outra fronteira de enlaçamento com o social dada pelo que eles chamam de “uma visão crítica da sociedade” ou de uma “conscientização”, caracterizando uma crise positiva de reordenamento de valores. É como se tudo, de repente, pudesse ser iluminado pelo sentido da luta contra a opressão e as injustiças; enfim, o sentido político ilumina todas as outras vivências do jovem. Dessa forma, a política, não como instituição, mas como visão crítica da sociedade, seria o significante que batiza a ingresso do jovem em uma outra vida em que pode ver com outros olhos a si mesmo, sua própria família, os problemas que o circundam e as determinações a que está submetido. (CASTRO, 2008, p.262)

Esse sentido significante da política não como instituição, mas como visão crítica da sociedade, é resultante da alfabetização política construída gradualmente nas redes de relações entre esferas da vida. A militância representa um novo olhar sobre a realidade, com um maior sentimento de pertencimento coletivo e de responsabilidade sobre as ações que afetam o todo.

[...]os jovens que militam nos partidos e nas associações estudantis sentem-se diferenciados dos outros, considerados como “despolitizados”, “alienados”, “individualistas”, “entreguistas” e “com aversão à política”. A maior crítica dos militantes é dirigida aos jovens que têm dinheiro e deixam-se absorver pelo consumo e em si mesmos, mas também se dirige ao modo como hoje se vive a vida, todos absorvidos na luta pela sobrevivência. A militância confere o sentimento de estarem enxergando “para além do horizonte” da maioria dos mortais e a responsabilidade de poder “representar” outros jovens. (CASTRO, 2008, p.260)

Paulo Freire conceitua a alfabetização política, afirmando a existência de apenas dois métodos educativos e que todo professor escolherá entre eles: “o primeiro, o da educação visando a domesticação do homem; o segundo, o da educação que visa a libertação do homem” (FREIRE, 1997, p.21). O primeiro método, da domesticação, significaria:

Esta política educativa, quer os seus aderentes disso estejam conscientes ou não, tem como centro uma manipulação das relações e dos pontos de referência entre mestres e alunos; estes últimos são

os objetos da ação dos primeiros. Os iletrados, como recipientes passivos, têm de ser “enchidos” pelas palavras que lhes transmitem os seus instrutores; eles não são convidados a participar de maneira criadora no processo de ensino. O vocabulário que lhes é ensinado, e que provém do mundo cultural do instrutor, chega-lhes como alguma coisa totalmente “à parte”, como alguma coisa que pouco tem a ver com a sua vida de todos os dias. (FREIRE, 1997, p.22)

Sobre a possibilidade de uma “educação neutra”, Paulo Freire afirma que “a educação não pode senão aspirar ou à domesticação, ou à libertação. Não há terceiro caminho” (FREIRE, 1997, p.23). Todas as esferas da vida escolherão um desses, incentivando ou limitando o engajamento político do jovem. Lembrando que, se uma delas adotar a postura de “não ensinar política”, automaticamente assume uma decisão política, que acarretará consequências políticas específicas. Logo, para evitar uma educação domesticadora, Paulo Freire sugere a educação libertadora:

Na educação para a libertação, o instrutor convida o aluno a conhecer, a descobrir a realidade de maneira crítica. Assim, enquanto a educação em vista da domesticação procura consolidar a falsa consciência de modo a facilitar a adaptação à realidade, a educação para a libertação não consiste apenas em impor a liberdade. A razão disso é a seguinte: enquanto no primeiro processo, há uma dicotomia absoluta e rigorosa entre aqueles que manipulam e aqueles que são manipulados, no segundo processo, não há sujeitos que libertam e objetos que são libertados; não há dicotomia. O primeiro processo é de natureza prescritiva; o segundo, de natureza dialogal. O primeiro concebe a educação como o dom ativo e a recepção passiva de idéias entre duas pessoas; o segundo concebe o fato de aprender como um processo ativo levando à transformação que principia por ele-próprio. (FREIRE, 1997, p.24)

Uma educação domesticadora formará o que Paulo Freire chama de analfabeto político, que seria alguém para quem “o real é um fato dado uma vez por todas, qualquer coisa que é o que é, e que não se vai transformado” (FREIRE, 1997, p.24). Quando esferas da vida importantes como a família e a escola decidem se abster de assuntos políticos, a formação do cidadão ficará com uma lacuna na percepção histórica dos fatos.

A sua concepção da história é, pois, puramente mecanizada e, por vezes ao mesmo tempo, fatalista. Para ele, a história pertence apenas ao passado; não é o que evolui hoje ou o que evoluirá amanhã. O presente é qualquer coisa que deve ser normalizada, e o futuro, mera repetição do presente, deve ser também normalizado, isto é, o *status quo* deve ser mantido. Por vezes, o analfabeto político apercebe o futuro como não sendo exatamente a repetição do presente, mas como alguma coisa de preestabelecido, de dado antecipadamente. Mas uma e outra concepção são concepções “domesticadas”: uma escraviza o futuro ao presente, o qual deve repetir-se; a outra reduz aquele a qualquer coisa de inevitável. (FREIRE, 1997, p.25)

A teoria da alfabetização política de Paulo Freire está centralizada no conceito de conscientização, que seria o “processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa ação de transformação” (FREIRE, 1997,

p.28). Afinal, “Se os homens não abordam o mundo de modo crítico, a sua aproximação é ingênua” (FREIRE, 1997, p.28). É neste sentido que Brites (2015) aponta que quanto maior for o grau de instrução, maior será o grau de participação, porque “Os jovens mais instruídos são mais ativos, têm mais consciência cívica e fazem mais uso dos direitos de cidadania” (BRITES, 2015, p.30). A alfabetização política tem essa missão de instrumentalizar os indivíduos para o exercício da cidadania em nosso regime democrático, possibilitando um engajamento crítico e consciente perante o desejo de transformação da realidade social.

### **3. CONCLUSÃO**

O presente ensaio teórico é um resumo da revisão de literatura sendo construída na pesquisa de mestrado em andamento que busca caracterizar o engajamento secundarista no município de Vitória durante a Primavera Secundarista em 2016. Tal embasamento teórico tem encaminhado a percepção de que os indivíduos nascidos em esferas da vida cujo redes de relações foram potencialmente construtoras de conhecimentos políticos, crescerão em contato com fatores motivadores à participação política, modelando uma identidade militante.

Este indivíduo passará por um processo gradual de inserção na esfera da vida chamada militância, cujo engajamento pode ser lido pelos padrões organizacionais e padrões relacionais. Até o momento, nas visitas em sete escolas que foram ocupadas no município de Vitória, foi possível identificar dois padrões organizacionais: algumas escolas são assumidamente envolvidas com partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis locais e nacionais, carregando suas bandeiras.

Em contrapartida, outras escolas, se dizem “totalmente apolidárias”, e quando perguntados sobre quem é responsável pela ocupação, respondem “Nós, por nós”, ressaltando que o relacionamento com partidos políticos ou movimentos sociais é restrito, porque ocupação não é espaço de cooptação para novos membros. O relacionamento com organizações estudantis é tensionado conforme o número de estudantes que já participavam dessas organizações antes da ocupação: se a maioria já participava, a escola expõe as bandeiras dando crédito as organizações pela ocupação, se apenas uma minoria participava, a escola não levanta bandeiras, mas dão créditos aos próprios ocupantes.

Sobre seus repertórios de ação, as ocupações são a escolha principal, mas as passeatas, as manifestações de rua e atos em frente aos órgãos governamentais tem sido a extensão das ocupações. Nesses repertórios, as performances variavam da

exposição de bandeiras pelas escolas ligadas a instituições, aos cartazes com dizeres anarquistas, das escolas cujo ocupação ocorre de forma mais espontânea, menos formalizada.

Sobre o perfil socioeconômico desses jovens, nos questionários aplicados até o momento, foi identificado que os jovens ocupantes de escolas possuem entre 14 e 18 anos, sendo predominantemente pardos e brancos, com renda familiar entre R\$ 1.821,00 e R\$ 3.800,00 reais. Sobre a escolaridade dos pais, majoritariamente, a mãe completou o ensino médio e o pai completou o ensino fundamental.

Quando perguntados sobre onde aprendem política, a “internet” aparece em primeiro lugar, “escola” e “amigos” ficam empatados em segundo lugar, e a “família” em terceiro, dados que nos auxiliam na análise dos padrões relacionais, para identificar as esferas da vida que alfabetizam politicamente. Dos respondentes entre 16 e 18 anos, 69% ainda não tiraram o título de eleitor. Essa última informação, nos mostra que os jovens, apesar do desinteresse pelo voto, pela participação mais formal na escolha institucionalizada de representantes políticos, estão optando por novos repertórios de reivindicação política, novas formas de ativismo contemporâneo.

A pesquisa ainda está na fase de coleta de dados, de aplicação de questionários e entrevistas individuais, para futuramente iniciar os grupos focais. Aqui, portanto, não cabe apresentar muitos dados conclusivos sobre a pesquisa em andamento, apenas trouxemos as aparições na literatura do objeto e das metodologias pelo qual ele está sendo abordado. Encerramos o presente trabalho com a fala de Pretto: “Penso que esta força da juventude é única possibilidade de uma radical transformação na mesmice do mundo atual. Porém, tais ideias, nem sempre são bem acolhidas” (PRETTO, 2013, p.159).

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia&Antropologia** | v.02.03: 21 – 41, 2012

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 867/2015. Inclui entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 15/11/2016.

BRASIL, Presidência da República. Medida Provisória nº 746/2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 15/11/2016.

BRASIL, Senado Federal. Proposta de Emenda Constitucional nº 55. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 15/11/2016.

BRENNER, Ana Karina. O tempo-espaço da escola e as possibilidades de engajamento político. In: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer XI**, nº3, 2010, p.29-35.

\_\_\_\_\_. Ana Karina. Socialização política nos percursos de jovens militantes de partidos políticos. In: **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais** / Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero – Niterói; Editora da UFF, 2014.

BRITES, Maria José. **Jovens e culturas cívicas**: Por entre formas de consumo noticioso e de participação. LabCom Books, Laboratório de Comunicação Online, UBI – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2015.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. **Tese de Doutorado** apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

CARRANO, P; DAYRELL, J. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo** / Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.101 – 134.

CASTRO, Lúcia R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Lúcia R. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, J; MOREIRA, M. I. C; STENGEL, M. (org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. 448p

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, jan/jul 2010, pp. 161-218.

DANTAS, Humberto. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer XI**, nº3, 2010, p.03-12.

DAYRELL, Juarez. Apresentação da série *Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio*. In: **Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio**. Salto para o futuro, ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009, p. 04 – 11.

\_\_\_\_\_. Uma diversidade de sujeitos – texto 1(B) – O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. In: **Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio**. Salto para o futuro, ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009, p. 16 – 23.

FREIRE, Paulo. O processo de Alfabetização Política. In: FREIRE, Paulo. Uma educação para a liberdade. 4ª ed. Textos Marginais 8, Porto: Dinalivro, 1974, p.41-59. Reproduzido In: **Revista FAEBA**. Salvador, nº 7, jan/junho, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Expectativas juvenis e identidades do Ensino Médio – Ensino Médio no Brasil: “Juventudes” com futuro interditado. *In: Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio*. Salto para o futuro, ano XIX, boletim 18 – Novembro/2009, p. 24 – 29.

FOLHA VITÓRIA. Sobe para 60 número de escolas ocupadas por manifestantes no Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2016/10/sobe-para-60-numero-de-escolas-ocupadas-por-manifestantes-no-espírito-santo.html>>. Acesso em: 30/11/2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

MATTOS, A. R; MESQUITA, M. R. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 2013, p. 478-480.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Para mapear o confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MACHADO, Otávio L. Múltiplas juventudes: protestos públicos e as novas estratégias de mobilização juvenil em Recife. *IN: MACHADO, Otávio Luiz (org.). JUVENTUDES, DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – Frutal-MG: Prospectiva*, 2013.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. N 5 e N 6, 1997, p. 134-150.

NOVAES, Regina; VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. *In: THOMPSON, A.A.(Org). Associando-se à juventude para construir o futuro*. Vários autores./ revisão e tradução do espanhol Fernando Legonij]. – São Paulo: Petrópolis, 2005, p.107 – 148.

PRETTO, Nelson De Luca. **Reflexões: ativismo, redes sociais e educação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

REDE GLOBO, TV Gazeta no Espírito Santo. Jovens mostram menos interesse em participar de eleições no Espírito Santo. **ESTV 1ª EDIÇÃO**. Matéria televisiva exibida em 09 de Agosto de 2016.

RIQUE, Júlio; et al. Questões Sociais e Engajamento dos Jovens na Vida Sociopolítica. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 2 (2), 141 – 150, julho-dez de 2009.

SEIDL, Ernesto. Engajamento e investimentos militantes: elementos para discussão. *In: Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais / Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero – Niterói; Editora da UFF*, 2014.

SETTON, M.G.J. Teorias de Socialização – Notas introdutórias sobre as relações indivíduo e sociedade. *In: VIEIRA, M.M; RESENDE, J; NOGUEIRA, M.A; DAYRELL, J; MARTINS, A; CALHA, A. Habitar a escola e as suas margens: Geografias Plurais em Confronto*. Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação, 2013, p. 169 – 178.

SILVA, Marcelo K.; RUSKOWSKI, Bianca de O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes inter-pessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, Nº 3, 2010, p. 23-48.

TILLY, Charles. *Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press, 2008.

VILELA, Pedro Rafael. Com mais de mil escolas ocupadas, movimento secundarista não para de crescer. Publicado no site: **Brasil de Fato**, em 21 de Outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/21/com-mais-de-mil-escolas-ocupadas-movimento-de-secundaristas-nao-para-de-crescer/>>. Acesso em: 30/10/2016.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;  
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 14 - Gerações e Participação Política

**Jovens organizados em partidos políticos: na contramão da tendência**

José Elias Domingos Costa Marques  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG)

## **Resumo**

O diagnóstico analítico corrente da identificação militante de engajamento político dos jovens no Brasil tem revelado uma aproximação crescente com novos formatos de construção da luta política, mais fluídicos e ancorados em direcionamentos temáticos específicos, à mercê do afastamento das querelas de mediação de organizações tradicionais, como os partidos políticos. Todavia, um contingente importante de jovens continua optando pela militância nos partidos, muitos preenchendo as fileiras de suas Juventudes Partidárias. Este trabalho objetiva assim debater o formato destas organizações, balizadas sob a perspectiva de sua institucionalização, bem como as prerrogativas de atuação pela socialização política de jovens que optam por este tipo de militância. Para a construção tipológica do formato institucional destas organizações, instrumentalizamos pontuações analíticas de seminais referências sobre o tema. Entrevistas em profundidade realizadas com doze jovens engajados em três diferentes partidos brasileiros balizam a caracterização do jovem partidário, cujo conteúdo enquadra-se em três categorias analíticas: motivações, trajetória militante e influência e eficácia no engajamento.

Palavras-chave: Juventudes Partidárias; jovens partidários; participação juvenil.

## Introdução

As Juventudes Partidárias constituem um importante espaço político dentro dos partidos em tem como objetivo elementar integrar a militância jovem na vida partidária. Embora sua importância no cenário da intervenção política juvenil nos países democráticos venha diminuindo significativamente nas últimas décadas, elas continuam sendo um importante canal de recrutamento partidário e socialização política. Neste cenário de militância, as juventudes partidárias revelam não só a problemática do enquadramento, ao nível do Estado, das respostas políticas aos problemas da juventude, como também da estrutura de participação organizada da vida político-partidária. Um enquadramento mínimo do significado de “*Juventude Partidária*” (o termo em inglês mais utilizado para denominá-las é “*youth wings*”) deve impreterivelmente atender a dois requisitos: considerar o vínculo da organização com o partido político, ainda que existam variações quanto à natureza deste vínculo; e reconhecer sua particularidade de identificação categorial, o que anula generalizações de enquadramento do jovem partidário com seu respectivo braço juvenil organizado.

Dentro dos partidos, visualizar o espaço das Juventudes inflecte em diretamente entender a estrutura formal do partido via divisão e organização das subunidades partidárias. Se referenciarmos as Juventudes em harmonia com a literatura clássica, algumas contribuições classificatórias servem de parâmetro nesta demarcação, como o esquema de subunidades partidárias de Sartori (1982) e o não esgotável círculos concêntricos de Duverger (1985). A disposição de seus membros operando o funcionamento intervenção juvenil do partido, pertencentes, portanto, ao mais interno círculo proposto no modelo de Duverger, as Juventudes estariam assim vinculadas enquanto instrumento partidário de integração com a sociedade e os movimentos sociais.

Acompanhando uma tendência observada em diversas democracias ocidentais, os jovens brasileiros paulatinamente tem rejeitado aderir à militância nas organizações partidárias, dentro do fluxo de interesse no engajamento em formatos não-tradicionais de militância. Contudo, na contramão desta tendência, ainda inúmeros jovens continuam optando por cerrar fileiras dentro dos partidos políticos, tendo em vista que todos os partidos brasileiros possuem organizações de juventude. Sendo assim, este trabalho objetiva assim trazer à tona o debate sobre as Juventudes Partidárias, levando-se em conta a concepção e formato destas organizações, balizadas sob a perspectiva de sua institucionalização, bem como as prerrogativas de atuação pela socialização política de jovens que optam por este tipo de militância.

### **Juventudes Partidárias: proposta de construção tipológica<sup>1</sup>**

Não constitui um fenômeno recente a existência de jovens que optam por se organizarem enquanto um braço juvenil de partidos políticos. A ideia da formação de um coletivo etariamente enquadrando esta categoria social nestes espaços tradicionais remete ao começo do século XX nas democracias estabelecidas, como forma de desenhar os jovens na rotina política do círculo de atuação partidária (GONZÁLEZ & CASTAÑOS, 2015). A inclusão de fileiras juvenis nos partidos consolida-se organicamente pensada sob a ótica do combate ao envelhecimento dirigente e a formação específica de jovens nas particularidades do cotidiano da vida partidária. Esta constatação elaborada por Maurice Duverger apresenta-se como observação pontual, contextualizada historicamente na dificuldade dos partidos operários em formar quadros preparados para direção interna, mediante a aproximação tardia de seus militantes com uma cultura política e técnica de análise dos fatos passível de ser apreendida no ensino secundário e superior (DUVERGER, 1985, p. 199-200). Possuir um grupo jovem interno identificado programaticamente com o partido era um antídoto contra o despreparo político e a carência de militantes mobilizados.

Um enquadramento mínimo do significado de “*Juventude Partidária*” (o termo em inglês mais utilizado para denominá-las é “*youth wings*”) deve impreterivelmente atender a dois requisitos: considerar o vínculo da organização com o partido político, ainda que existam variações quanto à natureza deste vínculo; e reconhecer sua particularidade de identificação categorial, o que anula generalizações de enquadramento do jovem partidário com seu respectivo braço juvenil organizado. Adotaremos aqui a definição (enfoque institucionalista) proposta por Julian Rodríguez: Juventudes Partidárias (abreviaremos no texto como JP’s) são:

Formas organizativas de juventude que integram as estruturas dos partidos políticos (subunidades partidárias), com especificidades próprias, e que, segundo as regras do jogo, formais e informais, desenvolvem atividades diversas no interior dos partidos e no ambiente externo de forma a contemplar fins específicos (RODRÍGUEZ, 2009, p. 23).

A feição organizativa de uma JP pode assumir diferentes contornos. Ela pode assumir posição formal bastante similar aos seus partidos, correspondendo

---

<sup>1</sup> Este tópico é um refinamento conciso da discussão elaborada pelo autor em sua tese de doutorado, intitulada “Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização e militância juvenil”, defendida em outubro de 2016 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

simetricamente suas normatizações quanto à divisão de cargos, atribuição das instâncias e órgãos, sobrevivência financeira, critérios de escolhas de dirigentes, etc. No eixo oposto, uma JP pode estruturar-se genuinamente dentro das prerrogativas que lhes são competentes pelas particularidades que assumem sua movimentação política juvenil. Por exemplo, uma máquina partidária burocraticamente rígida quanto à verticalidade das esferas de decisão pode abrigar em seu organograma uma liga de juventude que prioriza deliberações internas ancoradas na horizontalidade e enfraquecimento da hierarquia. São tipos de contornos em extremidade que possuem em comum a relação que precisam estabelecer com seus partidos políticos. O partido político necessariamente é a matriz de uma JP.

Como poderíamos avaliar, então, a estrutura e as atividades desenvolvidas pelas Juventudes Partidárias, partindo das referências dos indicadores de sua institucionalização? Temos, na literatura política, importantes contribuições voltadas a avaliar o grau de institucionalização organizativa de um partido político. No modelo proposto por HUNTINGTON (1968), a mensuração do grau de institucionalização dos partidos deve ser confrontada com quatro dimensões, a saber: autonomia (liberdade para delimitar influências externas), complexidade organizacional, coerência (correspondência entre as normas formais e condutas dos agentes) e adaptabilidade (habilidade para ajustar-se aos contextos políticos a qual está submetido). Na acepção de Panebianco (2005), a institucionalização pode ser medida ao longo de duas dimensões: nível de autonomia da organização em relação ao ambiente, pelo desenvolvimento da capacidade de controlar os processos de troca (extração de recursos humanos e materiais e distribuição de incentivos externos); e nível de sistemicidade, que se refere à coerência estrutural interna (forte interdependência entre as diversas subunidades, “assegurada por um controle centralizado dos recursos organizativos e dos processos de troca com o ambiente” (p. 106). Cervi e Codato (2006) oferecem um modelo dedutivo de institucionalização dos partidos adaptada ao sistema partidário brasileiro referenciado em três critérios demarcativos: força eleitoral autônoma, ou seja, grau de independência frente a um cacique político e forte identificação do eleitorado; coesão partidária e disciplina organizacional (baixa migração partidária e comportamento unificado das bancadas legislativas); e influência do partido junto às instituições políticas (controle dos recursos políticos, competência de definição nos processos decisórios).

Em se tratando das Juventudes Partidárias, podemos efetuar uma adaptação tipológica, levando-se em conta o enunciado de características e ações básicas a serem por elas desenvolvidas enquanto subunidades partidárias. Consideramos então

um conjunto de itens demarcados em três variáveis: atributos, funções internas e funções externas:

1. Atributos: estar legalmente constituída; possuir um regimento/estatuto próprio; ser referenciada no estatuto do partido; controle de filiação; dispor de um organograma com cargos e funções e possuir um código de ética.

2. Funções internas: previsão de fóruns, encontros e congressos; desenvolver cursos de formação específica para jovens; participação nas atividades e em cargos estratégicos do partido; eleições de representantes para cargos na juventude, gestão de projetos e disposição de candidatos para a disputa eleitoral oriundos de suas fileiras.

3. Funções externas: trabalho comunitário, campanhas de adesão e filiação de membros; participar de campanhas políticas do partido; presença em eventos voltados ao público juvenil; interferência nas discussões e proposições acerca de Políticas Públicas para Juventude e eleição de representantes para cargos públicos em entidades relacionadas com a juventude.

A criação de um braço juvenil organizado dentro de um partido político associa-se a condições diversas, confluentes ou não. Consistiria em mera inferência panfletária se reduzíssemos o surgimento das JP's a premissa de que partidos preocupam-se em subsidiar espaços exclusivos para melhor articulação de seus jovens militantes. Adaptando as pontuações apresentadas por Acosta (2011), sugerimos quatro pontos gerais em auxílio a melhor enxergarmos o surgimento destas organizações partidárias:

1. Decisão do partido em adaptar-se as exigências da legislação partidária, eleitoral ou Constituição. Neste caso, consideramos a existência de exigências legais para que partidos políticos possuam organizações juvenis em seu organograma de composição.

2. Necessidade instrumental: aumentar o número de filiados, aumentar o contingente de militantes nas frentes de campanha eleitoral, treinamento de lideranças para a renovação dos quadros.

3. Apropriação de pautas gerais de inclusão e respeito à pluralidade (reconhecimento de direitos, culturalismo, multi-inclusão, etc).

4. Viabilizar caminhos para melhor construção do diálogo com o público juvenil, objetivando primordialmente adaptar suas iniciativas políticas com as demandas dos jovens.

As Juventudes Partidárias sobrevivem embaraçadas a sua condição normativa, concebida pela inerência ao *habitat* onde foram concebidas. Alimentar uma negação ou distanciamento de sua condição partidária não só seria incoerente, como revelaria uma

*fraqueza molecular* quanto a sua constituição identitária e identificações que lhes são conferidas. O caminho à elaboração do diálogo com setores juvenis talvez perpassa a (re) afirmação justamente da sua condição institucional, erigida pela transmutação da sua existência como essencial democraticamente na cristalização dos interesses juvenis em conflito, na conciliação de reivindicações e na agregação de pressões.

#### **O engajamento dos jovens militante de partidos políticos: algumas percepções**

Quando nos propomos a debater organizações como as Juventudes Partidárias, dentro do prisma de interesse pelas construções analíticas sobre jovens, é inevitável traçarmos uma correspondência crítica com os diagnósticos recentes que versam sobre o deslocamento de seu engajamento para espaços “não tradicionais” de militância. Este declínio juvenil dos comportamentos institucionalizados relaciona-se com as mudanças no âmbito valorativo, pois as gerações atuais pouco se identificam com organizações hierarquizadas e burocratizadas, tendo preferências por experiências políticas não-convencionais (CASTRO, 2008). A observação do desinteresse de um jovem por um formato específico de mobilização política não deve ser reduzida simplesmente à esfera das opções individuais, mas porque certos canais de mobilização podem não estar tão disponíveis ou adaptados às demandas de referência subjetiva. Sendo assim, há pouco futuro para abordagens moralistas justificando um fraco engajamento pela falta de interesse e senso crítico.

Podemos afirmar que um jovem brasileiro que adquire disposições para engajamento em um partido político rema diretamente contra a maré das orientações de preferências que atualmente reinam naquilo que a juventude enxerga com bons olhos dentro das práticas políticas consideradas por eles como aceitáveis, viáveis. O enfraquecimento das identificações partidárias e a desmobilização em organizações

políticas tradicionais certamente têm reflexo no enfraquecimento do leque de possibilidades para construção de laços partidários através de grupos de afinidade. A feição das mudanças geracionais pela maior habilidade de movimentar-se sócio-politicamente mediante suas escolhas pessoais carecem também de uma compreensão para além dos ciclos de vida, conectando-se com eventos históricos relevantes e situações conjunturais (NORRIS, 2003).

Decorrente da incompreensão sobre o assunto e do desamparo de políticas públicas, a opinião negativa e corriqueira sobre a política e os políticos pela juventude brasileira, sintetizadas nos depoimentos acima, faz com que o jovem se abstenha de participar desse processo. Isso, entretanto, não quer dizer que o jovem esteja alienado. Para Muxel, Riou e Leahy (2005), a política (suas dinâmicas mais institucionais) propositalmente muitas vezes aparece mal explicada, mal relatada e, portanto, mal compreendida pela juventude, inteligibilidade esta que o deixa não “alienado”, mas sim “desencantado” com o atual cenário e o formato que lhes é colocado. Contudo, ainda que muitos jovens estejam desiludidos com *esta* política, é pela juventude que a política consegue se revitalizar, não mais de maneira imanente a ela, mas sim, fora dela (RIBEIRO, 2004) – nos movimentos sociais; nas lutas pelas identidades negras, identidades do movimento LGBT; no feminismo; na indignação ética; na indignação ecológica; nas artes; no *hackerativismo*, dentre outras frentes.

O engajamento militante do jovem continua, dentro de sua definição conceitual enquanto *atuação (commitment)* voltada a abraçar pontos de interesse e causas específicas (SAWICKI e SIMÉANT, 2011). A diversidade nas novas formas de participação política tem reflexo nas concepções e práticas de resistência: todos os jovens não participam da mesma maneira e não têm as mesmas expectativas de participação (PLEYERS, 2012). As subjetividades são construídas de formas fragmentadas, as atividades locais são individualizadas, criando-se múltiplas posições de agenciamento, conforme o complexo fluxo de relações de poder das sociedades contemporâneas (FREIRE FILHO, 2007).

E é justamente neste cenário de substituição gradativa do direcionamento dos jovens rumo a um engajamento com ares de valorização da individualização, da pontualidade e da seletividade (CICCHELLI, 2009) que muitos jovens brasileiros ainda persistem em trilhar suas trajetórias políticas mergulhados *na contramão da tendência*, ou seja, enquanto componentes de organizações tradicionais. No cenário brasileiro atual de militância e engajamento político, assolado por um descrédito da juventude para com as formas tradicionais de disputa política, revela-se nitidamente como

exceção a opção daqueles jovens que optam voluntariamente por filiar-se e dedicar-se a defender as pautas de um partido político. Este é o perfil de jovem que enquadrámos analiticamente nesta pesquisa, vinculados com o propósito de responder as seguintes indagações a partir da interpretação de entrevistas pela articulação das unidades de significação de pontos chave em eixos temáticos distribuídos dentro de três categorias de análise: motivações para ingresso em um partido político; características de sua socialização política dentro da sua trajetória militante; e influência e eficácia no engajamento.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com 12 jovens<sup>2</sup> distribuídos igualmente em três partidos políticos brasileiros (PT, PSDB e PSOL). A decodificação das entrevistas em profundidade, em harmonia com a proposta de análise dentro das questões a serem tratadas, teve como suporte técnico-metodológico a proposta de análise de conteúdo, essencialmente nos moldes do que está proposto em Bardin (2011). Vale frisar que o objetivo das entrevistas esteve voltado para o relato e as experiências pessoais de militância, mas também (e principalmente) como instrumento para reforçar a compreensão do *modus operandi* da Juventude.

### *Motivações*

A particularidade dos partidos, se diferenciando de outras organizações pelo ambiente específico e atividades específicas, legitimados como intermediadores legais na arena eleitoral da disputa de votos (PANEBIANCO, 2005) não explicam os fatores que ainda desperta em inúmeros jovens a motivação para surfar em uma arena socialmente tão desgastada. Resumir a visão de ingresso de um jovem a um partido pela aspiração proto-carreirista na vida da disputa política eletiva por demais tende a uma noção utilitarista de militância que obstrui a realidade motivacional de grande parte dos jovens. Para apreciarmos esta questão de um ângulo mais compacto e didático, codificamos as respostas alocando o conjunto das manifestações sobre a principal motivação para ingresso no partido político a partir dos eixos que utilizamos em outra pesquisa envolta na mesma temática (MARQUES, 2016). São quatro os eixos:

1-) Participação política instrumental: elementos associados a resultados de ações e conquistas políticas possíveis de conquista por intermédio da militância em

---

<sup>2</sup> Os nomes apresentados são fictícios, de forma a preservar a identidade dos entrevistados.

um partido político. O partido é um instrumento para se atingir objetivos políticos práticos;

2-) Valores e ideologias: formulações diversas que atrelam suas crenças e convicções políticas em correspondência com o propósito de atuação do partido.

3-) Carreira política: filiação tendo como alvo o ingresso na disputa política eleitoral.

4-) Interação social: criar novos vínculos de socialização, como estreitar laços com outros militantes e fazer amizades.

A motivação central de oito jovens entrevistados para o ingresso em um partido político está ligada ao fato do objetivo existencial da organização promover a conexão direta com seus anseios e crenças. A aproximação e filiação destes jovens (três do PT, quatro do PSOL e um do PSDB) deu-se pela sinergia entre suas concepções ideológicas e o formato programático adotado pelos seus respectivos partidos na construção de sua intervenção política.

Eu fui aos poucos conhecendo o partido, lendo coisas que eles publicavam, trocando ideia com colegas da faculdade que eram militantes...a minha identificação foi quase que instantânea! Sabia que as pessoas que estavam ali pensavam da mesma forma que eu, tínhamos projetos de sociedade muito parecidos (Lucas, 21 anos – PSOL).

Por afinidade ideológica mesmo, por saber que o PT contempla o que eu espero de um partido político, com uma visão progressista de sociedade. Quem milita num partido como o PT sabe que terá que ralar internamente para fazer valer suas posições. Porque possuímos democracia interna (Carlos, 21 anos – PT).

O partido, na ótica de constituir um instrumento institucional democrático efetivo e consolidado na construção de projetos políticos, é o que motivou o restante dos jovens entrevistados pela adesão às suas fileiras. É uma visão motivacional mais pragmática, dentro da categoria de instrumentalidade associados com a sua natureza de disputa eleitoral, habilidade de governar, pensar planos de governo, articular posicionamentos políticos e projeto de poder. Não podemos negligenciar o fato de que, como apontam Silva e Ruskowski (2016), é condição necessária à participação o alinhamento identitário, via ativação das disposições para se engajar, tendo como requisito a construção de laços significativos entre a organização e o jovem. O que estamos levando em conta é como este elemento foi postado em termos de prioridade dentro da narrativa de engajamento.

Vivemos em uma democracia e os partidos precisam de reconhecimento. Eu acho legal que os jovens façam suas iniciativas, pensem por si próprios, mas sozinhos não dá. Como se quer uma saúde e educação melhor sem poder decidir? (...) Penso que o partido é um caminho mais prático (Paulo, 27 anos – PSDB).

O projeto político do PT me agradou, justamente quando sentíamos os resultados sociais positivos dos dois governos de Lula e da Dilma (...). A história do PT mostra como ele tem se colocado como peça chave na luta dos direitos sociais. Não me imaginava militando em outro partido, mas tenho simpatia também por outros partidos que constituem o campo progressista (Ana, 25 anos – PT).

Em nenhuma das narrativas foi possível detectar indícios de motivações decorrentes de anseios em construir candidaturas próprias a cargos eletivos ou simplesmente para ampliação do leque de relacionamentos pessoais. Obviamente que a cautela analítica em torno do eixo *candidatura* enraíza-se nas consequências inerentes à convivência e construção da militância em um espaço político como o partido, imbuídos institucionalmente pela exclusividade de mediação para a construção de carreiras políticas, mediando a vontade individual e a disputa oficializada (KINZO, 2005). Assim, uma Juventude Partidária pode ser observada também como um celeiro de ambições de candidaturas, mesmo pela ausência da menção explícita como um fim ótimo, mas como consequência do engajamento para alguns.

#### *Socialização e trajetória de filiação*

A dimensão dos valores sociais e políticos de referência dos jovens é construída sob a tutela de redes e recursos que estão dispostos socialmente. A incorporação de preferências se dá nos moldes dos quadros de referência que o jovem vivencia e vivenciou durante sua trajetória tutelada por ininterruptos processos de socialização. Tem-se como pressuposto uma concepção do processo de subjetivação, no qual o trajeto biográfico inerentemente estará sujeito a um processo de transformação, seja nos processos familiares marcantes no campo das ações e atitudes, seja nas práticas sociais formais do ensino-aprendizagem (CASTRO, 2009). As socializações que antecedem o engajamento constituem assim disposições, capacidades e recursos em sintonia com a vinculação relacional dos indivíduos moldando as oportunidades de contato e interação (SILVA e RUSKOWSKI, 2016).

O interesse de um jovem pela política parte da formulação de indagações em torno do *pool* de referências, de atitudes, de representações sobre o mundo na qual

estão imersos e sujeitos aos fluxos de transmissão sócio-afetiva. O processo de socialização com a política concebe a interiorização pelo indivíduo da cultura política existente em um meio social por intermédio da apreensão e transação de referências políticas, traduzidas em formas de estar, ser e sentir (VARELA, 2009). Quando voltamos o olhar para os jovens que enveredam na militância em organizações cuja imagem na atualidade não encontra em sua categoria social um amplo reflexo de simpatia ou confiança, como os partidos políticos, o conhecimento dos pontos de mediação relacional sintonizando o jovem com esta vivência transforma-se em uma tarefa ainda mais interessante.

Nos núcleos familiares de 2/3 dos jovens entrevistados, há o relato da existência de um fluxo ativo e permanente de informação, de discussão e interesse geral sobre política. Nenhum partido possui exclusividade neste processo, sendo o PT o partido com o maior número de jovens enquadrados neste perfil (três). Inclusive, é maior a construção de uma predisposição para tornar mais palatável ingressar ou tão somente legitimar um partido a partir do momento que, em seu ambiente familiar, pessoas assim o fazem. Neste caso, apenas dois jovens petistas e um peesedebista preencheram este requisito, já que possuíam, no momento de sua aproximação com o partido, relações de parentesco imersas nesta esfera de enquadramento.

Estes vínculos prévios afetam, mesmo que indiretamente, a lapidação simbólica de afinidade política destes jovens, pelo significado correspondente aos laços afetivos construídos. Seminais pesquisas sobre jovens partidários revelam que o a iniciativa de enveredar nas fileiras do partido normalmente ocorre com jovens que estão, desde pequenos, expostos a um ambiente familiar bastante íntimo com atividades de cunho político. E as chances deste jovem optar pela militância partidária aumentam substancialmente quando um dos responsáveis também possui histórico de militância (ESPINOZA & MADRID, 2010; HOOGHE, STOLLE, STOUTHUYSEN, 2004; CROSS & YOUNG, 2008).

Contudo, mesmo defronte a influência familiar na lapidação de suas socializações políticas, as narrativas destes jovens revela que todos eles ingressaram no partido a convite de outras pessoas fora de seus círculos familiares. A mediação familiar pela efetivação da filiação está ausente, o que significa que o fato do jovem possuir um membro da família filiado ao partido não é um sinal verde para que possamos impreterivelmente prever o destino político dele enquanto militante partidário. Para todos os jovens do PT, do PSOL e dois do PSDB, o convite partiu de algum contato próximo dentro do seu círculo de amizade. O engajamento por este

formato de militância sucede a afinidade eletiva conquistada em outras esferas de socialização, principalmente dentro do ambiente escolar.

Eu já vinha tendo contato com várias pessoas que militavam dentro do movimento estudantil, no movimento secundarista. Chegamos a disputar a chapa do grêmio estudantil no (*nome da escola*) e acho que foi dessa troca de ideia com outros amigos da mesma chapa, alguns já bastante ligados no PSOL, que acabei pegando gosto e respeito pelo partido (João, 19 anos – PSOL).

O diagnóstico de Spósito e Tarábola (2016), em uma pesquisa realizada com 20 jovens estudantes de graduação de diferentes cursos de universidades públicas do Estado de São Paulo, constatou que emerge entre estes jovens a experiência de participação e engajamento em coletivos e movimentos em momento anterior ao ingresso na universidade. Em se tratando dos jovens entrevistados para esta pesquisa (apenas um deles, militante do PSOL de 17 anos, ainda não cursava ou havia concluído curso superior), constatamos que o ambiente universitário, na maioria dos relatos, foi o *lócus* onde houve a efetiva construção do caminho entre a experiência militante e o partido político. No caso de dois jovens membros da Juventude do PSDB, a aproximação definitiva com o partido deu-se em outro ambiente. Mas em todas as falas, constatamos que o mergulho de fato em algum tipo de movimentação política aconteceu dentro do ambiente escolar ou da universidade. Deste modo, podemos sublinhar a importância do ambiente escolar como propulsor da *experiência inicial militante* do jovem partidário. O ambiente escolar, deste modo, acrescentaria muito à formação política dos estudantes quando eles se deparam com situações de deliberação, de incentivo a criatividade, de aproximação com pensamento social crítico e de contato com organizações políticas, como grêmios estudantis, diretórios centrais de estudantes e associações de alunos (ALMOND & POWELL, 1980).

#### *Influência e eficácia no engajamento*

A partir do momento em que um jovem opta por fortalecer as fileiras de luta de um partido político, e mais especificamente de sua Juventude Partidária, ele se coloca à disposição de uma instância partidária que fundamenta sua articulação política em torno da atuação junto à categoria juvenil em suas diversas interlocuções e frentes. E neste percurso entram em jogo as interfaces de reconhecimento dos ganhos/bônus, tanto pessoal quanto objetivo (em termos de resultados concretos políticos pela participação). Em nenhuma das narrativas obtidas para esta pesquisa foi possível detectar, em torno das questões sobre eficácia no engajamento, ponderações de

cuinho exclusivamente voltadas para expectativas de recompensas utilitaristas. O enfoque da construção coletiva do projeto político do partido, dentro também da esfera de intervenção junto à juventude, apareceu sempre como um elemento crucial para o incentivo à militância.

Se optei pelo PSDB, é porque acredito no projeto da social democracia. Quando você me pergunta sobre minhas ambições pessoais, o que eu posso dizer é que eu sei que preciso me empenhar dentro do partido, dentro da JPSDB, para conquistar meu espaço, sem ser egoísta, porque somos um grupo (João, 21 anos – PSDB).

Bem...eu, e isso é algo que eu acredito, não acredito que seja possível você estar num partido como o PT e acreditar que irá conseguir o respeito dos outros jovens e da militância partidária, dos membros do diretório, se você pensar só nas suas ambições. As pessoas sacam isso, percebem qual é a sua, qual o seu projeto, o que você quer de fato estando ali dentro (José, 23 anos – PT).

O campo das retribuições ofertadas por um partido político estão passíveis de não serem meramente utilitaristas, quando há o reconhecimento da possibilidade educativa de crescimento militante, dentro da gama de oportunidades de aprendizado da prática política (FILLIEULE, 2015). Entretanto, a dimensão de eficácia política perde fôlego sob o ponto de vista da receptividade e disposição dos adultos em legitimar opiniões e demandas de dez dos jovens entrevistados. Apenas três jovens (todos do PSDB) não enxergam obstáculos vindos das direções partidárias, do “grupo adulto”, no que diz respeito a maior receptividade das opiniões e deliberações dos grupos juvenis intrapartidários, em especial da Juventude Partidária. Enquanto opinião majoritária prevalece a ideia de que é fundamental uma maior conquista dos jovens, principalmente nos espaços internos de decisão e no respeito às deliberações orgânicas de sua organização de juventude. Todavia, eles reconhecem a maior capilaridade de suas ideias e sugestões principalmente ante a construção dos programas de governo quando a temática envolve a questão da juventude.

A JPT conquistou a cota geracional para os cargos de direção, e nisto o nosso partido é pioneiro no país. Eu sei e admito, ainda temos um caminho longo pra trilhar enquanto jovens dentro do partido (...) Acredito que a medida que vamos vendo o cenário demandar mais e mais a presença dos jovens, tipo, como se uma renovação fosse necessária, acredito que isto é o que tem feito muitas das lideranças reconhecerem nosso papel para o futuro do partido (Ana, 25 anos – JPT).

Há o consenso entre todos os jovens entrevistados, por fim, da dificuldade que atualmente os partidos políticos enfrentam para arrebanhar novos filiados,

especialmente em se tratando de jovens que paulatinamente se interessam por novos formatos de militância política. Esta dificuldade veio acompanhada, também de forma consensual, no discurso da valorização do partido político pela oportunidade de concretizar, no campo da disputa política eleitoral, suas inquietações quanto aos problemas sociais e edificação de ideais. O partido figura, deste modo, como uma organização elementar no sistema democrático representativo para garantir o acesso às esferas de deliberação política que possibilitam a implementação efetiva de um projeto político consolidado. Eles não desconsideram os novos instrumentos e formas de engajamento. Mas possuem a crença da efetividade do partido no campo da disputa institucional.

### **Considerações finais**

As empreitadas analíticas na produção científica no Brasil, dentro da temática acerca de jovens que militam em partidos políticos, ainda restringem-se a poucos trabalhos. No caso específico das Juventudes Partidárias, as produções são ainda mais raras. Se as análises correntes legitimam o diagnóstico do afastamento do engajamento juvenil de lugares tradicionais da política, não menos importante se colocam as percepções e mobilizações políticas de muitos jovens que optam pelo ingresso em organizações como os partidos políticos, contrariando a tendência. As Juventudes Partidárias, presentes em todos os partidos legalmente regulamentados no país, posicionam-se como esferas organizativas importantíssimas para melhor compreendermos a dinâmica de atuação intrapartidária dos jovens e as relações geracionais.

### **Referências bibliográficas**

ACOSTA, G. Jóvenes en la política partidaria Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. *Anagramas*, Medellín. Volumen 9, Nº 19, pp. 51-68, 2011.

ALMOND, G. A. e POWELL JR., G. B. *Uma teoria de política comparada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTRO, L.R. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CERVI, E; CODATO, A. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL no Paraná. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando. Partidos e Eleições no Paraná: Uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006. p. 245-274.

CICCHELLI, V. The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programas and the multiplying forms of grouping. *Italian Journal of Sociology of Education*, 2, 2009.

CROSS, W; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*. 14(3), p. 345-369, 2008.

ESPINOZA, V; MADRID, S. Trayectoria y eficacia política de los militantes en juventudes políticas: estudio de la élite política emergente. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados Universidad de Santiago de Chile, junho 2010.

FILLIEULE, O. Devenirs militants. *Sciences Humaines*, nº 144, décembre, 2003. Disponível em: [https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB\\_40490.P001/REF](https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_40490.P001/REF). Último acesso em: 09/2016.

FREIRE FILHO, J. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 16.

GONZÁLEZ, F.; CASTAÑOS, S. The political career of members of youth wings. In: XII Congress of Spanish Association of Political Science., *Anais...* San Sebastian, 2015, 27 p.

HOOGHE, M; STOLLE, D; STOUTHUYSEN, P. Head start in politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). *Party Politics*. London. Vol. 10, No.2 pp. 193–212, 2004.

HUNTINGTON, S. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 57, vol. 20, fevereiro de 2005.

MARQUES, J.E.D. Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização e militância juvenil. 2016. 411 f. Tese (doutorado) – Curso de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

MUXEL, A; RIOU, C; LEHAY, V. Political Participation of Young People in Europe – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France, FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, mar, 2005

NORRIS, P. “Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?” Report for the Council of Europe Symposium, 2003.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLEYERS, G. Prefácio. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 24.

RODRÍGUEZ, J. Las Juventudes Partidárias de três partidos políticos en Colômbia. 2009. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

SAWICKI, F; SIMEANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, vol.13, n.28, p. 200- 255. 2011.

SILVA, M; RUSKOWSKI, B. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 187-226.

VARELA, A. Jovens e política: o papel da socialização na participação política. 2009. 267 f. Dissertação (Ciência Política). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;  
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)  
ST 14 - Gerações e Participação Política

O que a rebeldia teima? Capturas e resistências nas conferências de Juventude em  
Santa Bárbara d'Oeste

Rodrigo Crivelaro (IFSP/HTO)

**Resumo:**

Esta proposta de comunicação é parte do resultado da dissertação de mestrado intitulada *O que a rebeldia teima? Capturas e resistências nas conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste*, apresentada no Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política. Criadas em 1941, foi a partir de 2003 que as Conferências Nacionais de Juventude tiveram seu ápice. Das 143 conferências nacionais, 102 foram realizadas neste período. Além de um salto quantitativo, foram ampliadas também as temáticas abarcadas neste mecanismo de participação. Somase a isso a criação, em 2007, da Política Nacional de Participação Social (PNPS) que, ao instituir o Sistema Nacional de Participação Social, prevê entre os seus mecanismos de participação a realização de conferências nacionais, consideradas como espaços de diálogo entre a sociedade civil e o poder público. Esse processo de realização de conferências não se restringe à esfera federal, e acaba por desencadear em todo país uma série de etapas municipais, estaduais/distritais e territoriais. A juventude, que tem sido território de diversas construções discursivas em toda a sociedade perpassando pela academia, grupos/coletivos juvenis e estrutura de governo, inclusive como foco de políticas públicas, passa a ser também tema das conferências nacionais. Suas edições acontecem em 2008, 2011 e 2015. Diante desse cenário, o município de Santa Bárbara d'Oeste se insere realizando etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Juventude, em 2008, 2011 e 2015. Em decorrência do movimento criado no tocante às políticas públicas de juventude, o município passa a criar dispositivos jurídicos que preveem espaços de participação destinados ao público jovem, inclusive com previsão de conferências municipais a cada dois anos, o que ocasionou a conferência municipal em 2014. Este boom discursivo sobre juventude e participação, no qual estava mergulhado como militante, voltou a me instigar enquanto pesquisador o que me levou a estudar as conferências de juventude na graduação e em especializações. Ao ingressar no mestrado, essas inquietações militantes continuaram porém ganharam uma nova perspectiva de análise a partir dos estudos de Michel Foucault, que me provocou a ver o mundo de forma menos binária, com outras possibilidades de compreensão das relações de poder. Juntamente com Foucault, passei a revisitar textos de Deleuze, Guattari e Sueli Rolnik e a retomar, de outra maneira, um conceito muito utilizado na geografia, o conceito de território. Para Deleuze e Guattari (1997, p.105), território é visto como “um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’”. E ainda, “território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos”. Silva (2000) explica também que esses autores, ao falarem de territorialização, remetem a codificar, a submeter a regras e controles, setores ou elementos da vida social, como, por exemplo, a família, o trabalho, o corpo. Com a ideia de território, busquei conhecer a cartografia como método de pesquisa e ousar pensar como um aprendiz de cartógrafo, realizando neste percurso voos e pousos sobre temas que perpassariam minha pesquisa. Utilizei a cartografia por acreditar que ela me possibilitaria “mapear os estilos que se criam, as misturas que se insinuam, as linhas de subjetivação que atuam e os dispositivos de poder-saber que se impõem, inúmeras fontes que riscam um dado território da vida social” (GROPPO, 2015a, p.572). A partir dessa proposta metodológica e das entrevistas realizadas, após o uso dos mapas dialógicos, resolvi pensar as conferências, a juventude e o jovem e a participação juvenil como territórios a serem investigados através de voos e pousos. Abriu-se um leque de possibilidades, que me ajudaram a compreender as juventudes e as conferências de uma nova forma, sem o objetivo de criar verdades, ou novos binarismos sobre o que vem a ser jovem, juventude e suas formas de participação nas conferências. Foi preciso compreender que “os enunciados fazem mais do que uma representação do mundo; eles produzem o mundo” (VEIGA-NETO, 1996, p. 28). Busquei aqui perceber não a realidade, mas os sentidos que damos à juventude, ao jovem e às conferências, os enunciados que construímos e algumas alternativas e possibilidades de reflexão acerca destes temas e dos objetivos de minha pesquisa.

**Palavras-chave:** Juventude, Conferências, Participação

## **Introdução**

Esta comunicação tem por objetivo compartilhar algumas das reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada *O que a rebeldia teima? Capturas e resistências nas conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste*, apresentada no Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política.

Esta pesquisa teve por objetivo problematizar e conhecer os sentidos atribuídos às conferências, ao ser jovem/juventude e à participação juvenil a partir das conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste. Para tanto utilizando a cartografia como método de pesquisa, recorri primeiramente às minhas memórias e lembranças, como um dos organizadores e participantes das quatro edições, a leituras e revistas aos relatórios finais e às entrevistas semiestruturadas com participantes (15 pessoas) e organizadores das quatro edições municipais das Conferências de Juventude no município de Santa Bárbara d'Oeste, localizado a 135 quilômetros da capital São Paulo.

Nesta comunicação, me restringirei a apresentar os sentidos atribuídos à juventude, conferência e à participação, a partir do caminho metodológico trilha auxiliado por voos e pousos nestes três temas que optei por chamar de territórios.

Utilizei a cartografia por acreditar que ela me possibilitaria “mapear os estilos que se criam, as misturas que se insinuam, as linhas de subjetivação que atuam e os dispositivos de poder-saber que se impõem, inúmeras fontes que riscam um dado território da vida social” (GROPPO, 2015a, p.572).

Saliento, também, que a dissertação foi produzida em primeira pessoa, como relato de experiência, sendo que todavia:

Esses relatos não se baseiam em opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos... Por esse motivo, a escrita do relato não deve ser um mero registro de informações que se julgam importantes. *Longe de ser um momento burocrático, sua elaboração requer até mesmo um certo recolhimento, cujo objetivo é possibilitar um retorno a experiência do campo, para que possa então falar de dentro.* (BARROS e KASTRUP, 2015, p.70-71, grifo meu)

De acordo com apresentado por Passos e Barros (2015) podemos compreender a cartografia da seguinte forma:

A Cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. (p.17)

Já Kastrup (2015, p. 32) destaca a origem do método cartográfico:

A cartografia é um método formulado por Giles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um

objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção.

Definidas por Petinelli (2011, p. 231) como “espaços públicos de participação e deliberação de diretrizes gerais de políticas públicas, organizadas tematicamente, que envolvem governo e sociedade civil”, as conferências foram criadas em 1941, durante a era Vargas, foi durante os governos Lula e Dilma que as Conferências Nacionais de Juventude tiveram seu ápice, o que é evidenciado a partir dos números que contabilizam que das 143 conferências nacionais, 102 foram realizadas neste período. Todavia é importante ressaltar que o crescimento não se restringe ao número de conferências realizadas, mas também ao quantitativo de temas abordados nestas conferências.

Tabela 1 - Conferências realizadas por período

<b>Período</b>	<b>Governos</b>	<b>Total de conferências</b>
1941-1964	Estado Novo a Jango	3
1964-1985	Ditadura Militar	4
1985-1990	Sarney	7
1990-1994	Collor/Itamar	8
1995-2002	FHC	19
2003-2010	Lula	74
2010-2015	Dilma	28
<b>Total</b>		<b>143</b>

Fonte: Adaptado de Brasil (2014), Secretaria de Governo<sup>1</sup>

Durante o período de seu ápice as conferências tornaram-se uma política de governo, estando prevista na Política Nacional de Participação Social (PNPS) criada em 2007, que, ao instituir o Sistema Nacional de Participação Social, prevê entre os seus mecanismos de participação a realização de conferências nacionais, consideradas como espaços de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Sua realização não estava restrito à esfera federal, sendo esta esfera na maioria das vezes o disparador destes processos que reverberavam em esfera municipal e estadual, como partes integrantes. Porém o foco aqui está nas conferências de juventude, cuja a primeira foi realizada em 2008, em Brasília. As conferências de juventude contaram, até 2016, com três edições sendo a segunda em 2011 e a terceira em 2015. As edições nacionais reuniam cerca de 2 mil jovens, envolvendo milhares nas etapas municipais e estaduais.

No município de Santa Bárbara d'Oeste foram realizadas quatro edições (2008, 2011, 2014, 2015), em virtude de a partir de 2011 as conferências estarem previstas em lei municipal e ser o espaço de eleição do Conselho Municipal de Juventude. Em suas edições eram reunidos aproximadamente 150 jovens que discutiam sobre as mais variadas temáticas que perpassam o cotidiano juvenil na cidade.

<sup>1</sup> Disponível em < <http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/conferencias/conferencias-nacionais-grafico-1941-2013/view> > e < <http://www.participa.br/portal/blog/calendario-das-conferencias>

## Cartografias sobre juventude

A juventude e o jovem são territórios demarcados nas políticas públicas de juventude no Brasil, através do Estatuto da Juventude(EJ) como sendo os indivíduos que possuem idades compreendidas entre 15 e 29 anos. Ou seja, embora se busque reforçar que o jovem é um sujeito de direito, aonde as políticas públicas são realizadas para reafirmar sua condição de cidadão que merece atenção do Estado, não é negado o discurso da faixa etária, que compreende a juventude como uma faixa de idade entre a adolescência e a vida adulta.

Esse lugar dado à juventude, é argumentando como necessário para restringir quem é este “cidadão”, identificar suas necessidades específicas e, aí, sim intervir com políticas públicas. Este recorte etário no Brasil se ampara em proposições de organismos internacionais que privilegia as idades como dispositivos de demarcação de territórios.

Porém, ao explicar os lemas propostos em nível nacional para as conferências que reverberam em todas as suas etapas preparatórias, é possível observar outros contornos discursivos. Na primeira edição, “*Levante sua bandeira*”, é claramente um convite a militância. Na segunda edição, “*Conquistar direitos, desenvolver o Brasil*”, mais uma vez um convite ao militante que levantou suas bandeiras e agora precisa transformá-la em direitos, para assumir o lugar proposto para a juventude com o lema, o jovem como ator estratégico para o desenvolvimento do país. E, em 2015, “*As várias formas de mudar o Brasil*”, quem muda o Brasil de acordo com os materiais de divulgação e preparatórios é o jovem que assume o seu papel de protagonista e milita para a mudança do Brasil.

Apesar do jovem como militante ser a identidade que domina o espaço das conferências, o jovem protagonista, sujeito de direitos e ator estratégico para o desenvolvimento estratégico estão juridicamente definidos como identidades juvenil a partir do Estatuto da Juventude(EJ).

Já o discurso do jovem como problema, muito comum em veículos de comunicação no país, e amplamente difundido na sociedade, costuma ser refutado e combatido por todos os participantes e isso perpassa todas as etapas preparatórias, desde a etapa municipal até a etapa nacional. Porém, como pesquisador militante e participante das etapas, noto que estes contornos discursivos reverberam de modos diferentes ao comparar etapa nacional e municipal.

Nenhum participante assume pensar a juventude enquanto um problema, porém atribui este olhar à forma como socialmente a juventude é vista, conforme afirma um

dos participantes: “O jovem é meio que criticado sabe...o jovem...tudo é culpa do jovem...né...o estado não tem culpa...o jovem tem culpa porque ele...ah ele mata, ele rouba...tudo é em cima do jovem...né mas quando na verdade o estado que é incompetente.”

Ao observar estes sentidos atribuídos à juventude e ao “ser jovem”, posso a partir das entrevistas aos participantes e organizadores da etapa municipal afirmar que: o jovem militante é o jovem esperado para as etapas municipais, em especial, para a comissão organizadora; a juventude como faixa etária, é um sentido presente, porém não limitador da participação, considerando que alguns participantes que possuem idades superiores, ou ainda inferiores a esta faixa etária dos 15 aos 29 anos, participam sem grandes constrangimentos ou limitações; o jovem como ator estratégico do desenvolvimento aparece em especial entre os participantes que reafirmam a juventude como futuro, como protagonista das transformações sociais e econômicas necessárias ao país, que pode fazer isso assumindo o papel de voluntário por “acreditar em um mundo melhor”. Porém outro sentido pode ser atribuído a partir dos voos e pousos aos sentidos do território juventude e ser jovem: trata-se da juventude enquanto performatividade.

Para os participantes das conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste, a juventude recebe uma configuração como apresentado por Salih ao analisar as teorias de Butler:

Butler argumenta que a identidade de gênero é uma sequência de atos (uma ideia que assenta em teorias existencialistas), mas ela também argumenta que não existe um ator, um *performer* preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ela esboça aqui uma distinção entre *performance* (que pressupõe a existência de um sujeito) e *performatividade* (que não o faz). Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, “atrás” ou “antes” de seus feitos.

Isso parece apontar para a conclusão de que gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um “fazer” em vez de um “ser”. (SALIH, 2012, p.65-66, grifos do autor)

Assumo este novo contorno discursivo sobre juventude<sup>2</sup> me apropriando dos conceitos apresentados por Butler (2003), Salih (2012) e Silva (2000) para problematizar as teorias de gênero ao interpretar as idades enquanto dispositivos de produção de sujeitos. Acredito que, quando penso juventude, a partir das narrativas dos participantes das conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste, trata-se de algo que não

---

<sup>2</sup> Os conceitos de performance, performatividade são propostos a partir das obras de Butler(2003), Salih (2012) e Silva (2000), porém o contorno performativo como definidor de idades foi encontrado também nas obras de Martins e Rosa (2013), Cruvinel (2010), PocaHy (2012), Schlaucher (2012) e Andrade (2015).

“somos”, mas que “fazemos”, num devir constituído por uma sequência de atos. Desta forma, não temos uma identidade etária, mas nos tornamos determinadas identidades etárias.

Os atos constituintes do sujeito jovem são apresentados a partir das ideias de identidade e diferença, como observo em narrativas dos participante sobre o que é juventude: “Um momento onde a gente sofre e vive coisas muito bacanas e intensas, tem uma necessidade muito grande de viver”, “*É um momento importante da vida.*”, “*É viver intensamente e defender ideias que o conservadorismo rejeita.*”, “*É ter um estado de espírito que se renova a cada dia.*” Ou ainda “*É você estar preparado para novas coisas, os mais novos geralmente aceitam as novidades melhores, então qualquer um que tenha juventude é capaz de aceitar novas coisas... Ela é... animada, muito animada, ela...nossa minha mãe é incrível, tem tantas coisas que a minha mãe é tão jovem... é... ela brinca, tipo, ela não fala assim, não, eu tô cansada, não vou brincar, tipo, ela brinca, ela procura saber mais sobre as coisas...*”

Tais narrativas retiram a fixação proposta para juventude nas conferências, e mostram que o espaço das conferências de Santa Bárbara, que também servem como dispositivos produtores de sujeitos, porém que produz outras narrativas sobre o que vem a ser jovem e viver a juventude.

Ao mesmo tempo que propõe resistências, ao alterar o sentido proposto sobre a juventude, o espaço acaba por construir novas capturas ao novamente definir e territorializar a juventude. Em resumo, pegamos o território estriado da juventude e o transformamos em território liso, a partir de práticas de subjetivação nômade. Mais tarde, este território liso volta a se estriar a partir dos governamentos e de possíveis fixações de conceitos e territórios, e de novas capturas engendradas discursivamente.

As performatividades também se efetivam na produção de sujeitos como é destacado por Schlaucher:

A aplicação do conceito de performatividade em um sentido mais amplo nos mostra que ao dizer o que um determinado grupo é ou deixa de ser, nos inserimos em um sistema linguístico que serve para reforçar a identidade atribuída cultural e socialmente. Nesse sentido, até mesmo proposições descritivas, que a princípio apenas relatam o estado das coisas, podem exercer função performativa quando excessivamente repetidas, produzindo o fato por meio da repetição da enunciação. (SCHLAUCHER, 2012, p.4)

Trata-se da citacionalidade produzindo performatividades e sujeitos. Aqui penso que a repetição destas características à juventude atribuída, é responsável por produzir o sujeito jovem.

Assim, problematizo que, conforme as narrativas apresentadas, a juventude é assumida como um ato performático, quando os entrevistados a apresentam como um estado de espírito, dissociado da ideia da idade biológica.

De acordo com Takeuti (2012a, p.12, grifos do autor), que busca problematizar a subjetivação da juventude, ou seja, as performatividades da *juvenilidade*<sup>3</sup> são constituídas dentro do conceito de dobra proposto por Deleuze e Guattari:

*Dobrar-desdobrar implica também o envolver-desenvolver, o involuir-evoluir. Na dobra há necessariamente forças em inflexão e inclusão. O importante a reter disso, por ora, é que 1) no mundo social, assim como no mundo físico e dos viventes em geral, existem corpos com poder de afetação (uma força é afetada por outras ou afeta outras); 2) na medida em que passamos de uma visão dualista para a multiplicidade em afetação (multidão – e não massa – com potencial de construir novas dobras), podemos conectar com o potencial emergente do novo.*

Ainda que existam capturas nesta forma de construir discursivamente o jovem e as juventudes, vejo que em um espaço onde o território já está dado, trata-se também de uma prática inventiva.

Esta construção discursiva do que é ser jovem no espaço das conferências de juventude traz devir ao não permitir que simples recortes etários, definidos por leis e por organismos internacionais, sirvam como limitadores ou definidores de idades e diferença no espaço das conferências municipais. Digo isto, pois, enquanto participante, em momento algum vi diferenciação ou interditos, devido à idade de quem participava ou pedia a palavra.

Porém, acho importante demarcar que, ao sair da etapa municipal para as fases subsequentes, esta característica começa a se perder e o contorno etário volta a territorializar a juventude, que também é territorializada por outros atributos, inclusive dentro de características da sua multiplicidade, que nos permite falar em juventudes<sup>4</sup>.

As dobras produzem a multiplicidade juvenil e ao falar de multiplicidade também considero a juventude como um território amplo e heterogêneo que não pode ser totalizado (TAKEUTI, 2012a), mas constituída discursivamente em determinados contextos sociais, funcionando como dispositivo que atende propósitos políticos e sociais, sendo que a escolha por determinadas performatividades juvenis não é escolha totalmente livre.

Desta forma, problematizo que a juventude é efeito e não causa. Como apresentam Butler (2003) e Salih (2012), não há um “eu” fora da linguagem, e as *juvenilidades* são produzidas pelos discursos.

---

<sup>3</sup> Conceito proposto por Groppo(2013, p.3)

<sup>4</sup> Aqui me refiro a grupos de manifestações culturais, ambientais, organizações de juventudes religiosas, partidos políticos ou organizações estudantis.

Penso também que estes discursos e o desejo em assumir a juventude enquanto uma performatividade associa-se ao exposto por Pocahy (2012, p.47):

Sabemos que a idade que levamos é a forma também de dar inteligibilidade ao que pode ser considerado como uma vida possível socialmente, desde engajamentos políticos institucionais e arranjos culturais. Desta maneira, estamos diante de um agenciamento discursivo que não faz outra coisa que tentar situar o sujeito de forma reconhecível e como um sujeito que possa ser citado – que produz experimentações de si desde/como atos performativos – como sujeito possível ou pensável.

A escolha ou atribuição de determinadas performatividades etárias, neste caso, da juventude, está também relacionada ao querer fazer parte, ou participar de determinados grupos e espaços, bem como uma estratégia de fixar os sujeitos em determinados espaços, a partir da sua participação ou inserção.

Assim, foram cartografados os seguintes sentidos a juventude: voluntário, problema, etapa da vida, protagonista, militante, porém sobressai a juventude enquanto *juvenialidade*, como ato performático.

### **Cartografias sobre participação juvenil: sentidos da participação juvenil a partir das conferências**

As conferências se configuram como grandes palcos ou arenas na produção de discursos. O conceito de arena política é apresentado por Goulart (2011, p.12), que destaca também a sua importância como processo de subjetivação:

um campo *agonístico* no qual a organização social não se dá por via de um mero consenso, e sim pelo conflito produtivo de forças com estratégias distintas, contraditórias e, por vezes, convergentes. É nessa arena pública que estão colocadas não somente as políticas públicas para a juventude, mas os diversos discursos que dizem algo sobre os jovens e, ao assim fazê-lo, elaboram práticas sociais e modos de se vivenciar a experiência juvenil.

Vejo esta arena como responsável por produzir discursos não apenas sobre o ser jovem e a juventude, mas também sobre o que é a participação juvenil, inclusive levando a sua institucionalização como apresentado em Guizardi (2014, p.27):

Percebe-se, assim, que o campo da constituição dos direitos se abre como uma arena pública em que potencialmente diversos conflitos podem vir a se colocar, mesmo quando a sua intensidade tenha sido esvaziada pelos mecanismos institucionais das soluções modernas de inserção e participação política.

Sobre os modelos de participação juvenil, Groppo e Zamarian (2009) trazem elementos que vislumbro como pertinentes para problematizar os sentidos da participação juvenil a partir do espaço das conferências, e que foram identificados nas

narrativas dos participantes. São três modelos utilizados e que me foram prisma para compreensão das construções discursivas acerca da participação juvenil: o militante, o alienado e o voluntário.

O jovem militante que, segundo Groppo e Zamarian (2009, p.4), teria passado por transições do século XIX e XX, é forjado como “em geral universitário e vindo das classes médias das grandes urbes mundo afora – rebelde, revolucionário, generoso, idealista, doador de seu tempo, energia e, às vezes, até de sua própria vida, para a transformação profunda da sociedade”. Modelo cujo ápice foi o período da ditadura militar no país, quando os jovens tomavam as ruas para protestar contra o regime militar, este modelo é utilizado como referência na atualidade para classificar e avaliar a participação juvenil. Vejo indícios nas seguintes narrativas “*olha, eu acho que é o jovem tentar interagir mais com vários assuntos, não assuntos ligados só ao que eu gosto. Por exemplo, eu estou hoje na militância, eu vou ficar só com a militância LGBT, não é? Não, é geralmente pensar no próximo, é pensar em outros assuntos. E eu acho que a política é um meio que pode unir tudo isso. E tentar pensar em política e participação do jovem nessa política é mostrar que as ideias de novas pessoas, de novos conceitos, assim, que venham a existir, possam chegar lá e mudar alguma coisa, não ficar na mesmice na qual a gente já está*”. A militância também aparece para outro participante “*Eu resumo militância como sendo qualquer participação ativa sobre qualquer assunto, tem a militância do movimento feminista, movimento negro, movimento LGBT, militância de partidos, tem vários tipos de militância, eu acho que é se movimentar e querer fazer alguma coisa e informar pra quem não sabe, se movimentar mesmo, de todas as formas, seja criando espaços de discussão pra quem já tá dentro do assunto, ou seja numa mesa de bar falando um pouco do feminismo pro seu amigo macho que só sabe meter o pau no movimento, até isso é militância . O militar dá pra se fazer de várias formas.*”

Nestas narrativas, o jovem militante é concebido como quem primeiro pensa no bem-estar da coletividade, sendo os desejos pessoais secundarizados na fala do militante, em decorrência de atitudes e atividades que serviriam para transformar a sociedade. Assim, o desejo de transformação social passa a ser o desejo pessoal, como exposto por Dias (2002, p.11):

A busca por relações democráticas na ação política não se dá desvinculada dos campos mencionados, pois os nossos gestos estão profundamente vinculados aos nossos perceptos e afetos. Deste modo, a experiência também oferece os elementos capazes de desconstruir os discursos dos que fazem da democracia um mote de ocasião cujas palavras não se desdobram em compromissos com a mudança das situações de desigualdades e opressão.

Vejo que, ainda que altamente capturado, o mito do jovem enquanto militante serve também como potência, quando a militância passa a produzir mudanças também nas relações e nos espaços onde estes jovens se inserem.

O segundo modelo seria o do jovem alienado que antagoniza com o jovem militante da década de 1960. Um exemplo evidente foi encontrado na narrativa de outro participante ao dizer que: *“eu enxergo a participação juvenil QUASE que insignificante... quase éh::: insignificante no sentido de pequena... as poucas pessoas envolvidas... é como se o grito delas sumisse no meio da multidão... então o que eu tenho visto ahn::: são/eu tenho uma filha... a filha do meu esposo... ela tem doze anos... as amigas delas todas participaram da manifestação éh:::.... das últimas manifestações que tiveram... e a minha não foi porque eu sentei com ela e falei se você me responder algumas perguntas eu deixo você ir... e ela simplesmente não soube responder nenhuma... eu falei... bom se você não tem nenhum tipo de senso crítico você vai fazer o que nessa manifestação?”*

Nesta narrativa, a afirmação “a participação juvenil é quase insignificante” mostra a ausência do jovem militante, visto pela entrevistada como um jovem crítico, com “consciência social” e com ideologia. Desta maneira, os jovens evocariam, conforme a narrativa, as características atribuídas ao jovem alienado: individualista, despolitizado. Isto observo na narrativa das motivações para participar de manifestações, onde o estar, para tirar foto para postar no facebook, ou ainda para contar aos amigos, assume um caráter de manifestação como produto a ser consumido e exibido, não sendo considerada pela entrevistada a possibilidade de sua ida a esse espaço se constituir como território de formação e informação.

O surgimento do jovem voluntário é apresentado por Groppo e Zamarian (2009, p.11, grifos do autor) ao dizerem:

Diferente do militante radical em prol de transformações gerais do modo de vida, mas também diversamente do estímulo à apatia política tão típica do neoliberalismo ortodoxo, a Terceira Via e suas variantes, que se tornaram a práxis hegemônica desde o final do século XX, incentiva a participação “comunitária”, formas “positivas” de contribuição com a solução de questões locais focalizadas. Esta participação, ativa e “positiva”, permitiria tanto comprometer o novo cidadão com a “concertação social”, quanto de solver questões sociais sem apelar para a reconstrução de formas mais “sociais” de Estado e sem ameaçar o âmago do sistema sócio-econômico vigente.

Assumir o voluntariado, em contextos atuais, em especial aos jovens, seria uma forma de evitar o enveredar juvenil em problemas sociais, considerando que o voluntariado aos jovens surge como uma forma de ocupar o tempo livre (GROPPO, ZAMARIAN).

Para Groppo (2008, não paginado), ainda que “o voluntário tenha muito menos impacto transformador e desafiador que a militância, não se pode menosprezar os desejos mais ou menos ocultos de participação, de pertencimento presentes na disposição em ser ‘voluntário’”.

Para desenvolver a participação o jovem precisa atuar, ocupar espaço, em outras palavras é preciso tornar-se visível. O jovem como ator social, nos espaços das conferências, pode ser construído pelo discurso dos organizadores durante a divulgação do evento, porém acredito que outros espaços como escolas e igrejas contribuem para construção deste modelo.

No enunciado do jovem como protagonista, ele é como um recurso humano, onde se faz uma aplicação, durante o seu período de formação, para que mais tarde possa colher os lucros deste investimento.

Souza (2006, p. 92) destaca a origem do termo *protagonista*:

Praticamente todos os textos que se propõem a discorrer sobre o protagonismo juvenil – seja para defini-lo, enaltecê-lo ou criticá-lo – mencionam as origens do termo *protagonista*: a junção dos vocábulos gregos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistēs* (lutador, competidor). Originalmente a palavra *protagonista* designava, portanto, o principal competidor dos jogos públicos, mas também de uma assembleia, reunião, luta judiciária ou processo. Isto é, encontra-se na formação inicial do vocábulo uma ideia ampliada de espaço público – como o lugar onde se tratavam batalhas tanto corporais quanto verbais. No teatro grego clássico, o termo passou a designar o personagem em torno do qual se construía toda a trama, aquele que desempenhava o papel principal na peça. O próprio discurso do *protagonismo juvenil* não permite que sejam esquecidas as origens gregas do vocábulo de que se apropriou. Mas o termo sofreu uma grande “asepsia”, ou seja, uma apropriação que excluiu a noção de luta (*agōnía*) e aproximou a noção de espaço público à ideia de *cenário* teatral. Ou seja, no discurso atual, em que espaço público e cenário confundem-se, também não pode haver nítida distinção entre público e privado e entre política e encenação.

Este enunciado do protagonismo juvenil é altamente propagado nos espaços das conferências e foi adotado nas políticas de juventude. Sua base se assenta na seguinte lógica, que Souza (2006) apresenta com base em documentos da ONU:

Na qualidade de recursos humanos “os jovens são *uma força positiva na sociedade e [que] têm um enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento e o progresso da sociedade*” e a eles deve ser garantida a “plena participação [...] no desenvolvimento econômico e social”. Os participantes do Terceiro Fórum Mundial da Juventude, do qual resultou o Plano de Ação de Braga, apontaram como objetivo explícito do encontro “promover a participação dos jovens no desenvolvimento humano, convencidos de que a participação social dos jovens é um requisito indispensável para o desenvolvimento de toda a humanidade”. (p. 79, grifos meus)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> ONU. Conferência Mundial de Ministros de Juventude. Declaração de Lisboa sobre políticas e programas relativos à juventude. Documento A/53/378, de agosto de 1998a. In: CEPAL e

*A preocupação é com a integração da juventude pobre, especialmente dos países pobres, referidos como países “em desenvolvimento” ou “em transição para o desenvolvimento” [...] Sob a ótica do desenvolvimento humano, os textos em questão recomendam a integração econômica e social da juventude pobre como meio, inclusive, de assegurar a “coesão social”. (p.75 e 78, grifos meus)*

*Em síntese, o modelo de participação juvenil proposto pelos organismos internacionais assenta-se sobre o princípio da atividade – o fazer coisas –, conjugado à passiva aceitação de diretrizes, critérios, regras e decisões já estabelecidas, permitindo a deliberação apenas sobre os aspectos técnicos, relacionados à operacionalização das políticas públicas. (p. 85, grifos meus)*

É interessante observar que, além de ressaltar a importância da participação juvenil, os excertos acima destacam que é o jovem pobre quem deve ser foco das ações que estimulem o *protagonismo*.

A narrativa do jovem *protagonista* aparece de forma implícita nas falas dos jovens participantes das conferências, em especial entre os organizadores, sendo que, a conferência é vista como espaço de participação juvenil é também o espaço onde protagonismo juvenil pode ser gerado e desenvolvido, o que é evidenciado ao se narrar que “*um grupo de amigos concretizou seu protagonismo na participação juvenil através da conferência*”.

Porém, as narrativas sobre participação juvenil dos entrevistados não se limitaram ao discurso hegemônico do protagonismo juvenil em cenário ou arenas políticas. Ainda que nas falas seja possível identificar os ingredientes que formam o ator social, encontram-se também a possibilidade e a tentativa de escapar à captura da narrativa do protagonismo juvenil, e da arena política, redesenhando o sentido de participação juvenil.

Para alguns conferencistas, a participação juvenil tem sentido de “*o que a juventude quer fazer?*”. Seria esta a pergunta disparadora e responsável por desenhar a participação e seus espaços de participação, em uma decisão que corresponde a si e aos grupos de amigos ou associações com quem o jovem deseja atuar e viver. Vista no aspecto do lazer, do tempo e da experimentação e em um caráter fluído, difuso, aproximando-se da ideia de participação rizomática apresentada por Quintanilha e Dalbello-Araujo (2014).

---

UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, Anexo, p.143-58.

\_\_\_\_\_. Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Plano de ação de Braga sobre a juventude. Braga, Portugal, agosto de 1998b. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, Anexo, p.159-70.

A participação rizomática é caracterizada por acontecer para além dos espaços instituídos, considerando que muitos desejos não se encaixam nos espaços institucionalizados (QUINTANILHA; DALBELLO-ARAUJO, 2014). Desta forma, ela parte daquilo que afeta o jovem.

Surgem, como modelos alternativos, as possibilidades de participação que podem não representar a totalidade dos jovens.

Neste sentido, a participação rizomática surge a partir da rebeldia juvenil, como forma de resistência, sendo caracterizada por “não ter uma forma preestabelecida de existência ou ocorrência, podendo emergir como movimentos de resistência, nos quais ganha forma, corpo e pode ser percebida” (QUINTANILHA; DALBELLO-ARAUJO, 2014, p. 100).

Saliento que uso o termo rebeldia não em seus sentidos pejorativos comumente atribuídos à juventude, mas como sinônimo de resistência, ou seja, como ato de rebelar-se, como teimosia<sup>6</sup>.

Sobre a resistência, Quintanilha e Dalbello-Araujo (2014, p.99) afirmam que é “fruto de determinada reação, pois ela pode ser o resultado de um somatório de forças”. No caso da juventude, como apresentado por Elis, isso ocorreria a partir das relações produzidas por jovens em diversos espaços.

A resistência estaria, então, na tentativa de escapar às formas e aos modelos de participação pré-estabelecidos. A participação rizomática produz espaços lisos de participação em oposição aos espaços estriados produzidos pela forma institucionalizada.

Assim como o espaço liso se transforma em espaço estriado e vice-versa, acredito que o conceito de participação rizomática pode ser visto dentro do espaço estriado das conferências, quando os jovens reinventam as formas de participar, os sentidos e significados das conferências de juventude. Está aí a rebeldia e a resistência da juventude, ao participar dos espaços da conferência: redefinindo sentidos e escapando às capturas impostas neste espaço e por grupos vistos como “politizados” e como “mais preparados”. Essas possibilidades de resistência e de ressignificação dos espaços de participação revertem a lógica dos espaços instituídos, vistos como mais adequados à participação juvenil.

---

<sup>6</sup> Os termos associados à palavra rebeldia foram retirados do Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora.

## **Cartografias sobre as Conferência: Significados e sentidos das conferências**

Ao buscar cartografar os sentidos e significados da conferência para os participantes e organizadores, cartografei narrativas que denotavam sentidos, momentos marcantes e possíveis contribuições aos participantes.

A seguir apresento alguns destes sentidos:

A) Conferência como marco das políticas públicas de juventude no município: Sentido perceptível em maioria na fala de organizadores, quando se aponta a conferência como “divisor de águas” e “marco” são utilizadas com o mesmo sentido. Isto ocorre porque reconhece o ano de 2008 como disparador de políticas públicas de juventude no município, a partir da realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude. Pode-se dizer, também, que é marco porque foi nela que muitos jovens tiveram sua primeira experiência com o espaço de uma conferência.

Isso já reflete a potência e a importância da teimosia dos grupos juvenis envolvidos nestes processos, que, ao agregar outros jovens e interessados, conseguiram inserir em âmbito municipal, o debate das políticas públicas de juventude, que até então nunca tinham sido alvo de leis que abrangessem exclusivamente a juventude. A conferência como marco reverbera não apenas em um evento, mas em todo um debate que foi desencadeado pós-conferência, incluindo a juventude na pauta do poder público.

B) Conferência como espaço de formação: Este sentido não está atrelado apenas à educação para a cidadania, como também em um espaço formativo que pode ressoar em outras possibilidades de formação, seja na visão acerca do jovem e da juventude, formação para futura inserção no mercado de trabalho, formação no reconhecimento da realidade local ou ainda em conviver com as diferenças como destacou um dos participantes ao afirmar que na conferência aprendeu “*a respeitar as diversidades da juventude... então sou um jovem... era um jovem na época... hoje já sou um adulto... mas porém católico... apostólico... romano... ou seja... criado dentro de uma doutrina que a partir do momento que se deu conta que era militante da juventude tinha que se despir de todos os preconceitos... de todas as relações... que a minha luta... a minha bandeira... é a juventude...*”

Ao propor a realização da conferência, ainda que observada de fora dos espaços da educação maior<sup>7</sup>, como a escola, foi possível contribuir com a formação de várias pessoas. A partir das narrativas, entrevistados com inserção no espaço escolar, como

---

<sup>7</sup> O conceito de educação maior e educação menor é proposto por Gallo (2002).

professor ou estudante, mostram a conferência como espaço formativo, ocupando lacunas deixadas pela escola, permitindo aos participantes discutir experiências de vida, a realidade local e assuntos que intrigam e inquietam os jovens.

Mas assumindo a conferência como um espaço de educação menor na formação dos jovens, seria ela responsável por abranger apenas temas referentes à realidade local? Ou assuntos que perpassam a realidade dos jovens? Para muitos participantes não, considerando a amplitude dos temas que são abordados.

Para os participantes, essa formação se configura a partir da interação entre eles. No espaço da conferência, não existe alguém na figura do professor da escola tradicional conteudista. Nas duas primeiras edições, cada grupo de trabalho (GT) possuía um facilitador com a função de provocar o debate sobre o tema. Nas duas últimas, não houve grupo de trabalho, todos permaneceram juntos e debateram sobre todos os temas da conferência. Havia apenas alguém fazendo o indicativo da sequência dos temas, permitindo maior horizontalidade nas discussões.

C) Conferência como espaço de planejamento das políticas públicas: Foi possível observar o espaço das conferências percebido como espaço de diálogo entre poder público e sociedade civil para o planejamento, disparado na proposição de políticas públicas. Este contorno, destacado entre os participantes e organizadores, assemelha-se à concepção prevista no Sistema Nacional de Participação Social(SNPS).

Esta concepção é evidenciada quando os participantes dizem: *“É uma... foi e é uma constante busca pela demanda do jovem em relação ao que ele espera de cidade na visão dele né... o que é pra ele uma cidade adequada no aspecto cultural... social... econômico...”* e *“Então, porque, aquela coisa, a gente discute isso na conferência em si, mas se não tem um acompanhamento do que foi discutido, isso não é passado pra frente, pro responsável, pra se tomar essa providência, então, fica só no papel”*, ou ainda, *“e fazer daquela opinião dele algo que possa de fato acontecer em nível de política pública... então éh::: o mais importante ao meu ver mesmo é exatamente isso”*.

Apesar de cumprir o papel de espaço de proposição, é também identificado neste sentido uma grande frustração quando participantes e organizadores, não observam efetivação desta proposta de diálogo com a consolidação de políticas públicas. Neste sentido fica-se a recomendação que para reverberar de forma mais intensa, faz-se necessário a efetivação do demandado pela população.

D) Conferência como espaço de captura: Compreendo *captura* como oposto a ideia de *devoir* proposta por Deleuze e Parnet (1998, p.6). Enquanto o *devoir* é “nunca imitar,

nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade” a a captura seria o imitar, o repetir um modelo.

Neste sentido, pensar as conferências como espaço de captura é pensar que existe um modelo de participação, e este modelo é produzido por dispositivos que o configuram como verdade.

A conferência assume sentido de captura quando projeto um modelo ideal de participante, neste caso o “*jovem politizado*”. Percebo aqui uma possibilidade de reflexão que este espaço de formação pode estar engendrando como uma formação para ser *politizado*. Logo o participar e adquirir vivência e experiência neste espaço pode *transformar* o jovem em um jovem *não neutro*, ou seja, maquinado e subjetivado como politizado. Quando se narra que alguns são politizados, em detrimento de outros que não o são, está se construindo uma verdade sobre o que é ser politizado, dentro deste modelo binário. Ao deixar de ser *neutro*, conforme exposto por uma participante, penso que ao ser capturado se pode, ainda que de forma momentânea e não permanente, abandonar o devir revolucionário de não ter um modelo, não ter de onde se parte, nem aonde se chega, tampouco uma verdade (DELEUZE; PARNET, 1998).

A captura faz com que o jovem rotule, quando se diz que “ a conferência é coisa chata de adulto”, pois o jovem passa a rotular as faixas etárias, reproduzindo o modelo por ele questionado, as rotulações atribuídas a juventude.

E) Conferência como espaço do devir: Este sentido é perceptível quando os participantes narram que a conferência escapa, e é vivida para além do previsto nos documentos institucionais ou pelos organizadores. Neste caso, eles transformam a conferência também em espaço do desejar, fugindo dos sentidos e cronogramas a ele atribuído. Acabam por provocar uma desterritorialização dos sentidos da conferência, transformando-a em espaço de potência, espaço de devir.

Isso é perceptível nas conferências por meio das narrativas que a engendram como um espaço de prática de lazer e de tempo livre, ou como possibilidade de encontro e articulação para a produção do novo que se concretiza a partir dos contatos e amizades que são estabelecidas, a partir do encontro com o outro realizado nas conferências.

A conferência como devir é evidenciada quando os participantes narram que o objetivo de participar estava relacionado com o interesse de ampliar a rede de contatos com o poder público, para encaminhar diretamente suas pautas, ou mesmo para conhecer outras pessoas, que possuam desejos semelhantes.

Para os organizadores a conferência também se tornar devir ao possibilitar a organização do primeiro conselho municipal de juventude, cujas cadeiras foram

preenchidas com participantes das duas primeiras conferências, que diante do entusiasmo pelo produzido continuaram participando e construindo potencialidades a partir do conselho. A conferência é devir quando se torna um espaço de possibilidades de propor algo a ser construído para a juventude no município, possibilidades de descobertas e aprendizagens, de envolvimento dos jovens e sua participação, ou ainda ao permitir sonhos se realizarem, como aconteceu com os organizadores que propuseram sua realização no município

Ao observar estes cinco possíveis sentidos e possibilidades de contorno dado ao espaço das conferências, vislumbro nesta atividade a perspectiva de revolução molecular apresentada por Guattari e Rolnik, ao identificarem todos os níveis os quais a revolução molecular perpassa sincronicamente.

A ideia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: *infrapessoais* (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.); *pessoais* (por exemplo, as relações de autodomação, aquilo que os psicanalistas chamam de Superego); e *interpessoais* (a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional na relação com a vizinhança, com a escola, etc.). (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 46, grifos meus)

Vislumbro o nível infrapessoal, quando menciono a conferência enquanto devir; pessoais, quando a conferência é posta como espaço de captura; e o nível interpessoal estaria na conferência como espaço de planejamento, marco das políticas públicas e espaço de formação.

Mesmo como possibilidades de sentidos como captura, planejamento, formação e marco, é possível identificar o devir que se faz presente quando os metabolismos produzidos nestes espaços produzem a novidade. A realização da conferência, por exemplo, em 2008, traz esta novidade, pois tem como estopim um desejo. Este desejo produziu devires ao escapar das capturas e ressignificar as possibilidades e potencialidades engendradas neste espaço.

### **Considerações**

Ao conhecer e problematizar os sentidos atribuídos às conferências, ao ser jovem/juventude e à participação juvenil, a partir do espaço das Conferências Municipais de Juventude em Santa Bárbara d'Oeste foi possível compreender que depois de ecoada, as conferências adquirem diversos sentidos entre seus participantes. Entre eles estão o sentido de marco das políticas públicas para a juventude, de espaço de formação, espaço de planejamento, espaço de captura e espaço de devir.

Neste que foi o território de minha pesquisa posso dizer que, os jovens são capturados através de discursividades fixadoras de identidade, de participação juvenil,

que controlam e atribuem ao jovens contornos discursivos que são esperados neste espaço.

As capturas presentes reverberam no território da participação, ao qual são atribuídos sentidos que remetem ao referencial que a sociedade tem da participação juvenil durante o período militar. A participação adquire, em consequência disto, caráter de militância, a partir de um jovem que é protagonista e sujeito na construção de seus direitos, ou alienado e desinteressado por rejeitar a participação através de espaços institucionalizados.

As concepções que negam o devir criativo estão capturadas forçando os sujeitos a assumirem e aceitarem os rótulos de segmentos etários. Também estão presentes no território da juventude, das conferências ou da participação quando “os dispositivos de poder pretendem controlá-la, diminuir sua potência ontológica ao definir coletivos autorizados ao seu exercício e excluir a ação de outros como ilegítima” (GUIZARDI, 2014, p.34).

As resistências estão nos movimentos nômades, que fogem à captura ao negar as subjetivações modernas e constroem, no devir criativo, novas formas de ser e fazer-se jovem, acreditando, sonhando e produzindo inventividade a partir do desejo. As resistências se constituem enquanto “batalhas contra o ‘governo da individualização’” (FOUCAULT, 1995, p.235).

E o devir aparece, quando em meio a estes sentidos capturados, a participação rizomática surge como espaço de “expressão dos desejos não compreendidos ou não ‘encaixáveis’”, ampliando o sentido e a dimensão da participação por assumir que as conferências não são espaços exclusivos de manifestação dos desejos e das demandas juvenis em relação ao município (GUIZARDI, 2008; QUINTANILHA; DALBELLO-ARAUJO, 2014).

Durante a análise das diversas construções discursivas, observei que a juventude assume contornos de ato performativo, conceito pensado a partir das teorias de gênero de Sara Salih e Judith Butler. Pensar juventude assim, é assumir que existem dispositivos produtores de identidades etárias, por meio dos quais os sujeitos jovens são forjados a partir de determinadas características e atitudes que são atreladas à juventude. Assim não somos jovens, mas nos tornamos ao assumir as construções discursivas que caracterizam o ser jovem.

Ao tomar as conferências como território de minhas problematizações, reconheço nesse ambiente a complexa rede de relações de poder que se delineiam sobre esse espaço de participação, permeado por resistências e capturas no processo de subjetivação da juventude e da participação, que são tensionadas, em especial, nos processos decisórios ao eleger delegados, ou indicar as propostas prioritárias.

A partir de minha trajetória, penso que tanto conferência, quanto juventude e participação podem ser concebidas a partir de um olhar menos binário, em que capturas e resistências coexistam nestas relações de poder que produzem discursividades. Onde a rebeldia e a resistência se configurem e produzam novas formas de fazer política, em construções que potencializem o que a juventude tem de melhor, o desejo de viver e de produzir devir a partir do encontro.

## Referencias

BARROS, L. P.; KASTRUP, V; Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso: 10 ago.2013.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013** - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. planalto.gov. Acesso em 03/04/2014.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 04 mai.2012

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude: Levante sua Bandeira** - Documento Base. [s.l.]: Instituto Paulo Freire, 2007.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm)> Acesso em: 04 maio 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conferencia/1a-conferencia-nacional-de-juventude/>> Acesso em: 07 nov.2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude . Caderno de Resoluções**. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/revista-da-conferencia-nacional-de-juventude.pdf>> Acesso em: 07 nov.2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **2ª Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conferencia/2a-conferencia-nacional-de-juventude/>> Acesso em: 10 set.2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Texto base da 2ª Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <

[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0016/4420/20110617181625texto\\_base\\_da\\_2a\\_conferencia\\_de\\_juventude\\_\\_1\\_.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0016/4420/20110617181625texto_base_da_2a_conferencia_de_juventude__1_.pdf)> Acesso em: 10 set.2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Propostas finais da 2ª Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <[http://issuu.com/participatorio/docs/propostas\\_finais\\_da\\_ii\\_conferencia/1](http://issuu.com/participatorio/docs/propostas_finais_da_ii_conferencia/1)> Acesso em 10 set.2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **3ª Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conferencia/>> Acesso em: 07 jul.2015.

BRASIL. Secretaria de Governo. **Conferências Nacionais, Gráfico, 1941-2013**. Disponível em:< <http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/conferencias/conferencias-nacionais-grafico-1941-2013/view>>. Acesso em: 10 nov.2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRIVELARO, Rodrigo. **O que a rebeldia teima? Capturas e resistências nas conferências de juventude em Santa Bárbara d'Oeste**. 2016. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-01052016-183032/>>. Acesso em: 2017-01-30.

DELEUZE, G. Controle e devir. In: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 209-218.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.; **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 2000

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O liso e o estriado. IN: DELEUZE, G.; GUATTARI, F.; **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 157-189.

DELEUZE, G.; PARNET, C. Políticas. In: DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 101-120.

DIAS, R. **Construindo a democracia na cidade**: a experiência de Rio Claro (SP). Rio Claro:[s.n.], 2002. Disponível em: <[http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Redes\\_y\\_experiencias/Construindo-democracia.PDF](http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Redes_y_experiencias/Construindo-democracia.PDF)> Acesso em: 15 dez.2015.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. ; RABINOW, P.(Eds.) **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GALLO, S. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.27, n.2, p.169-178, jul-dez, 2002.

GOULART, M. V. S. **Incursões biopolíticas**: poder jovem nas tramas da arena pública. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 25-76.

GROPPO, L. A. Movimento estudantil: um resquício do passado? **IHU- Online**. Revista do Instituto Humanista Unisinos. São Leopoldo.273, Ano VII,15 /09/ 2008. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <  
[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2135&secao=273](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2135&secao=273)> Acesso em: 10 dez.2015.

GROPPO, L. A.Os múltiplos sentidos de ser jovem. **Jornal UFG**. Universidade Federal de Goiás. Goiania. Ano VII. n.58, maio 2013. Entrevista concedida a Patrícia da Veiga. Disponível em <http://www.jornalufgonline.ufg.br/n/46809-entrevista-os-multiplos-sentidos-de-ser-jovem> Acesso em: 02 mai.2013.

GROPPO, L.A. Teorias pós-críticas em juventude: juvenilização tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.13, n.2, p.567-579, 2015.

GROPPO, L.A.; ZAMARIAN, M.J. Juventude e voluntariado: considerações sobre o novo modelo de participação social e os jovens no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009, não paginado.

GUIZARDI, F. L. Considerações epistemológicas sobre democracia, poder e representação política. In: GUIZARDI, F. L. (Org.) **Políticas de participação e saúde**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2014.

KASTRUP, V; O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

PASSOS, E; BARROS, R.B.; A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 17-31.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). **Opinião Pública** [online]. 2011, vol.17, n.1, pp. 228-250. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000100008>> Acesso em: 31 out. 2013.

POCAHY, F. A velhice como performativo: dissidências (homo) eróticas. **Ex aequo**, Fortaleza, n.26, p.43-56, 2012.

QUINTANILHA, B. C.; DALBELLO-ARAUJO, M. Participação rizomática: um modo de participação social no sistema único de saúde. GUIZARDI, F. L. (Org.) **Políticas de participação e saúde**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2014.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Juventude. **Relatório final da 1ª Conferência Municipal de Juventude de Santa Bárbara d'Oeste-SP**. Santa Bárbara d'Oeste: [s.n.], 2008.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Prefeitura. Notícia. **Santa Bárbara terá 4 delegados na Conferência Nacional de Juventude**. Disponível em: <  
<http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/index.php?pag=noticia&dir=noticias&id=48162>>.  
Acesso em: 20 set.2015.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Comissão Organizadora da 2ª Conferência Municipal de Juventude. **Relatório final da 2ª Conferência Municipal de Juventude de Santa Bárbara d'Oeste-SP**. Santa Bárbara d'Oeste: [s.n.], 2011.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Juventude. **Relatório final da 3ª Conferência Municipal de Juventude de Santa Bárbara d'Oeste-SP**. Santa Bárbara d'Oeste: [s.n.], 2014.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Prefeitura. Notícia. **4ª Conferência Municipal de Juventude a âmbito nacional acontece em agosto**. Disponível em: <  
<http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/index.php?pag=noticia&dir=noticias&id=58797>>  
Acesso em: 20 set.2015.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Prefeitura. **Notícia Prefeito Denis Andia participa da 4ª Conferência Municipal de Juventude**. Disponível em: <  
<http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/index.php?pag=noticia&dir=noticias&id=58969>>  
Acesso em: 20 set.2015.

SANTA BÁRBARA D'OESTE. Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Juventude. **Relatório final da 4ª Conferência Municipal de Juventude de Santa Bárbara d'Oeste - SP**. Santa Bárbara d'Oeste: [s.n.], 2015.

SCHLAUCHER, B.G.P. Telejornalismo e juventude na era da convergência midiática. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17, 2012, Ouro Preto-MG, **Anais...Ouro Preto**, 2012, p.1-15.

SILVA, T.T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 350f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

TAKEUTI, N. M. Dobras na juventude e nomadismo. **Latitude**, Alfenas-MG, v. 6, n. 1, p. 7-23, 2012. Disponível em: <  
<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/851>>. Acesso: 10 de ago.2015a.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. IN: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs). **Habitantes de Babel políticas e poéticas da diferença**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 105-118.

VEIGA-NETO, A. Olhares...In: COSTA, M.V. (Org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996, p.19-36.

VEIGA-NETO, A. O sujeito. In: VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 107-114.

VEIGA-NETO, A. As idade do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades...2000. (não paginado) Disponível em: <  
<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.12.htm> Acesso em: 14 de abr. 2015.



III Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas  
ST 14 - Gerações e Participação Política

**Comparecimento eleitoral facultativo:**

Jovens e idosos nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil.

Lucas Toshiaki Archangelo Okado (UFPR)

lucas.okado@gmail.com

Simone Pereira da Costa Dourado (UEM)

simone.dourado890@gmail.com

Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM/UFPR)

ednaldoribeiro@icloud.com

30/05 a 02/06/2017

UFES, Vitória – ES

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo dimensionar o comportamento eleitoral de jovens e idosos nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil. Na primeira parte, utilizamos dados provenientes do Repositório de Dados Eleitorais mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as cidades que passaram pelo recadastramento biométrico. Na segunda parte, fazemos uso dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014, conduzido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp nos dias que se seguiram a eleição presidencial desse ano. As informações recolhidas dessas duas fontes de dados, TSE e ESEB, indicam que não há grandes diferenças na frequência de comparecimento eleitoral de jovens e idosos no Brasil. Ambos os grupos, desobrigados de votar em um país onde o voto é obrigatório, votam menos do que o restante dos grupos populacionais obrigados a votar. Nossas análises indicam que o comparecimento eleitoral está diretamente relacionado a questão da obrigatoriedade do voto.

**Palavras Chave:** Participação Política. Juventude. Velhice.

### **Participação política na juventude e na velhice**

As pesquisas que abordam a participação política ou as atitudes e valores dos idosos sobre o mundo da política são inexistentes no Brasil. Há alguns estudos sobre a participação política e envelhecimento no cenário das democracias europeias, região onde o processo de envelhecimento da população está consolidado há mais tempo. Uma importante colaboração é o livro *Political Participation of Older People in Europe*, de Achim Goerres. Nessa obra, Goerres (2009) faz uma análise comparativa do comportamento político dos idosos nas democracias europeias, se questionando como e por que as pessoas mais velhas diferem em sua participação política de pessoas mais jovens.

Em relação aos estudos que analisam a participação política da juventude, a realidade é bem diferente. Há uma ampla bibliografia que indica a produtividade desse recorte para compreender o fenômeno da participação no mundo da política. Desde recortes clássicos como os de Mannheim (1961) e Milbrath e Goel (1977) até estudos mais recentes como os de Castro (2008) e Abramo e Branco (2005). Todos esses trabalhos ponderam que o mapeamento da visão e do comportamento da juventude é um recorte absolutamente relevante para pensarmos a organização do mundo da política e o fenômeno da participação política.

O envelhecimento é um processo relativamente novo para população brasileira que apenas nas últimas três décadas confirmou o ritmo de ampliação do topo de sua pirâmide etária (DOURADO; ALMEIDA, 2014). A bibliografia que analisa o processo de envelhecimento da população mundial indica que as sociedades e, também o campo científico, nutrem em relação aos mais velhos uma postura que dificulta e retarda a compreensão do que é viver nessa fase do ciclo da vida. Os velhos ora são invisíveis (BARROS, 2011; BEAUVOIR, 1990; BOSI, 2010) ora são tratados como um peso, em razão dos altos gastos que as sociedades teriam com eles, principalmente para cuidar da saúde desse grupo e para pagar suas aposentadorias (DEBERT, 1998; SIMÕES, 2006; STUCCHI, 2006). Assim, pesquisas que possibilitem captar dimensões do fenômeno da participação política a partir do recorte geracional são importantes, sobretudo, quando guardam a dimensão comparativa entre os dois grupos geracionais que mais se distanciam na pirâmide etária.

Nossa intenção é contribuir para essa agenda de investigações identificando como esses grupos que ainda não são obrigados legalmente à tomar parte do processo eleitoral se

inserem (ou não) nesses processos decisórios. Nosso material empírico envolve os dados eleitorais oficiais sobre comparecimento entre jovens de 16 e 17 anos e idosos com 70 e mais anos de idade. Complementarmente, também usamos dados de opinião pública coletados pela Pesquisa Eleitoral Brasileira (ESEB) de 2014, para tentar identificar diferenças ou semelhantes entre esses grupos e a população geral para tentar entender diferenças nos índices de participação.

### **Comparecimento eleitoral de jovens e idosos no Brasil**

Apesar da longa tradição de estudos sobre comportamento eleitoral desenvolvidos em democracias industriais avançadas, trabalhos desta natureza são relativamente escassos em países em desenvolvimento (FORNOS; POWER; GARAND, 2004). Alguns trabalhos que se propuseram a analisar este fenômeno na América Latina (CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA; AMERICA, 2014; FORNOS; POWER; GARAND, 2004; RIBEIRO; BORBA; DA SILVA, 2015) elencam a importância de variáveis estruturais – o arranjo institucional de cada contexto – bem como de variáveis individuais – as características socioeconômicas e as crenças, atitudes e valores – como preditoras do voto.

Entre as variáveis institucionais listadas pela literatura<sup>1</sup>, a mais relevante para o presente trabalho é a obrigatoriedade do voto. No contexto brasileiro, a legislação determina que a participação eleitoral é compulsória e há a aplicação de sanções para o não comparecimento aos locais de votação. Os estudos que levam em consideração esta variável são unânimes quanto ao seu efeito positivo sobre as taxas de comparecimento eleitoral. Em países onde o voto é facultativo, o número de pessoas que participam das eleições é menor (CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA; AMERICA, 2014; FORNOS; POWER; GARAND, 2004; RIBEIRO; BORBA; DA SILVA, 2015).

Fazendo uma leitura simplista destes achados, é natural deduzir que as faixas etárias onde o voto é facultativo tendem a apresentar uma taxa menor de comparecimento eleitoral quanto comparadas as coortes onde o voto é obrigatório. Por não se sujeitarem a nenhum tipo de sanção legal ou multa por deixarem de votar nas eleições, os custos do comparecimento eleitoral podem exceder os benefícios, mas serem inferiores as sanções que recairiam sobre as abstenções, o que levaria os desobrigados a deixarem de comparecer ao pleito.

---

<sup>1</sup> Para uma revisão detalhada do tema ver Ribeiro et al. (2015) e Carreras et al. (2014).

Um outro fator a se considerar é que as faixas etárias onde o voto é facultativo se encontram em momento bem peculiares do ciclo de vida. O jovem ainda não está completamente inserido na vida adulta e isto representa, sobretudo, uma escassez de recursos necessários para efetivar a participação (OKADO; RIBEIRO, 2015). Apesar de indícios de uma ressignificação do que venha a ser a terceira idade, no sentido de uma etapa da vida mais ativa (DEBERT, 1997), este período ainda é marcado pela perda dos vínculos sociais, principalmente por conta da saída do mercado de trabalho.

Estas características mensuradas no nível individual compõem o segundo conjunto de variáveis que a literatura aponta como responsáveis por promover a participação. Uma longa tradição de estudos sobre participação política tem demonstrado que recursos, valores e atitudes são importante preditores da participação eleitoral. Sistematizando este conjunto de achados, VERBA et al. (1995) demonstram que os cidadãos participam por que podem – devido a posse de recursos cognitivos, materiais e habilidades cívicas – porque querem – possuem um conjunto de valores que que atribui sentido à participação – e porque são convocados a participar – são mobilizados em redes de participação cívica, associações, organizações não governamentais e movimentos sociais. O modelo do voluntarismo cívico de Verba e seus colaboradores define que a participação política é produto de uma função que envolve recursos, valores e atitudes.

Renda e escolaridade são os principais atributos socioeconômicos responsáveis por promover a participação (VERBA; NIE; KIM, 1971). Para ser efetivada, a participação política exige certos custos, como contribuir com partidos políticos e doações eleitorais, ir aos locais de votação ou buscar informações políticas. Neste sentido a renda e a escolaridade média desempenham o papel de facilitar o acesso a estes mecanismos, bem como a capacidade cognitiva necessária para processar as informações políticas e elaborar juízos de valores sobre determinadas questões que afetam a vida dos cidadãos. Desta forma, ambos são tidos como recursos importantes que facilitam o ativismo político.

No campo das motivações se destacam as variáveis atitudinais como interesse por política. Pessoas mais interessadas sobre este assunto tendem a buscar mais informações e, como consequência, tendem a participar mais (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Outra importante variável a ser considerada é a satisfação com a democracia. Ainda que a confiança institucional e a satisfação com os regimes democráticos tenham apresentado

queda nos últimos anos devido ao *gap* entre as expectativas e relação ao regime democrático e o funcionamento de suas instituições na América Latina (BOOTH; SELIGSON, 2009) e no Brasil (MOISÉS, 1995). Cidadãos que não se encontram satisfeitos com o funcionamento da democracia tendem a votar menos (NORRIS, 2003a).

O sentimento de eficácia política também é indicado pela literatura como preditor do voto (POWELL, 1986). As pessoas que acreditam que o seu ato de votar pode fazer a diferença nas eleições participam com mais frequência. Este efeito tende a ser potencializado quando as disputas são mais acirradas. Por fim, as teorias sobre o voto econômico têm demonstrado que a avaliação da situação econômica também é um componente importante do rol de fatores que influenciam a escolha do voto (KINDER; KIEWIET, 1981). Silva et al. (2014) demonstraram que o descontentamento com a situação econômica atual aumenta as chances de votar em branco ou nulo.

Por fim, o ultimo componente do modelo do voluntarismo cívico é a participação em associações e organizações. O associativismo permite que os indivíduos busquem soluções conjuntas para os problemas comuns que os afetam (PUTNAM, 2000), bem como diminui os custos da mobilização. Os estudos de Verba e seus colegas apontam para um efeito compensador do associativismo, pois a existência de organizações e lideranças fortes tendem a minimizar os efeitos gerados por baixos recursos participativos (VERBA; NIE; KIM, 1971, 1978).

Cabe ainda salientar que parte da literatura sobre participação política tem apontado a redução nas taxas de comparecimento eleitoral nas democracias de países industriais avançados (INGLEHART, 1990; PUTNAM, 1995). A causa deste fenômeno reside nas mudanças nas prioridades valorativas das populações mais jovens, levando-os a se afastarem dos canais formais de participação política – o voto – para se expressarem politicamente por meio de ações mais diretas, notadamente protestos políticos (INGLEHART; WELZEL, 2005a; NORRIS, 2003b). Com maiores níveis de escolaridade que seus pais e avós, os jovens destes países estariam optando por repertórios de participação política baseados em estruturas organizacionais menos burocráticas e que permitem se posicionar em causas de seu interesse sem a necessidade de estabelecer laços rígidos de lealdade.

Por estarem no centro do fenômeno da redução das taxas de votação, a participação juvenil recebeu bastante atenção de pesquisadores nas últimas décadas (BLAIS;

RUBENSON, 2013; GALLEGO, 2009; HIGHTON; WOLFINGER, 2001; INGLEHART, 1990; NORRIS, 2003b; PUTNAM, 2001). A explicação para a participação dos jovens é tratada ou como uma função da etapa do ciclo de vida no qual estão inseridos (FLANAGAN, 2013; HIGHTON; WOLFINGER, 2001; KINDER, 2006), ou como resultado nos padrões de valores e atitudes das novas gerações (DALTON, 2008; INGLEHART, 1990; NORRIS, 2003b; PUTNAM, 2001).

Poucos trabalhos tratam especificamente do tema no contexto brasileiro, ainda que nos anos 1990 e 2000 haja uma difusão de estudos de caso sobre a participação juvenil, principalmente por meio de espaços de socialização e manifestações culturais (ABRAMO, 1994; MORENO; ALMEIDA, 2009). Ao comparar a participação política de jovens e adultos, Okado e Ribeiro (2015) encontram resultados que indicam que jovens são tão (des)interessados por política quanto os adultos, mas ainda que possuam um sentimento de eficácia maior, os jovens tendem a participar menos, principalmente em repertórios de participação convencionais. Estes autores concluem que o que difere jovens e adultos no que diz respeito a participação política é justamente a etapa no ciclo de vida: por possuírem mais recursos, os adultos tendem a participar mais.

No que tange a participação dos idosos, estudos levados a cabo em democracias europeias trazem evidências empíricas que demonstram que a população pertencente a esta coorte etária comparece mais nas eleições do que as gerações mais novas (GOERRES, 2007; NYGARD; JAKOBSSON, 2013). As pessoas que tiveram seu processo de socialização realizado entre os anos 50 e 60 do século passado vivenciaram os seus anos impressionáveis em um período em que as taxas de comparecimento eleitoral atingiram níveis históricos e, desta forma acabaram se habituando ao ato de votar (GOERRES, 2007), enxergando este mecanismo de participação como uma responsabilidade cívica (DALTON, 2008; NYGARD; JAKOBSSON, 2013).

Esta realidade dificilmente pode ser observada no Brasil. O núcleo da argumentação dos autores acima para o maior engajamento dos idosos nos processos eleitorais reside no conceito de socialização. Por viverem em democracias consolidadas e mais antigas que a nossa, puderem ser socializados em um ambiente democrático, onde não houver rupturas democráticas e regimes autoritários, como no período Vargas ou da Ditadura militar. Assim, puderam se habituar com o ato de votar, transformando em uma responsabilidade cívica. O

contexto brasileiro é muito diferente, pois as populações ora foram incentivadas a votar, ora tiveram as suas liberdades políticas restringidas. Apenas nos últimos trinta anos é que tivemos eleições livres.

Feita esta breve revisão da literatura sobre participação eleitoral, passamos agora para a análise dos dados agregados das eleições de 2014. O objetivo da próxima seção é comparar as diferentes coortes etárias onde o voto é facultativo afim de identificar se existem diferenças nas taxas de votação de jovens e adultos.

### **Análise agregada do comparecimento eleitoral no Brasil**

Para verificar a diferença entre a participação eleitoral nos dois grupos onde o voto é facultativo – 16 e 17 anos e 70 anos e mais – foram utilizados dados provenientes do Repositório de Dados Eleitorais mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Afim de obter uma maior confiabilidade das informações obtidas, foram selecionadas apenas as cidades que, em 2014, realizaram eleições com identificação biométrica. A adoção da biometria como meio de identificação do eleitor exigiu um processo de recadastramento do eleitorado que se iniciou em 2008 em três cidades piloto. Nas eleições gerais de 2014, 762 cidades, 26% do total de municípios brasileiros, contavam com este mecanismo, o que levou ao recadastramento de cerca de 32% do eleitorado. A Tabela 1 traz a distribuição, por Estado, do número de cidades e eleitores que votaram com identificação biométrica em 2014.

Tabela 1. Recadastramento Biométrico no Brasil (2014)

Região	Unidade da Federação	Cidades Recadastradas	*Eleitores Recadastrados	% Cidades Recadastradas	% Eleitores Recadastrados
	Distrito Federal	1	1.897.659	100%	100%
Centro Oeste	Goiás	27	1.783.259	11%	41%
	Mato Grosso do Sul	7	81.244	9%	4%
	Mato Grosso	22	326.620	16%	15%
	Alagoas	94	1.888.995	92%	95%
	Bahia	31	448.378	7%	4%
Nordeste	Ceará	9	469.940	5%	7%
	Maranhão	15	909.707	7%	20%
	Paraíba	27	964.115	12%	34%
	Pernambuco	46	2.374.200	25%	37%
	Piauí	15	859.205	7%	37%

	Rio Grande do Norte	50	1.106.096	30%	48%
	Sergipe	70	1.368.398	93%	94%
	Acre	2	12.091	9%	2%
	Amazonas	7	177.603	11%	8%
	Amapá	16	455.508	100%	100%
Norte	Pará Pará	10	641.341	7%	12%
	Rondônia	18	520.410	35%	46%
	Roraima	2	199.853	13%	67%
	Tocantins	20	388.015	14%	39%
	Espírito Santo	17	253.387	22%	10%
Sudeste	Minas Gerais	26	514.335	3%	3%
	Rio de Janeiro	2	375.601	2%	3%
	São Paulo	17	669.538	3%	2%
	Paraná	15	2.013.645	4%	26%
Sul	Rio Grande do Sul	181	704.906	36%	8%
	Santa Catarina	15	98.889	5%	2%
Total		762	21.502.938	26%	32%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. \*N desconsidera o total de eleitores com idade indefinida (<0,01%).

A implementação deste mecanismo ficou a cargo de cada um dos Tribunais Regionais Eleitorais, que foram responsáveis por definir uma agenda própria. Isto gerou distorções na distribuição entre os Estados. Em Sergipe, Alagoas e Amapá quase 100% dos eleitores passaram pelo processo de recadastramento, enquanto nos grandes colégios eleitorais, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, esta cifra não atingiu os 5% dos eleitores. Como consequência, as cidades onde houve eleições com identificação biométrica se concentraram no interior e em municípios pequenos e médios, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2. Cidades Recadastradas de Acordo com o Tamanho

Tamanho	Frequência	Porcentagem
Pequena	720	94,50%
Média	31	41,00%
Grande	6	0,80%
Metrópole	5	0,70%
Total	762	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Para efeitos de comparação entre as coorte etárias também foram empregados os dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE. Foram utilizados os dados populacionais do resultado da amostra, o que permite estimar a quantidade de pessoa de cada faixa etária que vive nos municípios. Existe um problema na adoção deste dado, uma vez que ele foi coletado antes das eleições de 2014. Logo, ele desconsidera o envelhecimento e a taxa de crescimento populacional. Em muitos casos o número de eleitores excede a população de uma determinada coorte etária. Apesar da imprecisão, optou-se por manter estes dados para fins de comparação entre as faixas etárias onde o voto é facultativo.

A Tabela 3 traz o cruzamento entre a idade dos eleitores alistados em cada município onde houve o recadastramento biométrico e a sua respectiva população de acordo com o censo de 2010. Devido ao fato de que em muitas cidades o recadastramento biométrico ocorreu posteriormente ao Censo, as coortes etárias que se situam entre 18 e 79 anos possuem um número de eleitores que excede a população. Os eleitores alistados com 16 anos, são apenas 24% da população. Este percentual sobe para 54% para os eleitores de 17 anos. Este dado nos leva a supor que a cada ano, apenas um quarto da população que compreende os novos eleitores se alista, afirmação esta que carece de comprovação empírica devido a ausência de uma série histórica maior.

Tabela 3. Alistamento Eleitoral por Faixa Etária (Censo 2010)

Idade	N	Porcentagem
16 Anos	760	24%
17 Anos	760	54%
18 a 20 Anos	760	102%
21 a 24 Anos	760	101%
25 a 34 Anos	760	109%
35 a 44 Anos	760	109%
45 a 59 Anos	760	116%
60 a 69 Anos	760	117%
70 a 79 Anos	760	101%
80 ou mais Anos	760	64%
N válido*	760	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE (Censo 2010, resultados da amostra)

\*Os municípios de Campo Grande (RN) e Pinto Bandeira (RS) não possuem dados no Censo 2010.

Já a Tabela 4 mostra o percentual de abstenção eleitoral, de acordo com o número de eleitores alistados em cada faixa eleitoral. Entre os 16 e os 69 nove anos, a taxa média de comparecimento eleitoral é de 87%. Entre os jovens de 16 e 17 anos esta mesma medida é de 84% e 82% respectivamente. Há uma diferença de pouco mais de 4% entre o comparecimento eleitoral da população jovem, onde o voto é facultativo, das demais faixas etárias que são obrigadas a votar. É uma diferença muito pequena, o que indica que o jovem que se propôs a se alistar possui a intenção de comparecer ao pleito. Por outro lado, entre os idosos que são desobrigados apenas pouco mais de 50% compareceu às eleições de 2014.

Este dado indica que a obrigatoriedade do voto tem um significado distinto para jovens e idosos. Os primeiros, por serem desobrigados, optam por não se alistarem antes que se tornem obrigados a fazê-lo, mas os 40% que o fazem comparecem às eleições. Por outro lado os idosos, por terem sido condicionados a se alistarem em outros momentos de suas vidas, encaram a desobrigação como a oportunidade de se abster do processo eleitoral. Para os jovens, a não obrigação implica no não alistamento, já para os idosos, o mesmo fenômeno implica na abstenção.

Tabela 4. Voto (1 e 2 Turno) por Eleitores Válidos e Faixa Etária

Idade	Eleitores 1 Turno	% de Votantes 1 Turno	Eleitores 2 Turno	% de Votantes 2 Turno	Eleitores Válidos
16 Anos	66584	84%	64669	82%	79032
17 Anos	180396	82%	176678	80%	220837
18 a 20 Anos	1260263	86%	1221299	83%	1469646
21 a 24 Anos	1699545	85%	1646893	82%	2002597
25 a 34 Anos	4574764	87%	4471656	85%	5269419
35 a 44 Anos	4013108	90%	3957402	88%	4477984
45 a 59 Anos	4621243	91%	4581091	90%	5067256
60 a 69 Anos	1692868	88%	1682007	88%	1915173
70 a 79 Anos	521362	65%	526103	65%	805000
79 ou mais Anos	85369	41%	87251	42%	208246
<b>Total</b>	<b>18715502</b>	<b>79,83%</b>	<b>18415049</b>	<b>78,59%</b>	<b>21515190</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Por último comparamos o comparecimento eleitoral e a população de cada faixa etária (Tabela 5). Se nas tabelas anteriores o efeito curvilíneo da participação política e idade

identificado por Milbrath (1965) não era nítido, aqui ele aparece de forma mais clara. Os jovens de 16 anos compõem a coorte etária que menos participou das eleições de 2014, onde apenas 21% o fez. Aos 17 anos, esta taxa aumenta para 47% e dos 18 aos 69 anos – as idades onde o voto é obrigatório – as taxas de participação são mais ou menos constantes, crescendo dos 18 aos 59 anos, sendo dos 45 aos 59 anos temos a faixa etária que possui os maiores percentuais de comparecimento eleitoral. Há o início de queda a partir dos 60 anos. Entre os 70 e 79 anos elas caem drasticamente para 64% e depois apresentam nova queda brusca para a população de 79 anos e mais. Mas, mesmo apresentando esta queda a população idosa desobrigada ainda tende a participar mais que os jovens na mesma situação com uma média de pouco menos de 45% ante a uma média de 35% dos jovens.

Tabela 5. Voto (1 e 2 Turno) por População (Censo 2010) Faixa Etária

Idade	1 Turno	2 Turno
16 Anos	21%	21%
17 Anos	47%	46%
18 a 20 Anos	87%	83%
21 a 24 Anos	85%	81%
25 a 34 Anos	95%	92%
35 a 44 Anos	98%	96%
45 a 59 Anos	106%	105%
60 a 69 Anos	102%	101%
70 a 79 Anos	64%	64%
79 ou mais Anos	24%	24%
Total	73%	71%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE (Censo 2010, resultados da amostra).

Feita a constatação de que jovens e idosos desobrigados tendem a participar menos dos processos eleitorais do que aqueles que são obrigados, cabe indagar se esta diferença é produto de diferenças de valores ou atitudes. A seção seguinte deste trabalho apresenta uma análise a partir de dados individuais dos eleitores brasileiros.

### Crenças e atitudes de eleitores jovens e idosos no Brasil

Na seção anterior, usando os dados eleitorais oficiais, verificamos a tendência de menor comparecimento entre os grupos não obrigados, o que reforça a importância da obrigatoriedade para essa dimensão do comportamento eleitoral. Nessa seção nossa intenção é identificar se, para além dessa dimensão legal, existiriam diferenças demográficas, atitudinais e comportamentais entre esses grupos que pudessem explicar os distintos padrões de comparecimento. Todas as análises que seguem utilizaram os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014, conduzido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp nos dias que se seguiram a eleição presidencial desse ano.

Para essas análises adotamos os limites impostos pela legislação eleitoral como pontos para os cortes etários, ou seja, são considerados “jovens” aqueles que possuíam 16 e 17 anos no momento da coleta de dados, “adultos” aqueles que tinham entre 18 e 69 anos e “idosos” aqueles com 70 e mais. A distribuição da amostra do ESEB entre esses grupos é a seguinte: jovens 0,92%, adultos 94,26% e idosos 4,81%.

Antes porém, é interessante explorar algo que é impossível com os dados do TSE: o padrão de votação dos grupos. Como é possível observar na Tabela 6, diferenças significativas foram encontradas apenas para o primeiro turno, com uma tendência de votação ligeiramente para a candidata Dilma Rousseff entre os grupos facultativos. No segundo turno essa diferença continua existindo, mas com a redução não se pode falar mais em relação estatisticamente significativa.

Tabela 6. Voto para presidente e grupos etários, 2014 (%)

	Primeiro Turno		Segundo Turno	
	Adultos	Jovens e Velhos	Adultos	Jovens e Velhos
Aécio	35,2	29,8	42,2	36,7
Dilma	50,3	62,6	57,8	63,3
Marina	12,6	6,1	-	-
Outros	1,9	1,5	-	-
N	1980	131	1981	139
C.C. <sup>a</sup>	,065 (sig=,029)		,027 (sig=,207)	

a. Coeficiente de contingência

Fonte: ESEB, 2014

Ao desagregarmos os grupos com voto facultativo (Tabela 7) constatamos que as diferenças continuam existindo, apesar do nível de significância do coeficiente de

contingência ultrapassar sutilmente o nível de significância usual nas ciências sociais (0,05). A maior diferença no que diz respeito ao voto no candidato Aécio está entre jovens e adultos (grupo obrigatório). Com a desagregação entre jovens e velhos podemos contatar que o padrão de escolhas de adultos e velhos é muito parecida no que diz respeito a esse candidato, apesar de continuar distinta quanto ao voto em Dilma. No segundo turno as diferenças continuam importantes, mas com a aproximação entre jovens e velhos o teste de associação não confirma a relação entre os grupos e o voto nos dois candidatos.

Tabela 7. Voto para presidente e grupos etários, 2014 (%)

	Primeiro Turno			Segundo Turno		
	Adultos	Jovens	Velhos	Adultos	Jovens	Velhos
Aécio	35,2	18,2	32,1	42,2	28,6	38,5
Dilma	50,3	68,2	61,5	57,8	71,4	61,5
Marina	12,6	13,6	4,6	-	-	-
Outros	1,9	0	1,8	-	-	-
N	1980	22	109	1981	21	117
C.C <sup>a</sup>		,074 (.068)			,032 (.342)	

a. Coeficiente de contingência

Fonte: ESEB, 2014.

Essa análise descritiva e bivariada é muito simples e insuficiente para afirmarmos qualquer hipótese de clivagem geracional nessas eleições, principalmente porque os dois grupos facultativos também são os que apresentam indicadores de recursos materiais e cognitivos inferiores. Nossa intenção ao iniciar com esses dados foi apenas fornecer informações adicionais ao perfil desses três grupos de eleitores.

A busca pelos condicionantes que podem explicar as taxas de comparecimento entre jovens e velhos pode ser orientada pelo já citado modelo explicativo proposto em *Voice and Equality* (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995) que combina recursos (materiais e cognitivos), motivação e recrutamento.

Começando pela dimensão dos recursos, renda e escolaridade aparecem como escolhas óbvias, mas com pesos relativamente diferentes quando o comportamento a ser explicado é o comparecimento aos locais de votação. Essa ação é relativamente barata, não exigindo volume significativo de dinheiro ou tempo produtivo, já que as eleições são realizadas aos domingos e os locais em geral se encontram próximos das residências dos

eleitores. A escolaridade pode influenciar de forma um pouco mais consistente essa ação, ainda que votar não exija grandes habilidades cognitivas.

Os dados das Tabelas 8 e 9 confirmam essas expectativas, já que não encontramos diferenças significativas em termos de faixas de renda entre os três grupos e a associação entre os grupos etários e a escolaridade foi fraca. A diferença de escolaridade é estatisticamente significativa, apesar de algumas distinções serem bastante óbvias, como a concentração dos jovens no grupo dos que possuem ensino médio e dos mais velhos nas faixas inferiores. Ainda assim, se considerarmos o maior impacto do ensino superior em termos de recursos cognitivos para o engajamento político, podemos identificar relativa vantagem para o grupo dos adultos. Essa vantagem, todavia, não nos parece ser suficiente para explicar as taxas de comparecimento dos grupos, sobretudo, porque a vantagem dos adultos que são obrigados a votar desaparece na faixa do ensino médio que nos parece ser a mais importante em termos de formação geral. Uma vez que o ato de votar não requer conhecimento especializado, as diferenças nesse nível seriam as mais relevantes.

Tabela 8. Renda e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Faixa			
	Até 1 s.m.	+ 1 s.m. até 5 s.m.	+ 5 s.m. até 15 s.m.	+15 s.m.
Jovens	21,7	69,6	8,7	0
Adultos	11,4	74,7	13,5	0,4
Idosos	19,6	70,3	10,1	0

Nota: s.m. é o salário mínimo no momento da sua aplicação equivalia à R\$ 724,00.  
Coeficiente de Contingência ,07 (sig. ,337)

Tabela 9. Escolaridade e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Nível			
	Sem escolarização	Fundamental	Médio	Superior
Jovens	0	37,9	62,1	0
Adultos	3,2	41,8	36,6	18,4
Idosos	17,9	64,2	10,6	7,3

Coeficiente de Contingência ,211 (sig. ,000)

Fonte: ESEB, 2014.

Passando para a dimensão da motivação, a principal variável empregada tem sido o interesse por política, ou seja, os indivíduos se envolveriam politicamente quando dispõem

dos recursos necessários e quando estão interessados ou motivados para a política (INGLEHART, 1988). Como podemos observar abaixo (Tabela 10), as diferenças não são estatisticamente significativas, apesar dos idosos apresentarem concentração ligeiramente superior na categoria “muito” e os jovens na opção “nada”. Em termos gerais o interesse é baixo em todas as faixas, com a maior parte dos entrevistados localizados nas categorias “pouco” e “nada”.

Tabela 10. Interesse por política e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Nível			
	Muito	Algum	Pouco	Nada
Jovens	6,9	20,7	27,6	44,8
Adultos	6,7	22,6	43,2	27,5
Idosos	8,2	22,4	34,7	34,7

Coeficiente de Contingência ,058 (sig. ,123)

Fonte: ESEB, 2014.

Ainda que não digam respeito estritamente à motivação, optamos por incluir nesse momento outras variáveis atitudinais que poderiam se relacionar com um comportamento politicamente mais ativo, como a preferência pelo regime democrático, cuja participação é um dos elementos constitutivos (NORRIS, 2011). A Tabela 11 sustenta a indiferenciação dos grupos já constatada anteriormente. Apesar dos jovens se mostrarem um pouco mais “democráticos” na comparação com idosos e adultos, no computo geral não existe associação entre a medida atitudinal e os grupos etários. O ponto positivo é que em todos os grupos a preferência pela democracia é majoritária.

Tabela 11. Preferência pela democracia e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Sempre melhor forma de governo	Em algumas situações é melhor uma ditadura	Tanto faz
Jovens	88	4	8
Adultos	76,9	12,5	10,6
Idosos	70	18,2	11,8

Coeficiente de Contingência ,047 (sig. ,236)

Fonte: ESEB, 2014.

A mesma indiferenciação ocorre quando passamos uma medida de satisfação com a democracia (Tabela 12). Considerando que os mais satisfeitos tenderiam a valorizar mais a

participação pelo voto e, portanto, se envolverem com maior intensidade (NORRIS, 2003b), incluímos essa medida para tentar identificar diferenças entre os grupos, todavia, constatamos novamente a falta de associação entre as variáveis. De forma distinta da medida de preferência, aqui podemos perceber certo equilíbrio entre satisfação e insatisfação, com percentuais expressivos em todos os grupos etários na categoria intermediária.

Tabela 12. Satisfação com a democracia e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Nada	Pouco	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Satisfeito	Muito
Jovens	7,4	29,6	22,2	37	3,7
Adultos	15,5	22,6	21,9	35,8	4,2
Idosos	17	15,6	24,1	37,6	5,7

Coefficiente de Contingência ,045 (sig. ,641)

Fonte: ESEB, 2014.

Também incluíamos uma variável bastante específica sobre a valorização do voto com a expectativa de que as diferenças de comportamento pudessem estar relacionadas de alguma forma a uma percepção sobre a efetividade das escolhas eleitorais (POWELL, 1986). A Tabela 13 apresenta uma escala de cinco pontos que se refere a percepção dos entrevistados sobre o grau de influência do voto no que acontece na vida nacional e indica diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, porém com intensidade muito fraca (apenas 0,07). Apesar das diferenças serem realmente pequenas, os adultos parecem avaliar de forma mais positiva essa influência, o que seria compatível com seu maior comparecimento, não fosse o fato desse ser justamente o grupo obrigado a votar. Em termos gerais a avaliação é predominantemente positiva em todos os grupos etários, já que os percentuais na categoria “muito” ultrapassam os 50% nas três linhas da tabela.

Tabela 13. Influência do voto e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Nível				
	0 (Nada)	1	2	3	4 (Muito)
Jovens	0	0	27,6	17,2	55,2
Adultos	5,4	3,6	12,1	18,2	60,6
Idosos	8,9	6,8	10,3	19,2	54,8

Coefficiente de Contingência ,07 (sig. ,031)

Fonte: ESEB, 2014.

Bastante relacionada com essa percepção sobre a relevância do voto, incluímos também uma medida que avalia a importância das escolhas entre elites políticas. A Tabela 14 apresenta uma escala de cinco pontos que indica o quanto os entrevistados acreditam que faz diferença quem governa o Brasil. Desta vez a tendência de indiferenciação se confirma e os grupos seguem padrão semelhante. De forma bastante consistente a maioria dos entrevistados em todas as faixas entendem que faz muito diferença.

Tabela 14. Relevância das elites políticas e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Nível				
	0 (Nada)	1	2	3	4 (Muito)
Jovens	3,4	3,4	17,2	24,1	51,7
População geral	4,8	3	12,2	20,2	59,8
Idosos	3,5	4,2	12,5	22,9	56,9

Coefficiente de Contingência ,032 (sig. ,926)

Fonte: ESEB, 2014.

Para encerrar essa dimensão atitudinal, incluímos também uma medida de avaliação da economia nacional, na expectativa de que as diferenças no comparecimento tenham um componente de descontentamento material (KINDER; KIEWIET, 1981) (Tabela 15). Isso, entretanto, não se confirmou e a indiferenciação entre os grupos é marcante nessa medida de percepção da situação econômica no momento da coleta de dados em comparação com a situação de 12 meses atrás. De forma geral podemos perceber que em 2014 a percepção era de que a situação permanecia igual, sem melhora ou piora.

Tabela 15. Avaliação da situação economia e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há 12 meses?		
	Melhor	Igual	Pior
Jovens	14,3	50	35,7
Adultos	23,7	48,2	28,1
Idosos	25,2	46,2	28,7

Coefficiente de Contingência ,025 (sig. ,754)

Fonte: ESEB, 2014.

Finalmente passamos a dimensão do recrutamento, entendida por Verba, Schlozman e Brady (1995) como aquela responsável pela ignição no processo de engajamento. Para esses

autores, apesar dos recursos e da motivação serem fundamentais, o engajamento precisa ser acionado por instituições ou redes de recrutamento que convidam o indivíduo à participação. Desta forma, a inserção em redes de socialização e organizações não políticas é fundamental para que as pessoas interajam com potenciais recrutadores ou vivenciem experiências de incentivo ao engajamento.

Essa dimensão foi incluída em nossa análise por meio de uma série de variáveis sobre o engajamento dos grupos etários em modalidades tradicionais e contestatórias de participação política. Nossa expectativa era de que os diferenciais de comparecimento pudessem de alguma forma se refletir em maior envolvimento em outras modalidades. Ao considerarmos inicialmente as modalidades sindicato, associação profissional e partido político (Tabela 16), todavia, não encontramos diferenças significativas no engajamento, apesar da ausência dos jovens ser absoluta e já antecipável. De forma geral o envolvimento é tão baixo em todas as categorias que as diferenças deixam de ser expressivas.

Tabela 16. Participação tradicional e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Filiação ou participação		
	Sindicato	Assoc. profissional	Partido
Jovens	0	0	0
Adultos	8,6	2,7	2,7
Idosos	10,1	4,9	2,7

Coefficiente de Contingência Sindicatos ,032 (sig. ,207);

Associação profissional 0,018 (sig. ,593) ; Partidos 0,016 (sig. ,667)

Fonte: ESEB, 2014.

Quando passamos as atividades de protesto algumas diferenças começam a aparecer, mas ainda assim as associações são bastante fracas (Tabela 17). Na participação em abaixo-assinados e protestos pela internet, por exemplo, a relação é estatisticamente significativa com vantagem para os adultos, que apresentam maior envolvimento. Para manifestações e protestos a situação se altera e os mais jovens tendem a se engajarem mais. Nas demais modalidades não existem diferenças entre os grupos.

Esse maior envolvimento dos jovens em manifestações e protestos é a única nota destoante em relação aos dados de comparecimento eleitoral, já que esse grupo é um dos que menos compareceram aos locais de votação em 2014. Esse descompasso, todavia, não pode ser entendido como uma contradição, já que uma quantidade expressiva de pesquisas na área

de comportamento político tem mostrado a existência de uma relação inversa entre as modalidades convencionais de participação, como o voto, e as formas contestatórias de manifestação (INGLEHART; WELZEL, 2005b; NORRIS, 2003b; QUINTELIER, 2007).

Tabela 17. Atividades de Protesto e grupos etários, 2014 (%)

Grupo	Participação em ações de protesto						
	Abaixo-assinado	Manif. ou protesto	Greve	Bloqueio de rua	Ocup. prédio público	Ocup. de terras	Protesto pela internet
Jovens	3,7	21,4	3,6	3,6	0	0	0
Adultos	18,3	7,6	7,9	2,6	0,9	1,8	5,6
Idosos	10	2,7	4	1,3	1,3	1,3	1,3

Coefficiente de Contingência Abaixo-assinados ,058 (sig. ,005); Manifestação ou protestos ,065 (,001); Greve ,035 (sig. 149); Bloqueio de rua ,018 (sig. ,601); Ocupação de prédio público ,014 (si. ,752); Ocupação de terras ,015 (sig. ,715); Protesto pela internet ,047 (sig. ,034)

Como é possível concluir a partir dos dados dessa seção, não é possível atribuir as diferenças nas taxas de comparecimento eleitoral entre esses grupos etários a diferenças de recursos, atitudes e envolvimento em outras modalidades de ação política. As diferenças, quando existem, são bastante sutis e não podem ser interpretadas como condicionantes. Os coeficientes de associação foram tão reduzidos nessas raras associações estatisticamente significativas que não justificaram nem mesmo a realização de análises multivariadas em modelos de regressão. As razões para as diferenças no comparecimento parecem residir, obviamente, no instituto legal da obrigatoriedade.

## Conclusão

Os estudos sobre participação política no Brasil têm longa e consistente história, bem como as pesquisas sobre voto e comparecimento eleitoral. Entretanto, o recorte geracional tem sido variante pouco usada nesse campo de investigações.

Nesse artigo, que pretende ser uma introdução ao debate brasileiro sobre como difere a participação política de jovens e idosos, concluímos que as diferenças não são significativas entre esses dois grupos geracionais quando considerada a dimensão do comparecimento eleitoral.

Jovens e idosos, quando desobrigados a comparecem aos setores de votação, o fazem com menos frequência do que o restante da população adulta. Contudo, as informações do

TSE, para o quadro eleitoral de 2014, indicam que os jovens ainda comparecem mais do que os idosos e também, segundo informa a pesquisa do ESEB, os jovens demonstram mais disposição para participar em ações de protestos.

Destacamos a necessidade de refletir sobre esses achados a partir de recorte que considere uma série histórica de processos eleitorais. Lembramos, ainda, que tudo que foi afirmado na primeira parte desse artigo corresponde ao comparecimento dos eleitores que estão nas pequenas e médias cidades brasileiras aquelas que passaram pelo recadastramento biométrico, e correspondem a apenas 32% do eleitorado brasileiro. Seria fundamental confrontar o comportamento de jovens e idosos desses pequenos e médios municípios com o dos eleitores de uma metrópole, por exemplo.

Em síntese, com um pouco mais de segurança, podemos afirmar que a obrigatoriedade do voto é o elemento mais forte na escolha dos grupos para comparecerem ou não para votar.

## Referências

ABRAMO, H. **Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

BARROS, M. M. A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira. In: GOLDENBERG, M. (Ed.). **Corpo, Envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 45–64.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The Source of Turnout Decline New Values or New Contexts? **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 1, p. 95–117, 2013.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. **The legitimacy puzzle in Latin America: Political support and democracy in eight nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARRERAS, M.; CASTAÑEDA-ANGARITA, N.; AMERICA, L. Who Votes in Latin America? A Test of Three Theoretical Perspectives. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 478, p. 1079–1104, 2014.

CASTRO, L. R. DE. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253–268, jun. 2008.

DALTON, R. **The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American**

**Politics.** [s.l.] SAGE Publications, 2008.

DEBERT, G. G. A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39–54, 1997.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. G. (Ed.). . **Antropologia e Velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. p. 7–27.

DOURADO, S. P. DA C.; ALMEIDA, C. A juventude pensada a partir do envelhecimento : demografia e comportamento político dos grupos geracionais. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 63–73, 2014.

FLANAGAN, C. **Teenage Citizens: The Political Theories of the Young**. New York: Harvard University Press, 2013.

FORNOS, C.; POWER, T.; GARAND, J. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 8, p. 909–940, 2004.

GALLEGO, A. Where else does turnout decline come from? Education, age, generation and period effects in three european countries. **Scandinavian Political Studies**, v. 32, n. 1, p. 23–44, 2009.

GOERRES, A. Why are older people more likely to vote? The impact of ageing on electoral turnout in Europe. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 9, n. 1, p. 90–121, 2007.

GOERRES, A. **The Political Participation of Older People in Europe: The Greying of our Democracies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

HIGHTON, B.; WOLFINGER, R. The First Seven Years of the Political Life Cycle. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 1, p. 202–209, 2001.

INGLEHART, R. The Renaissance of Culture Political. **Political Science**, v. 82, n. 4, p. 1203–1230, 1988.

INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. [s.l.: s.n.].

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science (New York, N.Y.)**, v. 312, n. 2006, p. 1905–1908, 2006.

KINDER, D. R.; KIEWIET, D. R. Sociotropic Politics: The American Case. **British Journal of Political Science**, v. 11, n. 2, p. 129–161, 1981.

MANNHEIM, K. O Problema da juventude na sociedade moderna. In: MANNHEIM, K. (Ed.). . **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. p. 36–61.

MILBRATH, L. W. **Political Participation How and why people get involved in politics**. Chicago: Rand McNally College Publishing Company, 1965.

MILBRATH, L. W.; GOEL, M. L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Chicago: Rand McNally College Publishing, 1977.

- MOISÉS, J. Á. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MORENO, R. C.; ALMEIDA, A. M. F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 130–142, 2009.
- NORRIS, P. Young People & Political Activism : From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice ? **Council of Europe Symposium**, n. November 2003, p. 1–32, 2003a.
- NORRIS, P. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.
- NORRIS, P. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. [s.l.] Cambridge University Press, 2011.
- NYGARD, M.; JAKOBSSON, G. Senior citizens and political participation - evidence from a Finnish regional study. **Ageing & Society**, v. 33, n. 1, SI, p. 159–180, 2013.
- OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 1, p. 53–78, 2015.
- POWELL, G. B. American Voter Turnout in Comparative Perspective. **The American Political Science Review**, v. 80, n. 1, p. 17–43, 1986.
- PUTNAM, R. D. Bowling Alone : America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 1995, p. 65–78, 1995.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Italia Moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2001.
- QUINTELIER, E. Differences in political participation between young and old people. **Contemporary Politics**, v. 13, n. 2, p. 165–180, 2007.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J.; DA SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 91–108, 2015.
- SILVA, R. et al. Votos brancos e nulos no Brasil : bases cognitivas e atitudinais. **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 64–81, 2014.
- SIMÕES, J. A. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. M. (Ed.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13–33.
- STUCCHI, D. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, M. M. (Ed.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 35–46.
- VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. **The modes of democratic participation: a cross-national comparison**. Beverly Hills: Sage, 1971.
- VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. **Participation and political equality: A seven-nation comparison**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. [s.l.] Harvard University Press, 1995.



**III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**  
**30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)**

**ST 14- Gerações e Participação Política**

**Apoio à democracia entre gerações:  
ter vivido durante a ditadura importa?**

**Bruno Mello Souza**

UFPI

**Olívia Cristina Perez**

UFPI

**Resumo:** O presente estudo se insere na área da cultura política e tem como objetivo verificar percepções a respeito da democracia entre gerações que vivenciaram o período da ditadura militar no Brasil e aqueles que nasceram em anos posteriores à redemocratização brasileira. A análise foi feita com base no banco de dados do Latinobarômetro, do ano de 2015. Verificou-se como grupos com idades de 16-25 anos; de 26-40; de 41-60 e de 60 anos em diante se relacionam com as seguintes questões: apoio à democracia, concordância com a afirmação de que a democracia mesmo com seus problemas é a melhor forma de governo, senso de eficácia política subjetiva (se considera que o voto pode mudar as coisas no futuro), confiança nas Forças Armadas, confiança nos partidos e confiança no Estado. Ao verificar a percepção sobre a democracia entre gerações, o estudo contribui com o campo da cultura política e com o próprio debate brasileiro a respeito de quais são os grupos que apoiam ou não a democracia, e se há diferenças substantivas entre os mesmos. Palavras-chave: Cultura Política. Democracia. Ditadura. Capital social.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere dentro da linha teórica da cultura política. Tal enfoque busca, a partir de padrões comportamentais e de pesquisas centradas na opinião pública, compreender a democracia e os pilares que a sustentam — ou não — no nível cultural.

As análises de cultura política têm como referência a obra de Almond e Verba (1965). Os autores da obra *The civic culture* definem cultura política como sendo o processo pelo qual as orientações e atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político e às suas instituições. Concentram-se, assim, no modo como os sujeitos se relacionam com o contexto institucional e com o modo como a política “acontece” em diferentes contextos. Os autores postulam o surgimento de uma “nova cultura política”, baseada na participação política do cidadão comum, que pode ser configurada de duas maneiras: democrática ou autoritária (ALMOND e VERBA, 1965).

Dentro dessa dicotomia, o Estado democrático teria o papel de oferecer ao cidadão comum a oportunidade de se colocar como parte do processo de tomada de decisão, ao passo que um regime totalitário colocaria o mesmo num papel de “sujeito participante”. Dessa maneira, o modelo democrático necessitaria de algo mais do que a mera existência de instituições formais, uma vez que as mesmas também podem ser encontradas em muitos regimes totalitários. O aspecto diferenciador, necessário para a configuração de uma democracia efetiva, diria respeito, então, a uma cultura política democrática (ALMOND e VERBA, 1965). Os autores salientam que a cultura política está relacionada com fatores que remetem à formação histórica de um país, gerando características que dizem respeito às predisposições atitudinais dos cidadãos em relação à política

Outro teórico de fundamental importância nos estudos de cultura política é Ronald Inglehart (1990), que definiu este conceito como atitudes básicas, valores e habilidades que podem ser observados em diferentes culturas. A principal contribuição do autor é a de adicionar o elemento temporal e intergeracional aos estudos sobre cultura política. Ele nota mudanças bastante significativas nas culturas das sociedades industriais, provenientes de mudanças econômicas, tecnológicas e sócio-políticas nas mesmas (INGLEHART, 1990). Inglehart postula que tais mudanças acontecem de maneira gradativa, refletindo transformações nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Desse modo, os valores tradicionais e as normas permanecem presentes em gerações antigas. Contudo novas orientações vão penetrando nas novas gerações, constituindo uma substituição ou realocação das tradições (INGLEHART, 1990). Nas sociedades que satisfazem as necessidades materiais

básicas, mudam, por consequência, os direcionamentos das preocupações dos sujeitos, configurando um contexto pós-materialista, no qual as prioridades passam a relacionar-se com questões como auto-expressão, qualidade de vida e preservação do meio ambiente (INGLEHART, 1990).

Dialogando com essa ideia, encontra-se o conceito de socialização política, que parte de uma premissa que coloca a dimensão cultural como aspecto fundamental para a estabilidade de um regime democrático (SCHMIDT, 2001). A socialização política diz respeito ao processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos, ou do ponto de vista geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um dado meio social pelas novas gerações (SCHMIDT, 2001).

Outro conceito importante ao considerar os elementos concernentes à cultura política de um país concerne ao capital social. No campo da Ciência Política, o capital social é uma categoria analítica utilizada por Robert Putnam (1996), em sua investigação que compara as regiões norte e sul da Itália. O autor verifica, desse modo, as formas alternativas que podem ser construídas pelos sujeitos para a organização e a realização de suas demandas. As relações de confiança interpessoal e institucional são os elementos centrais que estabelecem a categoria de capital social. Além disso, essas relações são dadas em diferentes dimensões, sejam formais, sejam informais: ou na organização das demandas, tendo ponto de contato com as esferas governamentais; ou ainda na construção de redes de solidariedade comunitárias, buscando a realização de objetivos comuns, com base na cooperação. Estes laços de confiança seriam importantes para fomentar uma cultura política mais democrática, afeita à participação e à tolerância.

Fukuyama (2001), por sua vez, define capital social como uma norma informal capaz de promover a cooperação entre os indivíduos, com base em relações de reciprocidade. Enquanto na dimensão econômica estes laços servem para reduzir custos de transação, na esfera política promovem um tipo de vida associativa necessário para o sucesso de governos limitados, no contexto democrático moderno.

Para compreender a sobrevivência e a derrocada das democracias deve-se considerar as atitudes dos atores sociais imbricados no jogo político em relação à ditadura e à democracia, somadas ao papel desempenhado pela sociedade civil. (WEFFORT, 1984).

No mesmo sentido, Moisés (1995) mobiliza a cultura política para compreender por que um regime político se consolida, ganha continuidade ao longo do tempo e se estabiliza. O autor enfatiza que os comportamentos e atitudes não são fenômenos isolados dos padrões de interação encontrados na base do funcionamento das instituições políticas. Os padrões comportamentais e atitudinais relacionam-se com o

âmbito das instituições, entrando em sintonia com o funcionamento das molduras formais da democracia (MOISÉS, 1995).

No Brasil, a redemocratização data de 1988 se considerado como marco a promulgação da Constituição Cidadã que estabeleceu a democracia como forma de governo. O regime anterior, militar, instaurou-se em 1964, e a explicação dessa guinada tem relação com motivações de ordem econômica e do temor pelo comunismo (MOTTA, 2001), além da desestabilização política em voga no país desde agosto de 1961, quando o então presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo. No que diz respeito à questão econômica, Luciano Martins (1988) enfatiza que o sucesso do golpe se deveu, parcialmente, à necessidade de realinhamento da economia nacional aos novos padrões internacionais de expansão do capitalismo.

Os crimes cometidos pela ditadura, os grupos de familiares, ex-perseguidos e movimentos defensores dos direitos humanos, lutaram ao longo de muito tempo em uma espécie de “limbo político”, no qual não conseguiam dialogar nem sequer repercutir junto à elite política e, tampouco, em relação à maior parte da população (GONZÁLEZ e LENTZ, 2012). Esse tipo de questão só passou a reverberar mais efetivamente a partir de 2007, quando esses grupos passaram a repercutir de maneira mais contundente no espaço político brasileiro e deram impulso à criação da Comissão Nacional da Verdade, estabelecendo, após longos anos, uma política de averiguação dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura (GONZÁLEZ e LENTZ, 2012).

Apesar dessa luta, fato é que os militares continuam prestigiados no cenário político brasileiro, em grande medida graças ao tipo de transição ocorrida no país, com altos níveis de controle por parte dos incumbentes autoritários. Moisés (1995) destaca a existência de um “paradoxo da legitimidade democrática”, que consiste no fato de que vícios políticos herdados do período autoritário ainda persistem com força na cultura política brasileira, configurando-se como uma ameaça para a democracia no país.

Nos dias atuais, marcados por um cenário de falta de credibilidade das instituições políticas, não é raro encontrar pessoas clamando pela volta dos militares ao poder para “restabelecer a ordem” no Brasil. Muitas dessas pessoas, inclusive, vivem uma “nostalgia dos tempos autoritários” sem, efetivamente, tê-los vivido.

Com isso, surge a questão que norteia o presente estudo: existem diferenças significativas de opinião a respeito da democracia brasileira marcadas pela vivência no período autoritário? Tem-se como hipótese que existe uma diferença na percepção sobre a democracia entre as gerações que vivenciaram ou não o regime militar: gerações mais novas que vivenciaram a democracia e não experimentaram a ditadura teriam menos apreço ao regime democrático — ao contrário das gerações anteriores.

Tal hipótese ganha pertinência à medida que do ponto de vista temporal e intergeracional, Inglehart (1990) constata mudanças importantes nas culturas das sociedades industriais, provenientes de mudanças econômicas, tecnológicas e sócio-políticas nas mesmas. O autor afirma que tais mudanças acontecem de forma gradativa, refletindo mudanças nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Por outro lado, se para Inglehart o motor das mudanças culturais dizia respeito principalmente à esfera econômica, para o presente estudo a linha demarcatória desloca-se para a dimensão político-institucional, direcionando-se para a questão da mudança de regime político.

Logo, o objetivo do trabalho é fazer uma comparação, com base nos dados do Latinobarômetro de 2015, entre gerações que vivenciaram ou não o período ditatorial, verificando como esses grupos se relacionam com as seguintes questões: apoio à democracia, concordância com a afirmação de que a democracia mesmo com seus problemas é a melhor forma de governo, senso de eficácia política subjetiva (se considera que o voto pode mudar as coisas no futuro), confiança nas Forças Armadas, confiança nos partidos e confiança no Estado.

Os resultados não indicam maiores diferenças entre as gerações, embora aqueles que viveram sob a ditadura apresentem percentuais levemente superiores de apoio à democracia. Por outro lado, também por pequena margem, os mais jovens manifestam uma maior crença sobre o poder do voto para definir os rumos do país. Já no que diz respeito a variáveis de confiança institucional, não se percebem diferenças entre os mais jovens e os mais velhos.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho é quantitativo, descritivo e comparativo, na medida em que descreve padrões de confiança nas instituições comparando tais percepções entre gerações que vivenciaram ou não períodos autoritários.

Foram examinadas as respostas dos brasileiros de diferentes gerações que no ano de 2015 opinaram sobre as seguintes questões: apoio à democracia, concordância com a afirmação de que a democracia mesmo com seus problemas é a melhor forma de governo, senso de eficácia política subjetiva (se considera que o voto pode mudar as coisas no futuro), confiança nas Forças Armadas, confiança nos partidos e confiança no Estado. Essas questões compõem o que chamamos de percepções sobre democracia.

Tais percepções foram separadas de acordo com as faixas etárias dos entrevistados (16-25 anos; 26-40; 41-60 e de 60 anos em diante). Considera-se que os dois primeiros grupos não vivenciaram a ditadura de forma plena, enquanto os dois últimos passaram pelo período de maneira mais consistente, sentindo mais fortemente seus impactos.

Considera-se o período ditatorial comandado pelos militares no Brasil aquele que se iniciou no ano de 1964 com o golpe e se findou com a promulgação da Constituição em 1988. Assim sendo, os dois primeiros grupos (idades de 16-25 e de 26-40 anos) não vivenciaram o período da ditadura militar. Já os dois últimos grupos (41-60 e de 60 anos em diante) vivenciaram o período ditatorial.

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados pelo Latinobarômetro. O Latinobarômetro reúne um amplo estudo sobre opinião pública. São aplicados anualmente por volta de 20.000 questionários nos países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com exceção de Cuba). A série histórica anual disponível no site do projeto se inicia no ano de 1995. São disponibilizados os dados até o ano de 2015, excetuando os anos de 1999 e 2012<sup>1</sup>. No Brasil, foram aplicados 1250 questionários no ano de 2015. Esses foram os questionários analisados.

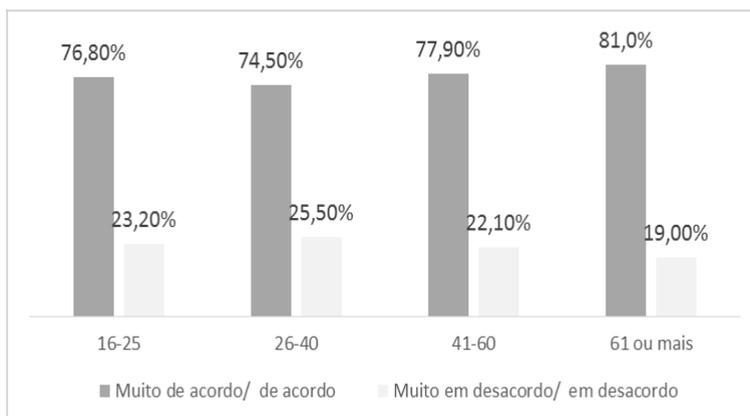
### **3 RESULTADOS DA PESQUISA**

Os dados a respeito da preferência pela democracia como forma de governo de acordo as faixas etárias dos entrevistados (16-25 anos; 26-40; 41-60 e de 60 anos em diante) estão sistematizados no gráfico 1.

#### **Gráfico 1- Preferência pela democracia como melhor forma de governo conforme faixa etária**

---

<sup>1</sup> Mais detalhes sobre o survey podem ser encontrados no site do Latinobarômetro ([latinobarometro.org](http://latinobarometro.org)).

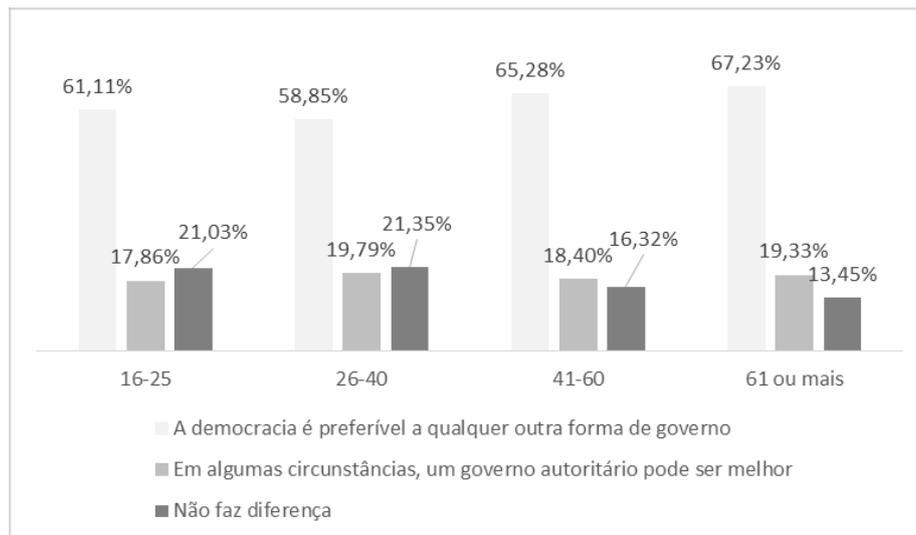


**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

Conforme os dados, não é possível notar grandes diferenças entre os respondentes das distintas gerações em relação à preferência da democracia como forma de governo. Porém, é interessante sublinhar que a geração mais antiga, com 61 anos de idade ou mais, é a que apresenta maior preferência pela democracia. Por outro lado, por volta de 81% dos entrevistados dessa faixa etária apresentam esse apoio difuso à democracia, pensando em termos da elaboração de Easton (1965) a respeito dos apoios difuso e específico ao regime democrático, estabelecendo o primeiro como um apoio generalizado à democracia como regime e o segundo como a avaliação efetiva que se faz do funcionamento da mesma.

Os dados do Gráfico 2 seguem a mesma linha, mas agora com uma pequena diferença na formulação, oferecendo, para além do apoio à democracia, a alternativa de que um governo autoritário pode ser melhor, dependendo das circunstâncias. Isso ajuda a identificar com mais clareza a predisposição dos cidadãos a cederem à tentação autoritária em determinados contextos.

**Gráfico 2- Apoio à democracia conforme faixa etária**



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

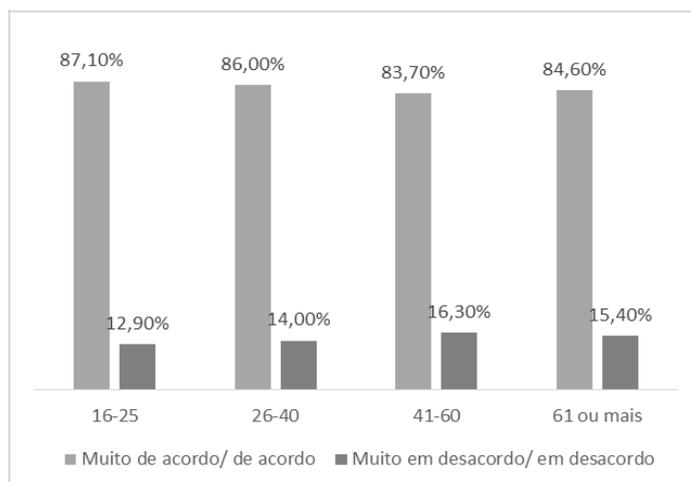
No que concerne à variável do Gráfico 2, observa-se que há uma queda geral do apoio à democracia. Porém, isso não se reflete numa preferência declarada pelo autoritarismo. O que se verifica é uma situação de apatia, especialmente nas faixas etárias mais jovens, que não viveram o período ditatorial (cerca de 21% das duas afirmam que não faz diferença se um governo é democrático ou autoritário). Na dimensão positiva, daqueles que afirmam preferir a democracia em relação a qualquer outra forma de governo, os percentuais mais elevados pertencem às faixas etárias mais antigas.

Este dado é relevante à medida que mostra um distanciamento dos mais jovens acerca do regime democrático, um desinteresse que, se não é diretamente voltado a uma preferência autoritária, abre brecha para ideais desse tipo e fragiliza a democracia no país.

A próxima variável analisada reporta-se a uma questão mais objetiva e que é a característica mais notável quando se fala em democracia: o voto. Mais especificamente, os dados a seguir apresentam a importância conferida ao ato de votar pelos brasileiros de acordo com as distintas faixas etárias.

### **Gráfico 3- Percepção sobre se o rumo do país depende do voto**

## conforme faixa etária



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

No que se refere à valorização do voto como elemento que pode efetivamente interferir no rumo da vida dos cidadãos, não existe uma diferença grande entre as faixas etária em análise. As distintas gerações atribuem importância ao voto em proporção muito semelhante, com uma média de aproximadamente 85%. Apenas cabe sublinhar que os mais jovens apresentam uma valorização levemente superior às gerações que vivenciaram o período militar. Desse modo, se do ponto de vista do apoio difuso à democracia é possível observar uma maior apatia por parte dos mais jovens, que não experienciaram a ditadura militar, quando se trata da valorização do voto tal panorama não se repete. Evidentemente, também é importante ressaltar que, apesar do voto ser um importante aspecto da democracia, ditaduras também podem usar um verniz democrático por meio desse instrumento.

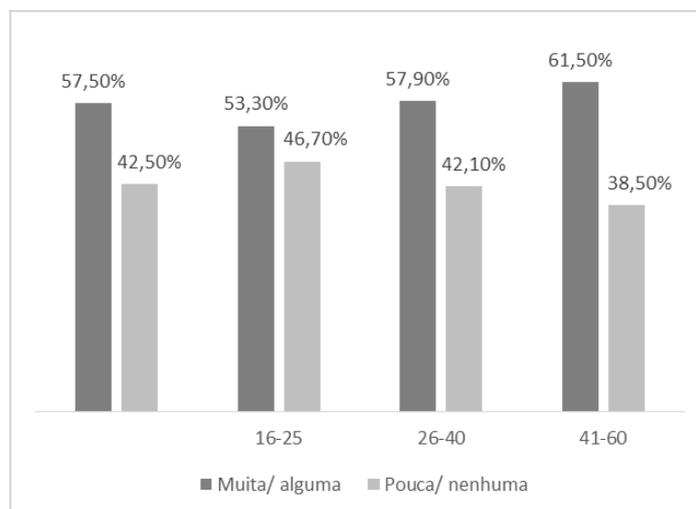
Vistas as relações das diferentes faixas etárias com a democracia tanto em aspecto difuso, valorativo, mais geral e comparado à possibilidade de um governo autoritário, quanto no que concerne à dimensão formal, plasmada pelo voto, passa-se a examinar as relações de confiança dos sujeitos de distintas idades, sobre as Forças Armadas, os partidos e o Estado.

Autores como Moisés e Meneghello (2013) afirmam que os sintomas de uma desconfiança da sociedade para com a política podem ser refletidos por aspectos tais como alienação, indiferença em relação à esfera política mas, principalmente, em uma descrença sobre as capacidades das instituições públicas assegurarem seus direitos. Em casos como o brasileiro, por exemplo, onde há uma frágil institucionalização do sistema partidário e sem uma conexão efetiva com a sociedade (SU, 2015), isso ganha central importância.

Inicialmente, verifica-se a questão da confiança nos militares, que diante do

modelo de transição altamente controlado ocorrido no Brasil, mantém uma posição prestigiosa no cenário político nacional.

**Gráfico 4- Confiança nas Forças Armadas conforme faixa etária**



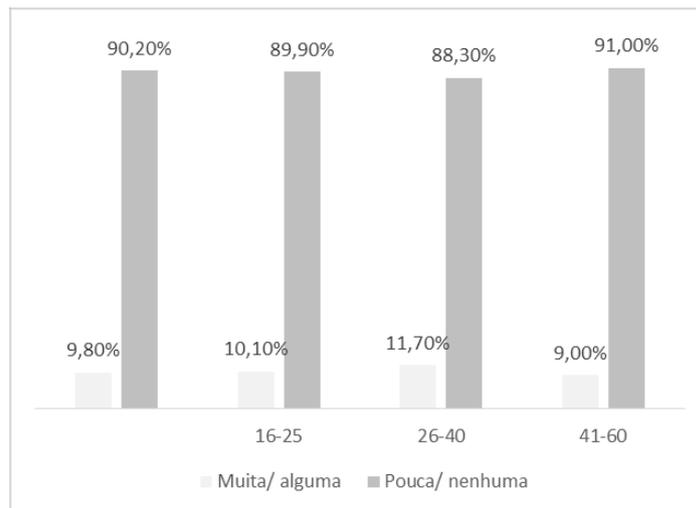
**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

Também nos níveis de confiança sobre os militares, existe certo equilíbrio entre as faixas etárias, que manifestam tal confiança geralmente na casa dos 50%. Porém, deve-se sublinhar que entre os mais velhos, existe maior confiança nas Forças Armadas, mesmo que esta faixa etária apresente maior apoio difuso à democracia. Entretanto, esse paradoxo fica no campo das aparências.

Estudo realizado por Souza (2016) mostrou que a confiança nos militares não está necessariamente atrelada a um enfraquecimento da democracia: o modelo de análise de trajetória proposto pelo autor apresentou resultados que indicam haver uma síndrome de confiança/desconfiança institucional, na qual está incluída a instituição militar.

Uma dimensão institucional importante para o funcionamento da democracia é a dos partidos políticos, tidos como os responsáveis por excelência por representar os interesses dos cidadãos nas esferas legislativas e executivas. O Gráfico 5 apresenta a confiança dos brasileiros em seus partidos, dividida por faixas etárias.

**Gráfico 5- Confiança nos partidos políticos conforme faixa etária**

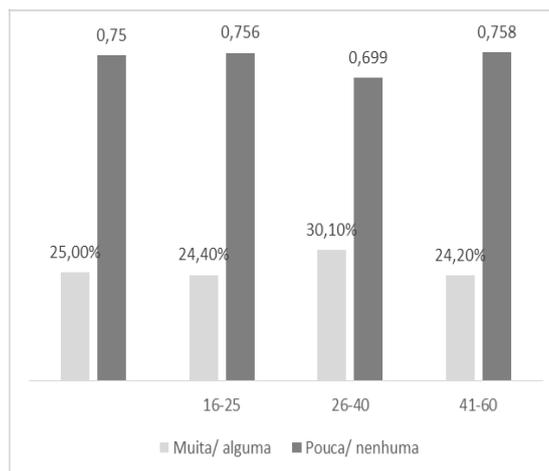


**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

É possível verificar, primeiramente, que a confiança nos partidos políticos é extremamente reduzida, de maneira generalizada, se comparada com a confiança dos militares. Em boa medida, é possível relacionar com a descrença atual na política parlamentar. Em um cenário caracterizado por intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em função das alianças eleitorais e das coalizões, torna-se difícil para o eleitor médio fixar a imagem dos partidos, elaborar uma distinção entre seus líderes e propostas e, desse modo, criar um vínculo com os mesmos (KINZO, 2005).

Por outro lado, não se pode notar diferenças significativas, e nem sequer algum tipo de tendência, no que diz respeito às faixas etárias examinadas: existe uma desconfiança generalizada sobre os partidos do Brasil, sempre nos arredores dos 90%, não importando para isso a idade dos respondentes. O sexto e último Gráfico mantém-se na esteira da confiança institucional no país, agora lançando luz sobre a relação entre as faixas etárias e a confiança dos cidadãos no Estado brasileiro.

**Gráfico 6- Faixa etária e confiança no Estado**



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados do Latinobarômetro (2015).

Novamente, não é possível observar diferenças ou tendências nítidas no que diz respeito à confiança no Estado e a vivência ou não no período ditatorial brasileiro. A faixa etária que mais afirma confiar no aparato estatal é a dos entrevistados que possuem entre 41 e 60 anos, seguidos pelos mais jovens. Os percentuais são um pouco melhores do que os dos partidos políticos, mas ainda assim baixos, não ultrapassando os 30%, e consideravelmente inferiores aos de confiança nos militares.

De maneira geral, não foram encontradas diferenças significativas entre as faixas etárias estudadas, especialmente no que concerne ao capital social em sua dimensão institucional, merecendo destaque os altos índices de confiança nos militares e os baixos percentuais de confiança nos partidos políticos. No que concerne ao apoio à democracia em sentido difuso, também não são encontradas diferenças substantivas.

Cabe ressaltar que as gerações mais antigas apresentam um pouco mais de adesão à democracia, e na variável que confronta democracia e autoritarismo, os jovens apresentam uma maior apatia, afirmando em percentual mais elevado que não faz diferença se um governo é democrático ou autoritário.

#### 4 CONCLUSÃO

Este artigo buscou discutir o cenário político brasileiro do ponto de vista da cultura política, tendo como pano de fundo as repercussões da ditadura militar e do tipo de transição sobre as percepções dos indivíduos de distintas faixas etárias. Partiu-se da hipótese de que as gerações que vivenciaram o período autoritário teriam um

maior apego à democracia por terem experimentado os malefícios de uma ditadura.

Foram utilizados dados do Latinobarômetro de 2015 que foram agrupados conforme distintas faixas etárias (16-25 anos; 26-40 anos; 41-60 anos e 60 anos ou mais) com variáveis referentes ao apoio à democracia num sentido difuso, percepção sobre o voto e confiança em distintas dimensões institucionais.

No que tange ao apoio difuso à democracia, apesar de não haver maiores discrepâncias entre as gerações examinadas, é possível notar percentuais discretamente mais elevados entre os mais velhos, que viveram sob o regime militar, conforme a hipótese inicial da pesquisa. Nos dados referentes a uma dicotomia entre governos democráticos e autoritários, chama a atenção a maior apatia por parte dos jovens, que em maior percentual afirmam não fazer diferença viver em uma democracia ou em uma ditadura. Tal constatação abre flanco para preocupações, à medida que o desapego ao regime democrático pode levar à aceitação de “soluções” às margens do Estado de Direito e da aceitação de lideranças personalistas e messiânicas que prometam resolver todos os problemas do país.

Por outro lado, há uma percepção generalizada de que o voto possui importância e tem possibilidades de mudar a vida das pessoas: nesta dimensão, também não há grandes variações entre as faixas etárias, mas há uma valorização um pouco maior do sufrágio por parte dos mais jovens.

Em relação aos níveis de confiança institucional, as tendências ficam ainda mais diluídas entre as gerações estudadas. O que se destaca são os níveis relativamente altos de confiança dos brasileiros sobre os militares, e os baixíssimos índices de confiança nos partidos políticos. A confiança no Estado não é tão baixa quanto aquela encontrada nos partidos, mas também fica distante da que os entrevistados depositam nas Forças Armadas.

Sabe-se que as vivências e percepções sobre a ditadura não são homogêneas. Por exemplo, o grupo de 41 a 60 anos em diante tem uma variação nessa percepção, já que quem tem 40 anos vivenciou ainda jovem e menos o período ditatorial em comparação com o grupo que tem mais de 60 anos. Além da variação por idade, fatores como renda, escolaridade e local de moradia podem ter influências na percepção sobre a democracia. Sugere-se pesquisas nesse sentido.

Refletindo sobre os dados, é importante pontuar a preocupação decorrente da combinação de confianças e desconfianças nas instituições. Embora exista um apoio razoável à democracia enquanto ideia em contraponto ao autoritarismo, um cenário em que os partidos políticos e instituições encontram-se cada vez mais desacreditados e em que os militares gozam de certo prestígio advindo de um modelo transicional pactuado, pode gerar alguns embaraços para a democracia brasileira. Sintoma disso

são movimentos saindo às ruas clamando por intervenção militar.

O desafio que se impõe, desta forma, é gerar um ambiente no qual as instituições retomem a credibilidade, para que uma adesão normativa à democracia encontre ecos na prática democrática no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

BAQUERO, M.; SOUZA, B. M.; RIQUINHO, C. L. Apatia e corrupção: duas nuances da cidadania brasileira. *V Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS*. 2013.

BRAGA, M. S.; RIBEIRO, P.; AMARAL, O. El sistema de partidos em Brasil: estabilidad e institucionalización. *Cd do 6º Congresso Latino-Americano de Ciência Política da Alacip*. 2012.

EASTON, D.; DENNIS, J. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GONZÁLEZ, R. S.; LENTZ, R. Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 48, n. 2, maio/agosto 2012. p. 130-138.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

KINZO, M. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.;

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Orgs.) *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*, São Paulo: Editora da USP, 2013.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2001.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHMIDT, J.P. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SOUZA, B. M. *Transições e democracia: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre a cultura política e o capital social de brasileiros e argentinos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SU, Y. Anti-government protests in democracies. A test of institutional explanations. *Comparative Politics*, January 2015, pp. 149-167.

WEFFORT, F. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.